

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 189/190 CURITIBA, QUINTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 06/10 DE DEZEMBRO DE 2001 ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Cesar Seleme.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Cesar Seleme, Edno Guimarães; PDT José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk; PSBD: Ademar Traiano, Nelson Tureck; PFL: Durval Amaral; PTB: Luiz Accorsi; PMDB: Nereu Moura; PSL: Geraldo Cartário (12).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é visível a falta de quórum.

Solicito verificação de quórum para a abertura da Sessão, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na realidade não tem 18 parlamentares. Como não existe, então, deixamos de abrir a Sessão atendendo a solicitação do deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não pedi para encerrar a Sessão, eu pedi verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 310, 401, 427/2000, 111, 117, 120, 205, 609/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 413, 045, 068, 072, 098, 289, 321, 503, 583, 614 e 616/2001

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 152/2001

I - prover, GUSTAVO RAUEN BUCK, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 01 de março de 2001.

II - exonerar, a pedido, ROGÉRIO DUÍLIO GENARI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de março de 2001.

III - prover, ROGÉRIO DUÍLIO GENARI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 01 de março de 2001.

IV - prover, CATARINA ADRIANA HELBEL DA CRUZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2001.

V - prover, CEZAR LAGINSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 153/2001

I - prover, ENEZITO ALVES PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, RITA DE CÁSSIA DE PAULA XAVIER, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 01 de março de 2001.

III - prover, GENTIL DE LIMA COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 01 de março de 2001.

IV - prover, EDNA MARIA CORREA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 01 de março de 2001.

V - prover, DEBORA NOVAIS SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 01 de março de 2001.

VI - prover, BERNADETE MARIA IORA ALVES, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 154/2001

I - prover, VALID HUSSEIN ALI MOHD RABAH, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, CINTIA TRISTÃO PIETRÂNGELO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de março de 2001.

III - prover, MARILIS TRISTÃO PIETRÂNGELO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de março de 2001.

IV - prover, MICHELE TRISTÃO PIETRÂNGELO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 155/2001

I - prover, MARIA JOSÉ CERANTO GARCIA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de março de 2001.

II - exonerar, a pedido, PAULO CESAR GONÇALVES DE FREITAS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de março de 2001.

III - prover, VALDOMIRO RUZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de março de 2001.

IV - prover, OSWALDO ELIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 156/2001

I - prover, MARIA IZABEL IBANHEZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, VIVIANE TABORDA DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 157/2001

I - prover, HAROLDO DAROS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, JOSÉ HERIBERTO MICHELETTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2001.

III - prover, ELIZANDRA DE CAMARGO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2001.

IV - prover, MARCELA DE OLIVEIRA ALVES RIBEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 158/2001

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CAETANO DE PAULA JUNIOR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, RONALDO JOSIAS COQUEIRO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 159/2001

I - prover, CILENE DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Zuk, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, OTÍLIA R. SILVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 01 de março de 2001.

III - prover, ANSELMO PEREIRA FAUSTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 220/2001

I - exonerar, a pedido, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, do cargo em Comissão símbolo DAS-2, de Diretor da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, DAVID CAMPOS, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-2, de Diretor da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 01 de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 2001.

III - prover, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 01 de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.06.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/2001

I - exonerar, a pedido, RÚBIA ELAINE MOISA, do cargo em Comissão símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2001.

II - exonerar, a pedido, MÁRCIA REGINA VENSKI FIUZA, do cargo em Comissão símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 01 de março de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 337/2001

Determinar, à Diretoria de pessoal a exclusão do desconto do Imposto de renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de AYNED MARIA REINERT TIZZOT, matrícula nº 236, funcionária aposentada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1042, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 12047/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 338/2001

Conceder a ANTONIO ALVES DA COSTA, matrícula nº 40579, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Coordenadoria de Segurança da Casa, Licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 11318/2001)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.11.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANNIBELLI - 2º Secretário

Pedido de Adesão:PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

SANDRA LÚCIA LARA, matrícula nº 40839, endereço Rua Com. Zavier Sabbag, 396, bairro Santa Cândida, cidade de Curitiba, CEP: 82630-030-PR, remuneração mensal estimada R\$881,64, CPF: 461.757.849-87, telefone: 354-7839, Lotação: Gabinete deputado Luiz Carlos Alborghetti, data de nascimento: 22/09/1961.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 13360)

Curitiba, em, 06.12.2001.

(a) SANDRA LÚCIA LARA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2001

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Cesar Seleme.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 058/2001

Curitiba, 03 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$352.940,00 (trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, visando atender despesas relacionadas com a construção de obras hidráulicas para controle de cheias do Alto Iguaçu.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria SUDERHSA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado, pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$352.940,00 (trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III, IV, VI e VI desta lei.

Art. 4º - Fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 2001, de acordo com o Anexo VII desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO					FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC COP
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS						
6930	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUERHSA						
1156	PROGRAMA DE SANERAMENTO AMBIENTAL - PROSAN/BIRD - SUDERHSA	4490.51	12	01	L	52.940	1479
			34	15	L	300.000	1479
TOTAL						352.940	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II ANEXO					FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC COP
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS						
6930	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUERHSA						
1156	PROGRAMA DE SANERAMENTO AMBIENTAL - PROSAN/BIRD - SUDERHSA	3350.44	34	15	L	300.000	1479
		3390.35	34	15	L	52.940	1479
TOTAL						352.940	

ACRESCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III ANEXO			FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCES
2300.04.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS - PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - PROSAN	12	01	52.940	1479
TOTAL				52.940	

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO IV ANEXO			FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCES
2129.02.00	OPERAÇÕES DE CREDITOS EXTERNAS - VINCULADAS	34	15	52.940	1479
TOTAL				52.940	

ACRESCIMO RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO V ANEXO			FL. 03 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCES
	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS				
6930	SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HIDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUDERHSA				
2412.12.00	TRANSFERÊNCIA DO RETORNO DO PROSAN	12	01	52.940	1470
2412.34.00	TRANSFERÊNCIAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA VINCULADA PROSAN/BIRD	34	15	300.000	1479
TOTAL				352.940	

REDUÇÃO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO VI ANEXO			FL. 03 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCES
	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS				
6930	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUDEHSA				
1712.34.00	TRANSFERÊNCIA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA VINCULADA PROSAN/BIRD	34	15	352.940	1479
TOTAL				352.940	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO VII ANEXO			FL. 04 R\$1.00	
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCES
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS					
6930	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUDEHSA					
1156	PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - PROSAN/BIRD - SUDERHSA					
910	MACRORREGIÃO I					
0001	CONSTRUIR OBRAS HIDRÁULICAS PARA O CONTROLE DE CHEIAS DO ALTO IGUAÇU - FASES I E II	12	01	L	52.940	1479
		34	15	L	300.000	1479
TOTAL		TES.		L	352.940	

MENSAGEM Nº 059/2001

Curitiba, 03 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina - UEL, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, visando atender despesas com a execução de obras.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Universidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria Universidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Programa de Obras, da Universidade Estadual de Londrina, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I					FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	PROCES
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA. TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL						
2193	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UEL	4490.51	50	95	L	600.000	1376
TOTAL						600.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II					FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	PROCES
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA. TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL						
2193	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UEL	3390.30	50	95	L	600.000	1376
TOTAL						600.000	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO III					FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	PROCES	
4500	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA. TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR						
4530	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL						

2193	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UEL					
474	LONDRINA					
0001	CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR LABORATÓRIOS DE ENSINO	50	95	L	45.000	1376
0003	CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR SALAS DE AULA	50	95	L	450.000	1376
0004	CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR PREDIOS ADMINISTRATIVOS	50	95	L	105.000	1376
TOTAL		O.F.		L	600.000	

MENSAGEM Nº 060/2001

Curitiba, 03 de dezembro de 2001.

Governador do Estado

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.813.452,00 (hum milhão, oitocentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, visando regularizar escrituralmente desembolso financeiro efetuado pela SANEPAR e devido pelo Estado, da contrapartida de recursos destinados às obras do Canal Extravisor ao Rio Iguaçu.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da SUDERHSA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$1.813.452,00 (hum milhão, oitocentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Fica alterado o Programa de Obras constantes do Anexo V da Lei Orçamentária de 2001, de acordo com o Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO					FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	PROCES
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS						
6930	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUDERHSA						
1156	PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - PROSAN/BIRD - SUDERHSA	4490.93	00	01	L	1.813.452	1409
TOTAL						1.813.452	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II ANEXO					FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	PROCES
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS						

6930	SUPERINTENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUDERHSA						
1158	DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE AGROTOXICOS - PARANASAN/JBIC - SUDERHSA	4490.51	00	01	L	1.813.452	1409
TOTAL						1.813.452	

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO III				FL. 02 R\$1,00	
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	PROCES	
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS						
6930	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUDERHSA						
1158	DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E AGROTÓXICOS - PARANASAN/JBIC - SUDERHSA						
950	ESTADO						
0001	CONSTRUIR UNIDADES DE COLETA, TRIAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS	00	01	L	1.813.452	1409	
TOTAL		TES.		L	1.813.452		

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4217

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 668/2001, que altera a Lei Complementar nº 76, que dispõe sobre a concessão e permissão dos Serviços Públicos Estaduais.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4218

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 667/2001, de minha autoria, que visa dar nova redação ao § 2º do artigo 22 da Lei 13.331, de 23 de novembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4219

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a

tramitação do Projeto de Lei nº 684/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 060/2001, que dispõe sobre Crédito Suplementar de R\$1.813.452,00 para a Sanepar.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4220

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 683/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 059/2001, que dispõe sobre Crédito Suplementar de R\$600.000,00 para a Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4221

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 682/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 058/2001, que dispõe sobre Crédito Suplementar de R\$352.940,00 para a Suderhsa.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4239

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei nºs 593 e 594/2001, que autoriza a construção de Pequena Usina Hidrelétrica PCH de Novo Horizonte e Pedrinho I.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 4229

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada da Ordem do Dia por dez sessões do Projeto de Lei nº 68/2001, de minha autoria que revoga a Lei nº 7.826, de 29.12.1983, que alterou o código da Polícia Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 4242

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões, da discussão e votação do item 08, Projeto de Lei nº 401/2001, de minha autoria da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 4237

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o duto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias dos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2001, para votação dos Projetos de Lei a seguir relacionados: 002, 287, 478, 499, 592, 623, 624, 625, 626, 661, 682, 683 e 684/2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Nelson Tureck, Luiz Carlos Martins, Basílio Zanusso, Luiz Accorsi, Edno Guimarães, Divanir Braz Palma, Miltinho Puppio, Hidekazu Takayama, Moysés Leônidas, Sérgio Spada, Carlos Simões, Elio Rusch, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Custódio da Silva, Chico Noroeste, Nelson Garcia, Cesar Seleme, Antonio Carlos Belinati, Ricardo Maia e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 4213

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a diminuição do interstício para a realização das Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4214

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4240

Senhor Presidente:

Pelo presente venho REQUERER a V. Exa., espaço para uso da tribuna deste Plenário, no Grande Expediente na Sessão Plenária do dia 12, para o deputado Luiz Fernando Ribas Carli.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 4253

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho REQUERER a V. Exa. espaço para uso da tribuna deste Plenário, no Grande Expediente na Sessão Plenária do dia 13 para o deputado José Durval Amaral.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4223

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, que seja marcada Sessão Solene para a entrega de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Arlindo Mosé Cavalca, para dia 21 de março de 2001, projeto de lei aprovado por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 4216

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar a família Pavan, pelo falecimento do senhor Anésio Pavan, prefeito do município de Santa Fé.

Deixa saudades à viúva, senhora Hilda Pavan, aos filhos Lúcio Mauro Pavan e Denise Pavan e a sua neta de 2 anos, Júlia Pavan.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada, na Av. Getúlio Vargas, 1202 em Santa Fé, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4232

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Leopoldo Alves nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4203

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplauso ao senhor Yukihiro Hamada, novo presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná - AFFEP, pela posse da nova presidência.

Outrossim, REQUER, comunicação do feito ao Ilmo. Sr. Yukihiro Hamada, presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná - AFFEP.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná, representa a união da classe beneficiando todos seus associados, e nos auxilia na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, sempre executando serviços de qualidade, proporcionando o bem-estar aos cidadãos paranaenses.

Neste dia nossos cumprimentos pela posse dessa presidência que irá confirmar toda sua credibilidade.

Aqui fica nossa certeza de sempre podermos contar com essa importante associação.

REQUERIMENTO Nº 4204

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplauso

ao prefeito de Terra Boa, Senhor Antonio Carlos Rampazzo, e a todos os vereadores, pelo 46º aniversário de emancipação política daquela cidade.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Exmo. Sr. Antonio Carlos Rampazzo, prefeito da Cidade de Terra Boa, e a todos os vereadores da referida cidade.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O aniversário de emancipação política de uma cidade deve ser lembrado com a maior demonstração de amor e prestígio ao município, todos nós comemoramos o aniversário desta cidade, Terra Boa, que já há 46 anos vem caminhando com suas próprias pernas e mostrando seu grande desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 4205

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplauso ao prefeito de Peabiru, Senhor José Marcos Lopes, e a todos os vereadores, pelo 50º aniversário de emancipação política daquela cidade.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Exmo. Sr. José Marcos Lopes, prefeito da Cidade de Peabiru, e a todos os vereadores da referida cidade.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O aniversário de emancipação política de uma cidade deve ser lembrado com a maior demonstração de amor e prestígio ao município, todos nós comemoramos o aniversário desta cidade, Peabiru, que já há 50 anos vem caminhando com suas próprias pernas e mostrando seu grande desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 4206

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplauso ao prefeito de São Jorge do Ivaí, Senhor José Luiz Bovo e a todos os vereadores, pelo 46º aniversário de emancipação política daquela cidade.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Exmo. Sr. José Luiz Bovo, prefeito da Cidade de São Jorge do Ivaí e a todos os vereadores da referida cidade.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O aniversário de emancipação política de uma cidade deve ser lembrado com a maior demonstração de amor e prestígio ao município, todos nós comemoramos o aniversário desta cidade, São Jorge do Ivaí, que já há 46 anos vem caminhando com suas próprias pernas e mostrando seu grande desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 4207

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Arapuã-PR, alusivos aos seus 05 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 12 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4244

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Borrazópolis-PR, alusivos aos seus 49 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4245

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Marilândia do Sul-PR, alusivos aos seus 49 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4246

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Jardim Alegre-PR, alusivos aos seus 37anos de emancipação política, que será comemorado no dia 19 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4247

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Lunardelli-PR, alusivos aos seus 22 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 19 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4248

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Jandaia do Sul-PR, alusivos aos seus 49 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4249

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Campo Magro-PR, alusivos aos seus 05 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 11 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4250

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Faxinal-PR, alusivos aos seus 50 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4251

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Cruzmaltina-PR, alusivos aos seus 05 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 13 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4252

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de

Tamarana-PR, alusivos aos seus 05 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 13 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4212

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Mandaguçu-PR, alusivos aos seus 49 anos de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 14.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 4224

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Prefeitura Municipal de Pato Branco, à Rede Celinauta de Comunicação, à Associação Comercial e Industrial de Pato Branco e ao Sindicómércio, pela brilhante organização e realização do evento 8ª Dezembrofest, que está sendo realizada no período de 10 a 15 de dezembro de 2001, no Centro de Eventos, município de Pato Branco - PR.

Do aprovado, requer ainda se dê ciência através de correspondência ao prefeito municipal de Pato Branco, Sr. Clóvis Padoan; ao prefeito em exercício, Sr. Oradi Caldato, no endereço: Rua Caramuru, 271, CEP 85.501-070 - Pato Branco - PR; ao presidente da Rede Celinauta de Comunicação, Sr. Rubens Fava; ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Pato Branco, Sr. Júlio Latmann e ao presidente do Sindicómércio, Sr. Ciro Chioquetta.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Dezembrofest, já é considerada a maior festa do chopp do Sudoeste do Paraná, e este ano consagra-se a maior festa do chopp do Estado do Paraná.

A Dezembrofest em sua oitava edição, está sendo realizada no período de 07 a 15 de dezembro no Parque de Exposições, em Pato Branco.

Esta grande festa do chopp tem cunho beneficente, e este ano repassará recursos oriundos do evento às entidades sociais, à Fundaben e ao Lar dos Idosos.

Com o presente, parabenizamos os organizadores desse grande evento do Sudoeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 4230

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Ple-

nário, REQUER o envio de votos de congratulações ao jornalista Délio César pelo lançamento do livro "A Primavera de Londrina", que acontece na data de hoje, às 19h30 na Associação Comercial de Londrina.

Solicito ainda que do mesmo se dê ciência ao jornalista Délio César.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Délio César, sem dúvida um dos mais importantes jornalista paranaense, relata no livro "A Primavera de Londrina", o acontecimento político que marcou a história da cidade através de uma coletânea de textos sobre o processo que levou à cassação do ex-prefeito Antonio Belinati.

Este jornalista merece aplausos não só da comunidade londrinense pelo relato fiel dos fatos e apelos constantes para que a população reagisse diante dos escândalos de corrupção, mas de todos os paranaenses que terão oportunidade de acompanhar, através da leitura do livro, o desenrolar deste importante processo.

Sendo assim, senhores deputados, conto com a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 4231

Senhor presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ruy Ferreira Nepomuceno da Silva e Magali Conceição Betes da Silva, que completou 40 anos de união conjugal, celebrando bodas de rubi.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4233

Senhor presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco João Ferrazza e Maria da

Graça Ferrazza, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4235

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à nova diretoria eleita da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao vereador Marcos Antonio Loyola, de Clevelândia, eleito presidente, bem como ao 1º vice-presidente, vereador Alberto Lopes de Matos, de Manguaçu; ao 2º vice-presidente, vereador Altair José Gasparetto, de São João; ao 1º secretário, vereador Frank Ariel Schiavini, de Coronel Vivida; ao 2º secretário, vereador Edevaldo Peretti, de Chopinzinho; ao 1º Tesoureiro, vereador Vilmar Macari, de Pato Branco; e ao 2º Tesoureiro, vereador Arlindo Faust, de Saudade do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A história dos homens do Paraná sempre foi feita com heroísmo, com amor e com tradição.

É indeclinável dever honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus próprios esforços, tudo fez e faz pela região sudoestina e pelo nosso Estado, como é o caso dos vereadores agora eleitos para comandarem a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná.

“Para quem caminha em direção
ao sol, é sempre madrugada”.

(Helena Kolody)

Prestamos esta homenagem aos citados vereadores, embora não correspondendo à magnitude e à grandeza dos méritos da nova diretoria.

Estamos felizes todos nós, que vemos ser hasteada a bandeira sudoestina com a nova diretoria da Associação

das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, pois é o vereador que se encontra mais atento e próximo aos problemas comunitários e das mais legítimas reivindicações populares.

Dentre as três classes parlamentares, a que mais se expõe aos espinhos da atividade é a dos parlamentares municipais, os vereadores. E desnecessário seria explicar o porquê. Mas é bom que se recorde que o vereador enfrenta de princípio, duas situações adversas: por estar mais diretamente em contato com o povo, servindo de caixa de ressonância para os inúmeros e complexos problemas da comunidade; e sendo um legislador por princípio, não dispõe de meios executivos para oferecer a solução pronta e eficaz como seria de seu agrado, e mais ainda, do desejo e esperança do cidadão que a ele acorre. Ao conviver com o povo, o vereador participa mais amiúde dos problemas do município.

A este contentamento, o Poder Legislativo Estadual, através deste deputado, se congratula mais uma vez com a diretoria eleita da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 4238

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação do Grupo de Apoio às Famílias Carentes, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Grupo de Apoio às Famílias Carentes está empossando sua nova diretoria para o biênio 2002/2003.

Presidente: Silvana A. de Macedo.

Vice-Presidente: Rejane Marchezini.

1ª Secretária: Milena O. Helbel.

2ª Secretária: Aline F. Seraphin.

1ª Tesoureira: Cleuza Aparecida Coelho.

2ª Tesoureira: Eliane Zermiane.

Coordenador Executivo: Rogério de Paula.

Assistente de Imprensa: Elaine R. de Mello.

A toda a nova diretoria, com desejo de sucessos na nova caminhada, receba a AGAFC (Rua Izaak Ferreira da Cruz, 2788 - Sítio Cercado - 81900-000 - Cbba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 4225

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao senhor Luiz Carlos Chemin Claudino, prefeito municipal de Mandirituba, extensivos aos secretários municipais, vereadores, organizadores, funcionários e ao povo em

geral, pela realização da IX Expofest do Frango e V da Festa da Ameixa, transcorridas nos dias 08 e 09 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Realizou-se neste final de semana, no município de Mandirituba, com o patrocínio de várias empresas, a IX Expofest do Frango e V Festa da Ameixa, numa realização da Prefeitura Municipal, sob o comando do senhor prefeito Luiz Carlos Chemin Claudino, que juntamente com a primeira dama, seus secretários municipais, vereadores e demais organizadores, não mediram esforços para que tudo acontecesse na maior tranquilidade.

Como das outras festas, esta IX Expofest e V Festa da Ameixa, foi um sucesso. Apesar da chuva, a população compareceu apoiando este evento já tradicional da região metropolitana, que congrega outras municipalidades e apreciadores do frango, da ameixa.

REQUERIMENTO Nº 4226

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao senhor José Gomes, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Abranches - AMADA, desta capital, pelos relevantes serviços prestados aos moradores, vizinhos e amigos do Abranches e bairros vizinhos, durante quarenta (40) anos, transcorridos nesta semana.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor José Gomes, presidente eleito e em exercício da Associação dos Moradores e Amigos do Abranches - Amada, líder da região, amigo sincero de vários outros presidentes, desenvolveu e vem desenvolvendo um excelente trabalho social, sempre direcionado ao bem-estar das pessoas mais carentes e necessitadas daquela região.

José Gomes festeja nesta data seus quarenta (40) anos como líder comunitário da região, sendo sempre consultado por outros presidentes na maneira de bem conduzir os destinos de suas associações.

Muito bem quisto por seus associados, amigos e vizinhos, José Gomes sempre está pronto para toda e qualquer emergência que diga respeito ao atendimento e preocupação das pessoas mais carentes.

REQUERIMENTO Nº 4227

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao senhor Olivério Bento Ribeiro, presidente reeleito na data

de 09/12/2001, da Associação Beneficente aos demais membros da diretoria, associados, amigos e familiares.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Olivério Bento Ribeiro foi reeleito na data de 09/12/2001 para mais uma gestão, como presidente da Associação Beneficente dos Moradores da Barreirinha - Abembar, desta capital.

Juntamente com o senhor Olivério Bento Ribeiro, foi eleita a chapa completa de pessoas amigas da Associação, que irão trabalhar paralelamente com a presidência, para o novo biênio 2002/2004, em prol dos seus associados, amigos e vizinhos.

Durante a última gestão o senhor Olivério Bento Ribeiro realizou um excelente trabalho como presidente da associação, com realizações de vários eventos festivos, sociais todos dirigidos ao bem-estar de seus associados, principalmente dos mais carentes e necessitados.

REQUERIMENTO Nº 4255

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, solicitando aprovação em regime de urgência de um plano de cargos, carreira e salários aos servidores públicos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB/PR.

Do aprovado REQUER, ainda, seja encaminhado cópia do presente aos Núcleos Regionais da Secretaria do Abastecimento, e ao Sindiseab.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O corpo técnico do SEAB está atualmente em franco processo de desestruturação, o que vai comprometendo a cada dia os serviços prestados por essa Secretaria, principalmente no que tange à defesa agropecuária de nosso Estado.

Falta a nossos servidores remuneração compatível com a dignidade, peculiaridades, e importância da profissão; estímulo à qualidade do trabalho desempenhado, valorização profissional, através de uma progressão funcional, e piso compatível ao mercado de trabalho.

Justificamos a imediata aprovação de um PCCS para os funcionários da SEAB, tendo em vista que atualmente os servidores estão sobrevivendo às custas de salários muito aquém da realidade, estes estagnados desde agosto de 1995 em contraposição a todos os preços da economia que elevam-se dia a dia.

Sendo assim, faz-se necessário que o Governo do Estado proporcione condição de trabalho para todos os integrantes desta importante cadeia laboral, dinamizadora e propulsora da estrutura da SEAB, a qual passa pelos técnicos e vai até os funcionários auxiliares e de apoio administrativo.

REQUERIMENTO Nº 4209

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Ilmo. Sr. João Alberto Sautchuk, chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, solicitando sejam tomadas medidas urgentes no sentido de realizar serviços de tapa buraco na BR-272 - Campo Mourão - Goioerê, nas proximidades do trevo de acesso a Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 4211

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao tenente coronel QOPM Renato Ribeiro Pares, por sua investidura como comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar.

Ao comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, coronel QOPM e ao tenente David Antonio Pancotti, nossos agradecimentos pelo convite para passagem de comando formulado a este parlamentar.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná firmará com a Parana Previdência, serviço social autônomo com personalidade de direito privado, convênio para operacionalização do Plano de Previdência de que trata o artigo 75 da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 2º - A celebração do convênio de que trata o artigo 1º, observará as regras estabelecidas na presente resolução.

Art. 3º - O Plano de Previdência referido no artigo 1º terá por finalidade conceder aos deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, em caráter complementar e sob o regime de capitalização, os benefícios de que tratam os artigos 44, 45, 46, 47, 48, 50 e 51, da Lei nº 12.398/98.

Parágrafo Único - Para efeito de concessão dos benefícios mencionados neste artigo, ter-se-á por base o pressuposto de que o teto do Regime Geral da Previdên-

cia Social será pago pelo INSS ou pelo Regime Próprio de Previdência.

Art. 4º - Constituem requisitos de elegibilidade para fruição dos benefícios:

a) ter o deputado 65 (sessenta e cinco) anos de idade, completos;

b) contar com 35 (trinta e cinco) anos de contribuição previdenciária; e

c) pelo menos 8 (oito) anos de contribuição para o Plano de Previdência dos deputados a ser instituído nos termos do Convênio de que trata o parágrafo único do artigo 75, da Lei nº 12398/98.

Parágrafo Único - Para efeito de atendimento do requisito de que trata a alínea "b" deste artigo, será permitida a averbação do tempo de contribuição efetuada em favor de regime de Previdência Oficial.

Art. 5º - Os benefícios de que trata esta resolução não poderão ser concedidos, em hipótese alguma, durante o exercício de mandato pelo deputado.

Art. 6º - Para fins de custeio do plano de benefícios de que trata esta Resolução, serão vertidas contribuições previdenciárias em percentuais estabelecidos a partir de estudo atuarial a ser elaborado pela Parana Previdência, devendo-se considerar que haverá contribuição, seja por parte da Assembléia Legislativa, enquanto instituidora do plano, seja dos deputados, enquanto segurados.

Art. 7º - Atendidos os requisitos de elegibilidade estabelecidos no artigo 4º desta Resolução, será assegurado ao deputado que deixar de ser detentor de mandato eletivo benefício equivalente aos subsídios recebidos pelos deputados em exercício de mandato.

Art. 8º - A contribuição para o plano não será extensiva aos suplentes eventualmente convocados.

§ 1º - Será facultada a contribuição para o deputado que deixar de exercer, temporária ou definitivamente, o mandato eletivo.

§ 2º - A contribuição dos deputados e seus dependentes será mantida mesmo após eventual concessão de benefício.

Art. 8º - A contribuição da Assembléia Legislativa, enquanto instituidora, estará limitada à proporção de 2:1 (dois para um).

Parágrafo Único - Para efeito de capitalização inicial do Plano de Benefícios de que trata esta Resolução, a Assembléia Legislativa fica autorizada a efetivar o aporte de recursos necessários, em montante a ser apontado no estudo atuarial a ser realizado pela Parana Previdência e aprovado pela Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 10 - Os deputados que não obtiveram mandato eletivo, de modo a atender aos requisitos de elegibilidade

estabelecidos na presente Resolução, terão suas contribuições vertidas para um plano de Contribuição Definitiva.

Art. 11 - O deputado que completar 35 anos de contribuição e cumprir a carência mínima de 8 anos poderá deixar de contribuir para o Plano, convertendo-se sua reserva em benefício soldado.

Art. 12 - Ao deixar o exercício do seu mandato eletivo, o deputado que não desejar continuar contribuindo terá suas contribuições vertidas para um plano de benefício soldado, permitindo-se o resgate da respectiva reserva acumulada, quando do atingimento da idade mínima estabelecida na presente Resolução ou em casos de morte ou invalidez permanente.

Art. 13 - Será facultativa a contribuição dos novos deputados eleitos a partir da próxima legislatura.

Parágrafo Único - Os deputados referidos no “caput” deste artigo, que optarem por aderir ao Plano de Previdência, estarão sujeitos ao pagamento do acréscimo de contribuição a que se refere o parágrafo 2º do artigo 78 da Lei nº 12.398/98.

Art. 14 - O Plano de Previdência dos deputados não proporcionária, em nenhuma hipótese, a aposentadoria compulsória.

Art. 15 - A contribuição dos deputados será vertida em caráter perene, inclusive durante o período de fruição dos benefícios.

Art. 16 - Caberá à ParanaPrevidência a gestão do Plano de Previdência dos deputados, nos tempos de condições a serem fixados em convênio com esta Assembleia Legislativa, em que deverá ficar consignado, entre outras obrigações daquela instituição, que os recursos vertidos para tal finalidade deverão constituir fundo próprio, com contabilidade à parte, e sujeito e permanente avaliação e fiscalização por parte da Assembleia.

Art. 17 - A implementação do convênio de que trata o artigo 75 da Lei nº 12398/98 ficará condicionada à convalidação, por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Plano de Previdência previsto na presente Resolução.

Art. 18 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON, LUIZ CARLOS MARTINS, ELI GHELLERE, RENATO GAÚCHO, JOSÉ MARIA FERREIRA, DURVAL AMARAL, CAÍTO QUINTANA, EDNO GUIMARÃES, CESAR SELEME, BASÍLIO ZANUSSO, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO

GENARI, LUIZ CARLOS ZUK, MOYSÉS LEÔNIDAS, NEREU MOURA, DIVANIR BRAZ PALMA, CUSTÓDIO DA SILVA, GERALDO CARTÁRIO, SERAFINA CARRILHO, SÉRGIO SPADA, HERMAS BRANDÃO, NELSON TURECK, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, FERNANDO RIBAS CARLI, MILTINHO PUPIO, WALDYR PUGLIESI, ADEMIR BIER, ANTONIO ANIBELLI, ALGACI TULIO e EDSON PRACZYK.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 685/2001
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica extinta a carreira de técnico em telecomunicações policiais, passando os seus atuais ocupantes de 1ª classe, a ingressar na 4ª classe da carreira de investigador de polícia, nos termos do artigo 39 da Lei Complementar nº 89, de 26 de julho de 2001.

Art. 2º - Os atuais ocupantes da 2ª e 3ª classes da carreira de técnico em telecomunicações policiais, passam a ingressar na 5ª classe da carreira de investigador de polícia.

Art. 3º - Fica extinta a carreira de operador em telecomunicações policiais, passando os seus atuais ocupantes a ingressar a 5ª classe da carreira de investigador de polícia.

Art. 4º - As atribuições pertinentes às carreiras ora existentes, passarão a ser desempenhadas pelos ocupantes da carreira de investigador de polícia, sem prejuízo dos seus atuais ocupantes.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, apenas repete o texto do Projeto de Lei Complementar nº 128/2000, de nossa autoria, o qual visava a extinção das carreiras de técnico em telecomunicações policiais e operadores em telecomunicações policiais, conforme reza o texto do artigo 41, parágrafo 3º, da Constituição Federal e Emenda nº 19/98, no seu artigo 6º, parágrafo 3º.

A medida proposta tem o objetivo prático e realista. Os funcionários que, com a extinção das carreiras, ingressarem na carreira de investigador de polícia, já estão desempenhando as funções pertinentes ao cargo, atuando em investigações, diligências, realização de barreiras, prisões e até serviços de carcereiros, e inclusive

trabalham em equipes, todos em regime de plantões, tanto no Centro de Comunicações da Capital, como nas delegacias do interior. Se tal situação perdurar, poderá haver interpretação futura de desvio de função.

Todos os contatos telecomunicativos policiais são feitos ou realizados por investigadores e mesmo pelos delegados de polícia, ficando esta função obsoleta, pelo texto do *caput* do artigo 30 da Lei Complementar nº 89, de 25.07.2001, pois não haverá mais necessidade de operadores em telecomunicações policiais para efetivação destes serviços, como reza o artigo 41, parágrafo 3º da Constituição Federal, e Emenda nº 19/98, em seu artigo 6º, parágrafo 3º.

Assim sendo, pela real e eficaz prestação de serviços da Polícia Civil em favor da comunidade paranaense, apresentamos a emenda, adequando a redação que havíamos dado ao Projeto de Lei nº 128/2000, ao presente, nos termos do artigo 39 da Lei Complementar nº 89, esperando contar com o apoio dos nobres deputados que compõem esta Casa de Leis, a fim de que se manifestem favoravelmente para sua aprovação em Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 686/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de tributos estaduais, a qualquer título, as aquisições de veículos automotores, do tipo popular, efetuadas por policiais civis, policiais militares e bombeiros militares, da ativa, inativos, reformados ou aposentados, desde que para uso próprio.

Art. 2º - A isenção de que trata o artigo 1º será deferida aos destinatários da presente lei para aquisição de 1 (um) único veículo novo (zero quilômetro), de fabricação nacional.

Parágrafo Único - Os veículos adquiridos com o advento da isenção, só poderão ser transferidos de propriedade após três (03) anos.

Art. 3º - O Poder Executivo diligenciará para a regulamentação da presente lei, em 60 (sessenta) dias, após a sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, autorizando o Poder Executivo a isentar de tributos estaduais, a qualquer título, nas aquisições de automotores aos policiais militares, civis e bombeiros militares.

Vale salientar que foi sancionada, no Estado do Rio de Janeiro, lei similar (Lei nº 3561, de 21 de setem-

bro de 2001), que vem trazer maior embasamento à nossa pretensão de beneficiar a valorosa classe dos policiais militares e civis e dos bombeiros.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 687/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao pastor Roberto Alves de Lucena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo homenagear o pastor Roberto Alves de Lucena, paulista de Santa Isabel, presidente nacional da Igreja O Brasil Para Cristo, em reconhecimento do povo paranaense ao trabalho na área social, que o mesmo realiza à frente da mencionada Igreja, em favor daqueles desprovidos de recursos, principalmente na recuperação de viciados, com notáveis resultados alcançados.

O pastor Lucena, filho de Antonio Vieira de Lucena e de Eunice Alves de Lucena, nasceu em Santa Isabel, Estado de São Paulo, aos dezoito dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e sessenta e seis.

Ordenado ao Ministério Pastoral em 02 de novembro de 1986, exerceu a função de pastor auxiliar da Igreja O Brasil Para Cristo em Santa Isabel - SP.

Em 21 de agosto de 1991, fundou a referida Igreja na cidade de Arujá - SP, onde exerce seu ministério pastoral até a presente data. No período de dezembro de 1994 até outubro de 1997, assumiu a Secretaria Regional do Nordeste da Congregação, quando teve a oportunidade de administrar todas as Igrejas O Brasil para Cristo da região. Em 02 de dezembro de 1999, eleito, foi empossado na Presidência do Conselho Nacional das Igrejas Evangélicas Pentecostais O Brasil Para Cristo, cargo que ocupa até a presente data.

A Igreja presidida pelo pastor Lucena fundada em 1956 pelo Missionário Manoel de Mello e Silva, e hoje encontra-se difundida em todo o território nacional, representando uma das maiores forças do Movimento Pentecostal. O homenageado também é filiado ao Conselho Nacional das Igrejas O Brasil Para Cristo, do Conselho Nacional de Pastores do Brasil - CNPB, e participa além dos organismos sociais de sua igreja, da Alfa Ministries International e da Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno - Adonep.

O pastor Lucena exerce seu ministério com inteira dedicação em favor daqueles que necessitam de uma ação

social mais contudente, procurando, através da Igreja e da solidariedade do povo, em especial dos congregados na fé, efetiva ajuda, tanto espiritual e psicológica, quanto material.

Autor evangélico, teve publicado em 1998 pela Editora Junec, o livro de sua autoria "Arrebatamento".

O atendimento a jovens viciados para tirá-los dessa triste condição e resgatá-los para Deus, para a vida e à sociedade, pois além de afetá-los diretamente, vez que a droga, seja qual for, consome o ser humano, na maioria das vezes abala todo o relacionamento, respeito e estrutura familiar, é um trabalho que exige disponibilidade e perseverança, e o pastor Lucena coordena, no Brasil inteiro, em especial em nosso Estado, esse trabalho anônimo, que na maioria das vezes passa até despercebido pelos homens, porém realizado com determinação e amor a Deus e ao próximo, visa resgatar a dignidade e a auto estima de cada um daqueles que necessitam e recebem atendimento.

Pelas suas ações através da Igreja que preside, favorecendo sobremaneira o povo paranaense, a quem dedica especial carinho e cuidado especial, foi agraciado no curso do ano que se encerra, com o Troféu Imprensa.

Também viu seu trabalho enaltecido como líder religioso pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina no ano corrente, bem como recebeu o nosso homenageado pastor Roberto Alves de Lucena, no ano de 2000, em reconhecimento às atividades que coordena e desenvolve na área social e de valorização humana, justa homenagem do Congresso Nacional, como líder da Igreja O Brasil Para Cristo.

PROJETO DE LEI Nº 688/2001

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, o Clube das Mães da Comunidade de Fazenda Mazurana, do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ-Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.464.666/0001-51, com sede na Rua Principal, s/nº - Fazenda Mazurana, município de Dois Vizinhos-Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que o Clube de Mães da Comunidade de Fazenda Mazurana, do município de Dois Vizinhos, tem se elevado no trabalho de organizar a comunidade em busca de conhecimentos

básicos na área de saúde, higiene, alimentação, educação e encaminhando-se aos serviços a que têm direito, promover cursos, reuniões, palestras relacionadas a necessidades detectadas nas famílias, contribuindo com isso, para a melhoria do nível de vida das famílias daquela comunidade.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual, reveste-se de extrema importância para que mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população da comunidade de Fazenda Mazurana, antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 689/2001

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha- APAE de Quitandinha, com foro na comarca de Rio Negro, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) CEZAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha - APAE de Quitandinha, entidade filantrópica, fundada em 13 de dezembro de 1995, vem por meio de sua diretoria, executar uma série de atividades todas direcionadas ao bem-estar das crianças portadoras de deficiência daquele município, conforme os relatórios de atividades anexos ao projeto de lei.

As crianças atendidas pela entidade estão divididas em quatro turmas: Educação Escolar- pré-Escolar, Treinamento Básico, Iniciação para o Trabalho, recebendo atendimento de fisioterapia e fonoaudiologia todos os alunos que necessitam.

Tendo em vista os trabalhos realizados pela atual diretoria, achamos que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha - APAE de Quitandinha seja merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual; para isto solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 692/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a incluir a Feira do Esporte, nas comemorações anuais da Semana da Cultura e do Esporte.

Art. 2º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação em conjunto com a Secretaria de Estado da Cultura e o órgão do Poder Executivo responsável pelas atividades do Esporte, fixará as diretrizes para a comemoração anual prevista no artigo anterior.

Parágrafo Único - Durante a feira serão promovidas atividades culturais e esportivas, palestras e demonstrações de todos os esportes praticados no Estado, com o intuito de difundir as modalidades a todos os visitantes, levando-se em conta as especialidades (modalidades) e capacidades promocionais da localidade realizadora do evento.

Art. 3º - A Feira do Esporte será realizada juntamente com a Semana da Cultura e do Esporte, nas escolas estaduais que previamente tenham definido as programações esportivas no calendário escolar de ensino.

Art. 4º - A coordenação da Feira do Esporte, poderá firmar parcerias com escolas particulares, clubes, academias e instituições voltadas ao esporte, visando a promoção do evento.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a incluir a Feira do Esporte, nas comemorações anuais da Semana da Cultura e do Esporte.

Com poucos recursos e com muito material humano, nas Escolas do Governo do Estado do Paraná, amizade entre diretores professores das escolas com alunos e assim em parceria com o Departamento de Obras das Prefeituras interessadas; relacionar, revelando a popularidade dos Esportes em todas as categorias-faixas-etárias, modalidades, a todos os habitantes das Cidades do Estado do Paraná, onde quer que seja apresentado-montado-demonstrado.

Através de prévia preparação dos alunos expositores-demonstrações serão treinados para mostrar-demonstrar fatos, regulamentos, tipos, marcas, preços, categorias, dias, horas, locais, atletas que já fazem ou farão parte dessa modalidade esportiva, juntamente com os ex-atletas, de cada cidade, porque toda cidade também tem suas glórias, conquistas e vitórias.

Nestas condições, queremos contar com o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 693/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam prorrogados, pelo prazo de 2 (dois) anos, os efeitos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de

1995, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que hajam ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Objetivo do presente plano de lei é prorrogar os efeitos da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1955, de autoria do nobre deputado Beto Richa, que permitiu indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, durante o Regime Militar.

Entendemos que o prazo dado pela lei, sessenta dias para a apresentação de requerimento pelos interessados à Comissão Especial constituída pelo Poder Executivo, foi muito pequeno. Esse fato ocasionou um desconfortável embaraço aos objetivos, altamente democráticos, do legislador, já que muitos que sofreram danos ocasionados pela Ditadura Militar, não tiveram tempo e/ou conhecimento para apresentar o requerimento junto à comissão competente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 694/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Aprova a lei de qualidade da água para Consumo Humano, de uso obrigatório em todo o Estado do Paraná, abrangendo a potabilidade das águas superficiais e subterrâneas.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo máximo de 12 meses, contados a partir da publicação desta lei, para que as instituições ou órgãos aos quais esta lei se aplica, promovam as adequações necessárias a seu cumprimento.

§ 1º - No caso de tratamento por filtração de água para consumo humano suprido por manancial superficial e distribuída por meio de canalização e da obrigação do monitoramento de cianobactérias e cianotoxinas, este prazo é de até 24 meses.

§ 2º - No período de transição deverão ser observadas as normas e os padrões estabelecidos na Portaria nº 1.469 de 2.001, do Ministério da Saúde.

Art. 3º - É de responsabilidade do Estado e dos municípios a adoção das medidas necessárias para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 4º - A Secretaria Estadual de Saúde, por intermédio de seus escritórios regionais e Vigilância Sanitária do Estado fará a revisão desta Lei de Qualidade da Água para Consumo Humano, no prazo de 5 anos ou a qualquer tempo, mediante solicitação devidamente justificada de órgãos governamentais ou não governamentais de reconhecida capacidade técnica nos setores objeto desta regulamentação.

Art. 5º - Fica delegada competência ao Secretário Estadual de Saúde, para editar, quando necessário, normas regulamentadoras desta lei.

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 6º - Esta lei dispõe sobre procedimentos e responsabilidades inerentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano e estabeleceu seu padrão de potabilidade e dá outras providências.

Art. 7º - Toda a água destinada ao consumo humano deve obedecer ao padrão de potabilidade e está sujeita à vigilância da qualidade da água.

Art. 8º - Esta lei não se aplica às águas envasadas e a outras, cujos usos e padrões de qualidade são estabelecidos em legislação específica.

Capítulo II

Das Definições

Art. 9º - Para os fins a que se destina esta lei, são adotadas as seguintes definições:

I - água potável - água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde;

II - sistema de abastecimento de água para consumo humano - instalação composta por conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, destinada à produção e à distribuição canalizada de água potável para populações, sob a responsabilidade do poder público, mesmo que administrada em regime de concessão ou permissão;

III - solução alternativa de abastecimento de água para consumo humano - toda modalidade de abastecimento coletivo de água distinta do sistema de abastecimento de água, incluindo, entre outras, fonte, poço comunitário, distribuição por veículo transportador, instalações condominiais horizontal e vertical;

IV - controle da qualidade da água para consumo humano - conjunto de atividades, exercidas de forma contínua pelo(s) responsável(is) pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento, assegurando a manutenção desta condição;

V - vigilância da qualidade da água para consumo humano - conjunto de ações adotadas continuamente

pela autoridade de saúde pública para verificar se a água consumida pela população atende a esta norma e para avaliar os riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água representam para a saúde humana;

VI - coliformes totais (bactérias do grupo coliforme) - bacilos gram-negativos, aeróbios ou anaeróbios facultativos, não formadores de esporos, oxidase-negativos, capazes de desenvolver na presença de sais biliares ou agentes tensoativos que fermentam a lactose com produção de ácido, gás e aldeído a $35,0 \pm 0,5$ o C em 24-48 horas, e que podem apresentar atividade da enzima B - galactosidase. A maioria das bactérias do grupo coliforme pertence aos gêneros *Escherichia*, *Citrobacter*, *Klebsiella* e *Enterobacter*, embora vários outros gêneros e espécies pertençam ao grupo;

VII - coliformes termotolerantes - subgrupo das bactérias do grupo coliforme que fermentam a lactose a $44,5 \pm 0,2$ o C em 24 horas; tendo como principal representante a *Escherichia Coli*, de origem exclusivamente fecal;

VIII - *Escherichia Coli* - bactéria do grupo coliforme que fermenta a lactose e manitol, com produção de ácido e gás a $44,5 \pm 0,2$ o C em 24 horas, produz indol a partir do triptofano, oxidase negativa, não hidroliza a uréia e apresenta atividade das enzimas B galactosidase e B glucoronidase, sendo considerado o mais específico indicador de contaminação fecal recente e de eventual presença de organismos patogênicos;

IX - contagem de bactérias heterotróficas - determinação da densidade de bactérias que são capazes de produzir unidades formadoras de colônias (UFC), na presença de compostos orgânicos contidos em meio de cultura apropriada, sob condições pré-estabelecidas de incubação: $35,0 \pm 0,5$ o C por 48 horas;

X - cianobactérias - microorganismos procarióticos autotróficos, também denominados como cianofíceas (algas azuis), capazes de ocorrer em qualquer manancial superficial especialmente naqueles com elevados níveis de nutrientes (nitrogênio e fósforo), podendo produzir toxinas com efeitos adversos à saúde; e

XI - cianotoxinas - toxinas produzidas por cianobactérias que apresentam efeito adverso à saúde por ingestão oral, incluindo:

a) microcistinas - hepatotoxinas heptapeptídicas cíclicas produzidas por cianobactérias, com efeito potente de inibição de proteínas fosfatases dos tipos 1 e 2A e promotoras de tumores;

b) cilindropermopsina - alcalóide guanidínico cíclico produzido por cianobactérias, inibidor de síntese protéica, predominantemente hepatotóxico, apresentando também efeitos citotóxicos nos rins, baço, coração e outros órgãos;

c) saxitoxinas - grupo de alcalóides carbamatos neurotóxicos produzido por cianobactérias, não sulfatados (saxitoxinas) ou sulfatados (goniautoxinas e C-toxinas) e derivados de carbamil, apresentando efeitos na

inibição da condução nervosa por bloqueio dos canais de sódio.

Capítulo III

Dos Deveres e das Responsabilidades

Art. 10 - São deveres e obrigações da Secretaria Estadual de Saúde, por intermédio de seus escritórios regionais:

I - promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água, em articulação com as Secretarias Municipais de Saúde e Vigilância com os responsáveis pelo controle de qualidade da água, nos termos desta lei.

II - estabelecer as referências laboratoriais estaduais e regionais, para dar suporte às ações de maior complexidade na vigilância da qualidade da água para consumo humano;

III - aprovar e registrar as metodologias não contempladas nas referências citadas no artigo 22 e 23 desta lei.

IV - definir diretrizes específicas para o estabelecimento de um plano de amostragem a ser implementado pelos municípios, no exercício das atividades de vigilância da qualidade da água, no âmbito do Estado.

V - executar ações de vigilância da qualidade da água, de forma complementar, em caráter excepcional, quando constata, tecnicamente, insuficiência da ação municipal.

Art. 11 - São deveres e obrigações da Secretaria da Saúde do Estado e dos Municípios:

I - promover e acompanhar a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com o nível municipal e os responsáveis pelo controle de qualidade da água;

II - garantir, nas atividades de vigilância da qualidade da água, a implementação de um plano de amostragem pelos municípios, observadas as diretrizes específicas a serem elaboradas pela Secretaria da Saúde;

III - estabelecer as referências laboratoriais estaduais para dar suporte às ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano;

IV - executar ações de vigilância da qualidade da água, de forma complementar, em caráter excepcional, quando constatada tecnicamente, insuficiência da ação municipal.

V - os órgãos de saúde, responsáveis pela vigilância da qualidade da água, devem manter cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra as empresas que administram os sistemas de abastecimento de água para consumo humano, devendo mantê-lo disponível aos interesses e divulgá-lo de forma pública anualmente.

Art. 12 - São deveres e obrigações das Secretarias Municipais de Saúde:

I - exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com os responsáveis pelo controle de qualidade da água;

II - sistematizar e interpretar os dados gerados pelo responsável pela operação do sistema ou solução alternativa de abastecimento de água, assim como, pelos órgãos ambientais e gestores de recursos hídricos, em relação às características da água nos mananciais, sob a perspectiva da vulnerabilidade do abastecimento de água quanto aos riscos à saúde da população;

III - estabelecer as referências laboratoriais municipais para dar suporte às ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano;

IV - efetuar, sistemática e permanentemente, avaliação de risco à saúde humana de cada sistema de abastecimento ou solução alternativa, por meio de informações sobre:

a) a ocupação da bacia contribuinte ao manancial e o histórico das características de suas águas;

b) as características físicas dos sistemas, práticas operacionais e de controle da qualidade da água;

c) o histórico da qualidade da água produzida e distribuída; e

d) a associação entre agravos à saúde e situações de vulnerabilidade do sistema.

V - auditar o controle da qualidade da água produzida e distribuída e as práticas operacionais adotadas;

VI - garantir à população informações sobre a qualidade da água e riscos à saúde associados, nos termos do inciso VI do artigo 15 desta lei;

VII - manter registros atualizados sobre as características da água distribuída, sistematizados de forma compreensível à população e disponibilizados para pronto acesso e consulta pública;

VIII - manter mecanismos para recebimento de queixas referentes às características da água e para a adoção das providências pertinentes;

IX - informar ao responsável pelo fornecimento de água para consumo humano sobre anomalias e não conformidades detectadas, exigindo as providências para as correções que se fizerem necessárias;

X - aprovar o plano de amostragem apresentado pelos responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água, que deve respeitar os planos mínimos de amostragem expressos nas Tabelas 6, 7, 8 e 9;

XI - implementar um plano próprio de amostragem de vigilância da qualidade da água, consoante diretrizes específicas;

XII - definir o responsável pelo controle da qualidade da água de solução alternativa.

Art. 13 - Cabe ao(s) responsável(is) pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água exercer o controle da qualidade da água.

Parágrafo Único - Em caso de administração, em regime de concessão ou permissão, do sistema de abastecimento de água, é a concessionária ou a permissionária a responsável pelo controle da qualidade da água.

Art. 14 - Ao(s) responsável(is) pela operação de sistema de abastecimento de água incumbe:

I - operar e manter o sistema de abastecimento de água potável para a população consumidora em conformidade com as normas técnicas aplicáveis publicadas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e com outras normas e legislações pertinentes;

II - manter e controlar a qualidade da água produzida e distribuída, por meio de:

a) controle operacional das unidades de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição;

b) exigência do controle de qualidade, por parte dos fabricantes de produtos químicos utilizados no tratamento da água e de materiais empregados na produção e distribuição que tenham contato com a água;

c) capacitação e atualização técnica dos profissionais encarregados da operação do sistema e do controle da qualidade da água;

d) análises laboratoriais da água, em amostras provenientes das diversas partes que compõem o sistema de abastecimento.

III - Manter avaliação sistemática do sistema de abastecimento de água, sob a perspectiva dos riscos à saúde, com base na ocupação da bacia contribuinte ao manancial, no histórico das características de suas águas, nas características físicas do sistema, nas práticas operacionais e na qualidade da água distribuída;

IV - encaminhar à autoridade de saúde pública, para fins de comprovação do atendimento a esta Norma, relatórios mensais com informações sobre o controle da qualidade da água, segundo modelo estabelecido pela referida autoridade;

V - promover, em conjunto com os órgãos ambientais e gestores de recursos hídricos, as ações cabíveis para a proteção do manancial de abastecimento e de sua bacia contribuinte, assim como efetuar controle das características das suas águas, nos termos do artigo 27 desta lei, notificando imediatamente a autoridade de saúde pública sempre que houver indícios de risco à saúde ou sempre que amostras coletadas apresentarem resultados em desacordo com os limites ou condições da respectiva classe de enquadramento, conforme definido na legislação específica vigente;

VI - Fornecer a todos os consumidores, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, informações sobre a qualidade da água distribuída mediante envio de relatório, dentre outros mecanismos, com periodicidade mensal, trimestral ou semestral, de acordo com a frequência da amostragem contando, pelo menos as seguintes informações:

a) descrição dos mananciais de abastecimento, incluindo informações sobre sua proteção, disponibilidade e qualidade da água;

b) estatística descritiva dos valores de parâmetros de qualidade detectados na água, seu significado, origem, e efeitos sobre a saúde; e

c) ocorrência de não conformidades com o padrão de potabilidade e as medidas corretivas providenciadas.

§ 1º - Os responsáveis pelo fornecimento, controle e vigilância da qualidade da água devem manter mecanismos de informação com frequência mensal, trimestral ou semestral, pertinente aos controles efetuados, ou ainda extraordinária, conforme o caso, aos consumidores, assegurando que a mesma seja correta, clara, precisa, ostensiva sobre as características, qualidade, quantidade, composição, origem e, quando houver, os possíveis riscos e como gerenciá-los, visando a prevenção de danos à saúde.

§ 2º - Os responsáveis pelo fornecimento, controle e vigilância da qualidade da água devem manter mecanismos de fácil acesso, inclusive para atendimento pessoal do usuário, através de postos de atendimento, com atendentes corteses e capacitados que possam não só esclarecer as dúvidas, mas também receber e encaminhar queixas referentes às características da água e para adoção das providências pertinentes, devendo, no prazo máximo de 30 dias dar retorno e informar por escrito aos reclamantes.

VII - Manter registro sobre as características da água distribuída, sistematizados de forma compreensível aos consumidores e disponibilizados para pronto acesso a consulta pública;

VIII - comunicar, imediatamente, à autoridade de saúde pública e informar, adequadamente, à população a detecção de qualquer anomalia operacional no sistema ou não conformidade na qualidade da água tratada, identificada como de risco à saúde, adotando-se as medidas previstas no artigo 41 desta lei;

IX - manter mecanismos para recebimento de queixas inclusive para atendimento do usuário, referentes às características da água e para a adoção das providências pertinentes. As respostas referentes às queixas deverão ser dadas aos usuários em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do protocolado.

Art. 15 - Ao responsável por solução alternativa de abastecimento de água, nos termos do inciso XIII do artigo 13 desta lei incumbe:

I - requerer, junto à autoridade de saúde pública, autorização para o fornecimento de água apresentando laudo sobre a análise da água a ser fornecida, incluindo os parâmetros de qualidade previstos nesta Portaria, definidos por critérios da referida autoridade;

II - operar e manter solução alternativa que forneça água potável em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, publicadas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e com outras normas e legislações pertinentes;

III - manter e controlar a qualidade da água produzida e distribuída, por meio de análises laboratoriais, nos termos desta Portaria e, a critério da autoridade de saúde pública, de outras medidas conforme inciso II do artigo anterior;

IV - encaminhar à autoridade de saúde pública, para fins de comprovação, relatórios com informações sobre o controle da qualidade da água, segundo modelo e periodicidade estabelecidos pela referida autoridade, sendo no mínimo trimestral;

V - efetuar controle das características da água da fonte de abastecimento, nos termos do artigo 24 desta lei, notificando, imediatamente, à autoridade de saúde pública sempre que houver indícios de risco à saúde ou sempre que amostras coletadas apresentarem resultado em desacordo com os limites ou condições da respectiva classe de enquadramento, conforme definido na legislação específica vigente;

VI - manter registros atualizados sobre as características da água distribuída, sistematizados de forma compreensível aos consumidores e disponibilizados para pronto acesso e consulta pública;

VII - comunicar, imediatamente, à autoridade de saúde pública, competente e informar, adequadamente, à população a detecção de qualquer anomalia identificada como de risco à saúde, adotando-se as medidas previstas no artigo 43 desta lei;

VIII - manter mecanismos para recebimento inclusive de atendimento pessoal do usuário, queixas referentes às características da água e para a adoção das providências pertinentes. As respostas deverão ser dadas em prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do protocolado.

CAPÍTULO IV

Do Padrão de Potabilidade

Art. 16 - A água potável deve estar em conformidade com o padrão microbiológico conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1

Padrão microbiológico de potabilidade da água para consumo humano Parâmetro VMP (1)

Escherichia Coli ou Coliformes Termotolerantes

(3) Ausência em 100ml

Água na saída do tratamento

Coliformes totais Ausência em 100ml

Água tratada no sistema de distribuição (reservatório e rede)

Escherichia Coli ou Coliformes termotolerantes

(3) Ausência em 100ml

Coliformes totais Sistemas que analisam 40 ou mais amostras por mês: Ausência em 100ml em 95% das amostras examinadas no mês;

Sistemas que analisam menos de 40 amostras por mês: Apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo em 100ml

Notas:

(1) Valor Máximo Permitido.

(2) água para consumo humano em toda e qualquer situação, incluindo fontes individuais como poços, minas, nascentes, dentre outras.

(3) a detecção de Escherichia Coli deve ser preferencialmente adotada.

§ 1º - No controle de qualidade da água, quando forem detectadas amostras com resultado positivo para coliformes totais, mesmo em ensaios presuntivos, novas amostras devem ser coletadas em dias imediatamente sucessivos até que as novas amostras revelem resultado satisfatório. Nos sistemas de distribuição, a coleta deve incluir, no mínimo, três amostras simultâneas, sendo uma no mesmo ponto e duas outras localizadas a montante e a jusante.

§ 2º - Amostras com resultados positivos para coliformes totais devem ser analisadas para Escherichia Coli e, ou, coliformes termotolerantes, devendo, neste caso, ser efetuada a verificação e confirmação dos resultados positivos.

§ 3º - O percentual de amostras com resultado positivo de coliformes totais em relação ao total de amostras coletadas nos sistemas de distribuição deve ser calculado mensalmente, excluindo as amostras extras (recoleta).

§ 4º - O resultado negativo para coliformes totais das amostras extras (recoletas) não anula o resultado originalmente positivo no cálculo dos percentuais de amostras com resultado positivo.

§ 5º - Na proporção de amostras com resultado positivo admitido mensalmente para coliformes totais no sistema de distribuição, expressa na Tabela 1, não são tolerados resultados positivo que ocorram em recoleta, nos termos do § 1º deste artigo.

§ 6º - Em 20% das amostras mensais para análise de coliformes totais nos sistemas de distribuição, deve ser efetuada a contagem de bactérias heterotróficas e, uma vez excedidas 500 unidades formadoras de colônia (UFC) por mil, deve ser providenciada imediata recoleta, inspeção local e, se constatada irregularidade, outras providências cabíveis.

§ 7º - Em complementação, recomenda-se a inclusão de pesquisa de organismos patogênicos, com o objetivo de atingir, como meta, um padrão de ausência, dentre outros, de enterovírus, cistos de Giardia spp e oocistos de Cryptosporidium sp.

§ 8º - Em amostras individuais procedentes de poços, fontes, nascentes e outras formas de abastecimento sem distribuição canalizada, tolera-se a presença de coliformes totais, na ausência de Escherichia Coli e, ou, coliformes termotolerantes, nesta situação devendo ser investigada as origens da ocorrência, tomadas providências imediatas de caráter corretivo e preventivo e realizada nova análise de coliformes.

Art. 17 - Para a garantia da qualidade microbiológica da água, em complementação às exigências relativas aos indicadores microbiológico, deve ser observado o padrão de turbidez expresso na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2

Padrão de turbidez para água pós-filtração ou pré-desinfecção

Tratamento da Água VMP (1)

Desinfecção (água subterrânea) 1,0 UT (2) em 95% das amostras

Filtração rápida (tratamento completo ou filtração direta) 1,0 UT (2)

Filtração lenta 2,0 UT (2) em 95% das amostras

Notas:

(1) Valor máximo permitido

(2) Unidade de turbidez.

§ 1º - Entre os 5% dos valores permitidos de turbidez superiores aos VMP estabelecidos na Tabela 2, o limite máximo para qualquer amostra pontual deve ser de 5,0 UT, assegurado, simultaneamente, o atendimento ao VMP de 5,0 UT em qualquer ponto da rede no sistema de distribuição.

§ 2º - Com vistas a assegurar a adequada eficiência de remoção de enterovírus, cistos de *Giardia spp* e oocistos de *Cryptosporidium sp.*, recomenda-se, enfaticamente, que, para a filtração rápida, se estabeleça como meta à obtenção de efluente filtrado com valores de turbidez inferiores a 0,5 UT em 95% dos dados mensais e nunca superiores a 5,0 UT.

§ 3º - O atendimento ao percentual de aceitação do limite de turbidez, expresso na Tabela 2, deve ser verificado, mensalmente, com base em amostras no mínimo diárias para desinfecção ou filtração lenta e a cada quatro horas para filtração rápida, preferivelmente, em qualquer caso, no efluente individual de cada unidade de filtração.

Art. 18 - Após a desinfecção, a água deve conter um teor mínimo de cloro residual livre de 0,5 mg/L, sendo obrigatória a manutenção de, no mínimo, 0,6 mg de CRL expresso em Cl₂/L em qualquer ponto da rede de distribuição, recomendando-se que a cloração seja realizada em pH inferior a 8,0 e tempo de contato mínimo de 30 minutos.

Parágrafo Único - Admite-se a utilização de outro agente desinfetante ou outra condição de operação do processo de desinfecção, desde que fique demonstrado pelo responsável pelo sistema de tratamento uma eficiência de inativação microbiológica equivalente à obtida com a condição definida neste artigo.

Art. 19 - A água potável deve estar em conformidade com o padrão de substâncias químicas que representam risco para a saúde expresso na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3

Padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde

Parâmetro Unidade VMP (1)**Inorgânicas**

- . Antimônio - 0,005 mg/L
- . Arsênio mg/L 0,01
- . Bário - 1,0mg/L
- . Cádmio mg/L 0,005
- . Cianeto - 0,01mg/l
- . Chumbo mg/L 0,01

- . Cobre - 0,02mg/l
- . Cromo Trivalente, 0,5 mg/L
- . Cromo Hexavalente - 0,05 mg/L
- . Fluoreto - 1,4mg/l
- . Mercúrio mg/L 0,001 mg/L
- . Nitrato (como N) -10 mg/l
- . Nitrito (como N) - 1 mg/L
- . Selênio - 0,01 mg/L

Orgânicas

- . Acrilamida micrograma/L - 0,5
- . Benzeno micrograma/L - 0,01mg/L
- . Benzo{a}pireno micrograma/L 0,00001mg/L
- . Cloreto de Vinila micrograma/L 5
- . 1,2 Dicloroetano micrograma/L 10
- . 1,1 Dicloroetano micrograma/L 20
- . Estireno micrograma/L 20
- . Tetracloroeto de carbono micrograma/L 2
- . Tetracloroeteno micrograma/L 40
- . Triclorobenzenos micrograma/L 20
- . Tricloroeteno micrograma 70

Agrotóxicos

- . Alaclor micrograma/L 20,0
- . Aldrin e Dieldrin 0,01 micrograma/l
- . Atrazina - 0,003 micrograma/l(EPA)
- . Bentazona micrograma/L-300
- . Clordano (isômeros) 0,04micrograma/L
- . 2,4 D- 0,07 micrograma/L
- . DDT (isômeros) 0,002micrograma/L
- . Endossulfan - 0,056micrograma/L
- . Endrin - 0,004micrograma/L
- . Glifosato - 0,7micrograma/L
- . Heptacloro e Heptacloro epóxido - micrograma / L - 0,03
- . Hexaclorobenzeno- micrograma/L 1
- . Lindano (g-BHC) -0,0002micrograma/L
- . Metalacloro micrograma/L 10
- . Metoxicloro - 0,04micrograma/L
- . Molinato - 6 micrograma/L
- . Pendimetalina -micrograma/L 20
- . Pentaclorofenol - 0,01micrograma/L.
- . Permetrina -micrograma/L 20
- . Propanil -micrograma/L20
- . Simazina - 0,004micrograma/L
- . Trifluralina - micrograma/L20
- . Carbofuran - 40 micrograma/L

Cianotoxinas

- . Microcistinas (3)mg/L 1,0

Desinfetantes e produtos secundários da desinfecção

- . Bromato mg/L 0,025
- . Clorito mg/L 0,2
- . Cloro livre mg/L 5
- . 2,4,6 Triclorofenol mg/L 0,2
- . Trihalometanos Total - 80 micrograma/l
- . Triclorometano - 0,030mg/L

Notas

- . (1) Valor máximo permitido.

(2) Os valores recomendados para a concentração de íon fluoreto devem observar à legislação específica vigente relativa a fluoretação da água, em qualquer caso devendo ser respeitado o VMP desta tabela.

(3) É aceitável a concentração de até 10 microgramas/L de microcistinas em até 3 (três) amostras, consecutivas ou não, nas análises realizadas nos últimos 12 (doze) meses.

(4) Análise exigida de acordo com o desinfetante utilizado.

§ 1º - Recomenda-se que as análises para cianotoxinas incluam a determinação de cilindrospermopsina e saxitoxinas (STX), observando, respectivamente, os valores limites de 15,0 microgramas/L e 3,0 microgramas/L de equivalentes STX/L.

§ 2º - Para avaliar a presença dos inseticidas organofosforados e carbamatos na água, recomenda-se a determinação da atividade de enzima acetilcolinesterase, observando os limites máximos de 15% ou 20% de inibição enzimática, quando a enzima utilizada for proveniente de insetos ou mamíferos, respectivamente.

Art. 20 - Para os seguintes princípios ativos de agrotóxicos, todos permitidos seu uso no Estado do Paraná, os órgãos ambientais e Secretaria da Saúde terão 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do presente para estipular os LMR - Limites Máximos de Resíduos (valores permitidos). Caso não sejam estipulados os seus valores no prazo fixado, não mais poderão ser utilizados no Estado do Paraná.

§ 1º - Nas áreas consideradas bacias de mananciais fica proibido o uso destes princípios ativos:

0,0-Dietil-0-Fenil Fosforotioato, 2,4-D, 2,4-D + Picloran, 2,4-D Éster Butílico do Ácido, 2,4-D Sal Dimetilamina, Abamectin, Acephate, Acetachlor, Acetamidrid, Acetochlor, Acetoclor, Ácido Sulfônico, Acifluorfen Sal de Sódio + Bentazon, Acifluorfen Sodium, Acrinathrin, Alachlo, Alachlor + Atrazine, Alc Poliv + Nonilf Oxiet + Alc Isoprop, Álcóolfenóis, Óxido de Eteno, Sulfonatos Orgânicos, Aldicarb, Alfacipermetrina, Alquil Éster Etoxilado do Ácido Fosfórico, Alquil Fenol Poliglicoléter, Ametrina, Ametryne + Diuron, Anilazine, Atrazina, Atrazina + Simazina, Atrazine, Atrazine + Imazine, Atrazine + Metolachlor, Atrazine + Simazine, Azafenidin, Azafenidin + Hexazinone, Azocyclotin, Azoxystrobin, Bacillus Thuringiensis, Bacillus Thuringiensis Aizawai GC-91, Baculovírus Anticarsia, Benomyl, Bentazon S Sódico + Acifluorfen Sodium, Bentazon Sal Sódico, Bentazone, Sal Sódico, Betacyflutrin, Bifenthrin, Bitertanol, Brometo de Metila, Bromopropylate, Butralin, Butoxydim, Captan, Captan + Deriv Correlatos, Carbaryl, Carbenfentim, Carbofuran, Carbofuran + Carboxin + Thiram, Carbosulfan, Carbosulfan + Zinco, Carboxin, Carboxin + Thiran, Carfentrazone-Ethyl, Cartap Cloriorato + Ingrediente Inerte, Cartap, Cloridrato, Chlorfenvinphos, Chlorimuron Ethyl, Chlorothalonil, Chlorothalonil + Oxidoreto de Cobre, Chlorothalonil +

Thiophanate Methyl, Chlorpyrifos, Chlorthal-Dimethyl, Cipermetrina, Clethodin, Clomazone, Clomazone + Ametrina, Cloransulam Metil, Cloreto de Alquil Dimetil Benzil Amônia + P-Nonil, Cloreto de Cloromequat, Cloreto de Mepiquat, Clorfluazuron, Clorofentazine, Clorotalonil, Clorotalonil e Carbendazin, Clorpirifos, Cyanamide, Cyanazine, Cyanazine + Simazine, Cyclanilide e Ethepon, Cyfluthrin, Cyhexatin, Cymoxanil + Famoxadone, Cymoxanil + Maneb + Sulfato de Zinco, Cypermethrin, Cypermethrin + Profenofos, Cyproconazole, Cyproconazole + Disulfoton, Cyproconazole + Oxidoreto de Cobre, Cyromazine, Dazomet, Deltamethrin, Deltamethrin + Endosulfan, Deltramethrin + Triazophos, Diafenthiuron, Diazinon, Diclofop-Methyl, Diclosulam, Dicofof, Dicofof + Tetradifon, Difenconazole, Diflubenuron, Dimethenamid, Dimethoate, Dimethomorph, Diquat, Disulfoton, Dithianon (Ditianona), Diuron, Diuron, Diuron MSMA, Diuron + Hexazinone, Dodine, Ediphenphos, Endosulfan, Enxofre, Epoxiconazole, Esfenvalerate, Éster Ácido Graxo, Ésteres de Ácido Graxo com Glicerol, Éter Poliglicólico Aromático, Ethepon, Ethion, Ethopropos, Etil-Trinexapac, Etofenprox, Famoxane + Mancozeb, Fenamiphos, Fenarimol, Fenbutatin Oxide, Fenitrothion, Fenitrothion + Esfenvalerate, Fenoxaprop-P-Ethyl, Fenoxaprop-P-Ethyl + Clethodin, Fenpropathrin, Fenpropimorph, Fenpyroximate, Fenthion, Fentin Acetate, Fentin Hidroxide, Fentoato, Fenvalerate, Fipronil, Fluazifop P. + Fomesafen, Fluazifop-P-Butil, Fluazinam, Fludioxonil, Fludioxonil + Metalaxyl-M, Flumetralin, Flumetsulam, Flumiclorac-Pentil, Flumioxazin, Fluquinconazole, Fluroxipir MHE + Picloram, Flutriafol, Fluvalinate, Fluxopir MHE, Folpet, Fomesafen, Fomesafen + Fluazitop-P-Butil, Forato, Fometanate Hidroclorato, Fosetyl-Al, Fosf de Magnes + Equival em Fosfina, Fosfeto de Alumínio, Furathiocarb, Giberelina, Glifosate, Glifosate Potássico, Glifosato, Glufosinato de Amônio, Glyphosate, Glyphosate, Isopropal + Diuron, Glyphosate, Isopropalamina + Simazine, Glyphosate, Isopropilamina, Grandlure (5,7) + Malathion (372), Halosulfuron, Hexaconazole, Hexaconazole + Chlorothalonil, Hexazinone, Hexazinone + Diuron, Hexthiazox, Hidrazida Maleica, Hidrocarboneto Aromático, Ésteres Metílicos e Poliol Fosfatado, Imazamox, Imazapic e Imazapyr, Imazapyr, Imazethapyr, Imazethapyr + Glifosato, Imidacloprid, Imidacloprid + Cyfluthrin, Indoxacarb, Ioxynil Octanato, Iprodione, Isoxaflutole, Isoxaflutole + Atrazina, Kasugamycin, Lactofen, Lambdacyhalothrin, Lauril Éter Sulf de Sódio, Linuron, Lufenuron, Malathion, Mancozeb, Mancozeb + Thiophanate Methyl, Metalaxil + Mancozeb, Metalaxyl-M + Chlorothalonil, Metalaxyl-M + Mancozeb, Metamidofos, Metconazole, Methamidophos, Methidation, Methomyl, Methoxyfenozide, Metolachlor, Metolachlor + Metribuzin, Metolachlor + Atrazina, Metribuzin, Metribuzin e Sulfentrazone, Metribuzin + Imazaquim, Metsulfuron Methyl, Mevinphos, Molinate, Molinate + Propanil, Monocrotofos, MSMA, Myclobutanil, Naled, Naprona-

mide, Navaluron, Nicosulfuron, Nonil Fenox Pol Etanol + Sod Dodec Benz Sulf, Nonil Fenoxi Poli Etanol, Nonilfenol Oxietilado, Nonilfenol Oxietilado + Álcool Isopropílico, Nonilfenol-Poliglicoléter, Nonilfenol-Poliglicoléter, Óleo Mineral, Óleo Vegetal, Omethoate, Oxadiazon, Oxadixil + Clorotalonil, Oxasulfuron, Oxicarboxin, Oxicloreto de Cobre, Oxicloreto de Cobre + Mancozeb, Óxido Cuproso, Oxitetraciclina + Sulf de Estreptomicina, Oxitetraciclina + Terramicina, Oxycarboxin, Oxyfluorfen, Paraquat, Paraquat + Bentazona, Paraquat + Diuron, Parathion Methyl, Parathion Metílico, Pencycuron, Pendimetalina + Imazaquin, Pendimethal + Propanil, Pendimethalin, Permethrin, Permetrina, Phorate, Phosmet, Picloram, Picloran, Sal Trietanol + 2,4-D, Sal Trietanol, Picloran, S Dimetil + 2,4-D, S Dimetil, Pirimicarb, Pirimiphos-Methyl, Poliéter Polimetil Siloxano, Polioxietileno Alquil Fenol Éter, Poometryne, Prochloraz, Procimidone, Profenofos, Profenofos + Lufenuron, Propamocarb Hydrochloride, Propamocarb Hydrochloride + Chlorothalonil, Propanil, Propanil + 2,4-D, Est Butil, Propaquizafop, Proparagite, Propiconazole, Propiconazole + Cyproconazole, Pyrazophos, Pyridaben, Pyridaphenthion, Pyridate, Pirmethanil, Pyrithiobac-Sodium, Pyroquilon, Quinomethionate, Quintozene, Quizalofop-P-Ethyl, Quizalofop-P-Tefuril, Resina Sintética Emuls + Ag Tenso Ativ Aniônico, Sal Dimetilamina do Ácido 2,4-D, Sal Dimetilamina MCPA, Serricornin, Sethoxydim, Simazine, Simazine + Ametryne, S-Metolaclo, S-Metolaclo + Atrazina, Spinosad, Sulfentrazone, Sulfluramid, Sulfluramida, Sulfometuron Netil, Sulfosate, Sulphur, Tebuconazole, Tebufenozide, Tebuthiuron, Teflubenzuron, Tepraloxymid, Terbufos, Tetraconazole, Tetradifon, Tebuthiuron + Diuron, Thiabendazole, Thiacloprid, Thiamethoxam, Thiamethoxam + Cyproconazole, Thidiazuron, Thidiazuron e Diuron, Thiobencarb, Thiobencarb + Propanil, Thiodicarb, Thiophanate Methyl, Thiophanate Methyl + Chloroth, Thiophanate Methyl + Chlorothal, Thiram, Thiram e Thiabendazole, Thiran, Tiofanato Metílico, Tolyfluanid, Triadimefon, Triadimenol + Disulfoton, Triazophos, Trichorfon, Triclopyr, Tricyclazole + Reax 45 L + Lauril Sulf Sod Zeo-loex 7 + Barden, Triflurumuron, Trifluralin, Trifluralin + Imazaquin, Triforine, Triticonazole, Vamidothion, Zeta-cypermethrin, Zoxamide + Mancozeb.

Art. 21 - A água potável deve estar em conformidade com o padrão de radioatividade expresso na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4

Padrão de radioatividade para água potável
Parâmetro Unidade VMP (1)
Radioatividade alfa global Bq/L 0,1 (2)
Radioatividade beta global Bq/L 1,0 (2)

Notas:

- (1) Valor máximo permitido.
- (2) Se os valores encontrados forem superiores aos VMP, deverá ser feita a identificação dos radionuclídeos

presentes e a medida das concentrações respectivas. Nesses casos, deverão ser aplicados, para os radionuclídeos encontrados, os valores estabelecidos pela legislação pertinente da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, para se concluir sobre a potabilidade da água.

Art. 22 - A água potável deve estar em conformidade com o padrão de aceitação de consumo expresso na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5

Padrão de aceitação para consumo humano

Parâmetro Unidade VMP (1)
Alumínio mg/L 0,2
Amônia (como NH₃) mg/L 1,5
Cloreto mg/L 250
Cor Aparente uH (2) 10
Dureza 100 mg/L
Etilbenzeno mg/L 0,2
Ferro mg/L 0,3
Manganês mg/L 0,1
Monoclorobenzeno mg/L 0,12
Odor - não objetável (3)
Gosto - não objetável (3)
Sódio mg/L 200
Sólidos dissolvidos totais mg/L 1.000
Sulfato mg/L 250
Sulfeto de Hidrogênio mg/L 0,05
Surfactantes mg/L 0,5
Tolueno mg/L 0,17
Turbidez UT (4) 5
Zinco mg/L 5
Xileno mg/L 0,3

Notas:

- (1) Valor máximo permitido.
- (2) Unidade Hazen (mg Pt-Co/L).
- (3) Critério de referência
- (4) Unidade de turbidez.

§ 1º - Recomenda-se que, no sistema de distribuição, o pH da água seja mantido na faixa de 6,0 a 8,0.

§ 2º - Recomenda-se que o teor máximo de cloro residual livre, em qualquer ponto do sistema de abastecimento, seja de 2,0 mg/L.

§ 3º - Recomenda-se a realização de testes para detecção de odor e gosto em amostras de água coletadas na saída do tratamento e na rede de distribuição de acordo com o plano mínimo de amostragem estabelecido para cor e turbidez nas tabelas 6 e 7.

Art. 23 - As metodologias analíticas para determinação dos parâmetros físicos, químicos, microbiológicos e radioatividade devem atender às especificações das normas nacionais que disciplinem a matéria, da edição mais recente da publicação **Standard methods for the Examination of Water and Wastewater**, de autoria das instituições **American Public Health Association (APHA)**, **American Water Works Association (AWWA)** e **Water**

Environment Federation (WEF), ou das normas publicadas pela ISO (**International Standardization Organization**).

§ 1º - Para análise de cianobactérias e cianotoxinas e comprovação de toxicidade por bioensaios em camundongos, até o estabelecimento de especificações em normas nacionais ou internacionais que disciplinem a matéria, devem ser adotadas metodologias propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em sua publicação **Toxic cyanobacteria in water: a guide to their public health consequences, monitoring and management**.

§ 2º - Metodologias não contempladas nas referências citadas no § 1º e *caput* deste artigo, aplicáveis aos parâmetros estabelecidos nesta lei, devem, para ter validade, receber aprovação e registro pela Funasa e Secretaria Estadual de Saúde.

§ 3º - As análises laboratoriais para o controle e a vigilância da qualidade da água podem ser realizadas em laboratório próprio ou não que, em qualquer caso, deve manter programa de controle de qualidade interna ou externa ou ainda ser acreditado ou certificado por órgãos competentes para esse fim.

Art. 24 - Para os princípios ativos de antibióticos, com uso no país, caberão aos Órgão de Saúde, 90 (noventa) dias a partir da assinatura da presente para estabelecer os valores na água de abastecimento público, caso não sejam estipulados os seus valores no prazo fixado, não mais poderão ter sua presença em águas para abastecimento público.

Art. 25 - Para hormônios, com uso no país, caberão aos Órgãos de Saúde, 90 (noventa) dias a partir da assinatura da presente para estabelecer os valores permitidos na água de abastecimento público, caso não sejam estipulados os seus valores no prazo fixado, não mais poderão ter sua presença em águas para abastecimento público.

Capítulo V

Dos Planos de Amostragem

Art. 26 - Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água devem elaborar e provar, junto à autoridade de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema, respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nas tabelas 6, 7, 8 e 9.

Tabela 6

Número mínimo de amostras para o controle da qualidade da água de sistema de abastecimento, para fins de análises físicas, químicas e de radioatividade, em função do ponto de amostragem, da população abastecida e do tipo de manancial.

Parâmetro Tipo de Manancial Saída do Tratamento (número de amostras por Unidade de tratamento) Sistema de Distribuição

(Reservatórios de Rede)

População abastecida

<50.000 hab. 50.000 a 250.000 hab.> 250.000

hab.

Cor.

Turbidez

pH Superficial 1 10 1 para cada 5.000 hab. 40 + (1 para cada 25.000 hab)

Subterrâneo 1 5 1 para cada 10.000 hab. 20 + (1 para cada 50.000 hab.)

CRL (1) Superficial 1 (Conforme § 3º do artigo 18)

Subterrâneo 1

Fluoreto Superficial ou Subterrâneo 1 5 1 para cada 10.000 hab. 20 + (1 para cada 50.000 hab)

Cianotoxinas Superficial 1 (Conforme § 5º do artigo 18)---

Trihalometanos Superficial 1 1 (2) 4 (2) 4 (2)

Subterrâneo - 1 (2) 1 (2) 1 (2)

Demais parâmetros (3) Superficial ou Subterrâneo 1 1 (4) 1 (4) 1 (4)

Notas:

(1) Cloro residual livre.

(2) As amostras devem ser coletadas preferencialmente, em pontos de maior tempo de detenção da água no sistema de distribuição.

(3) Apenas será exigida obrigatoriedade de investigação dos parâmetros radioativos quando da evidência de causas de radiação natural ou artificial.

(4) Dispensa análise na rede de distribuição quando o parâmetro não for detectado na saída do tratamento e, ou, no manancial, à exceção de substâncias que potencialmente possam ser introduzidas no sistema ao longo da distribuição.

Tabela 7

Frequência mínima de amostragem para o controle da qualidade da água de sistema de abastecimento, para fins de análises físicas, químicas e de radioatividade, em função do ponto de amostragem, da população abastecida e do tipo de manancial Parâmetro Tipo de manancial Saída do Tratamento (Frequência por Unidade de Tratamento) Sistema de Distribuição.

(Reservatórios de Rede)

População abastecida

<50.000 hab. 50.000 a 250.000 hab. > 250.000 hab.

Cor

Turbidez

pH

Fluoreto Superficial a cada 2 horas Mensal Mensal

Mensal

Subterrâneo Diária

Cianotoxinas Superficial Semanal

(Conforme § 5º do artigo 18)

Trihalometanos Superficial Trimestral Trimestral Trimestral Trimestral

Subterrâneo - Anual Semestral Semestral

Demais parâmetros (3) Superficial ou Subterrâneo Semestral Semestral (3) Semestral (3) Semestral (3)

Notas:

- (1) Cloro residual livre.
- (2) Apenas será exigida obrigatoriedade de investigação dos parâmetros radioativos quando da evidência de causas de radiação natural ou artificial.
- (3) Dispensada análise na rede de distribuição quando o parâmetro não for detectado na saída do tratamento e, ou, no manancial, à exceção de substâncias que potencialmente possam ser introduzidas no sistema ao longo da distribuição.

Tabela 8

Número mínimo de amostras mensais para controle da qualidade da água de sistema de abastecimento, para fins de análises microbiológicas, em função da população abastecida.

Parâmetro Sistema de Distribuição (Reservatórios e Rede)

População abastecida
 <5.000 hab. 5.000 a 20.000 hab 20.000 a 250.000 hab. > 250.000 hab.

Coliformes totais 10 1 para cada 500 hab. 30 + (1 para cada 2.000 hab.) 105 + (1 para cada 5.000 hab.)

Máximo de 1.000

Nota:

na saída de cada unidade de tratamento devem ser coletadas, no mínimo, 2 (duas) amostras semanais, recomendando-se a coleta de, pelo menos 4 (quatro) amostras semanais.

Tabela 9

Número mínimo de amostras e frequência mínima de amostragem para o controle da qualidade da água de solução alternativa, para fins de análises físicas, químicas e microbiológicas, em função do tipo de manancial e do ponto de amostragem.

Parâmetro Tipo de Manancial Saída do Tratamento (para água canalizada) Número de Amostras Retiradas no Ponto de Consumo (1) (para cada 500 hab.) Frequência de Amostragem

Cor, turbidez, pH e coliformes totais (2) Superficial 1 1 Semanal

Subterrâneo 1 1 Mensal

CRL (2) (3) Superficial ou Subterrâneo 1 1 Diário

Notas:

(1) Devem ser retiradas amostras em, no mínimo, 3 pontos de consumo de água.

(2) Para veículos transportadores de água para consumo humano, deve ser realizada 1 (uma) análise de CRL em cada carga e 1 (uma) análise, na fonte de fornecimento, de Cor, turbidez, pH e coliformes totais com frequência mensal, ou outra amostragem determinada pela autoridade de saúde pública.

(3) Cloro residual livre.

§ 1º - A amostragem deve obedecer aos seguintes requisitos:

I - distribuição uniforme das coletas ao longo do período; e

II - representatividade dos pontos de coleta no sistema de distribuição (reservatórios e rede), combinando critérios de abrangência espacial e pontos estratégicos, entendidos como aqueles próximos a grande circulação de pessoas (terminais rodoviários, terminais ferroviários, etc.) ou edifícios que alberguem grupos populacionais de risco (hospitais, creches, asilos, etc.) aqueles localizados em trechos vulneráveis do sistema de distribuição (pontas de rede, pontos de queda de pressão, locais afetados por manobras, sujeitos à intermitência de abastecimento, reservatórios, etc.) e locais com sistemáticas notificações de agravos à saúde tendo como possíveis causas agentes de veiculação hídrica.

§ 2º - No número mínimo de amostras coletadas na rede de distribuição, previsto na Tabela 8, não se incluem as amostras extras (recoletas).

§ 3º - Em todas as amostras coletadas para análise microbiológicas deve ser efetuada, no momento da coleta, medição de cloro residual livre ou de outro composto residual ativo, caso o agente desinfetante utilizado não seja o cloro.

§ 4º - Para uma melhor avaliação da qualidade da água distribuída, recomenda-se que, em todas as amostras referidas no § 3º deste artigo, seja efetuada a determinação de turbidez.

§ 5º - Sempre que o número de cianobactérias nas águas do manancial, no ponto de captação, exceder 20.000 células/ml (2mm 3/L de biovolume), durante o monitoramento que trata o § 1º do artigo 27, será exigida a análise semanal de cianotoxinas na água na saída do tratamento e nas entradas (hidrômetros) das águas de hemodiálise e indústrias de injetáveis, sendo que esta análise pode ser dispensada quando não houver comprovação de toxicidade na água bruta por meio de realização semanal de bioensaios em camundongos.

Art. 27 - Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistemas e de soluções alternativas de abastecimento supridos por manancial superficial devem coletar amostras semestrais da água bruta, junto do ponto de captação, para análise de acordo com os parâmetros exigidos na legislação vigente de classificação e enquadramento de águas superficiais, avaliando a compatibilidade entre as características da água bruta e o tipo de tratamento existente.

§ 1º - O monitoramento de cianobactérias na água do manancial, no ponto de captação, deve obedecer à frequência mensal, quando o número de cianobactérias não exceder 10.000 células/ml (ou 1mm 3/L de biovolume), e semanal, quando o número de cianobactérias exceder este valor.

§ 2º - É vedado o uso de algicidas para o controle do crescimento de cianobactérias ou qualquer intervenção no manancial que provoque a lise das células desses microorganismos, quando a densidade das cianobactérias exceder 20.000 células/ml (ou 2mm 3/L de biovolume),

sob pena de comprometimento da avaliação de riscos à saúde associados às cianotoxinas.

Art. 28 - A autoridade de saúde pública, no exercício das atividades de vigilância da qualidade da água, deve implementar um plano próprio de amostragem, consoante diretrizes específicas elaboradas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme Lei 8080, de 19 de setembro de 1990.

Capítulo VI

Das Exigências Aplicáveis aos Sistemas e Soluções Alternativas de Abastecimento de Água

Art. 29 - O sistema de abastecimento de água deve contar com o responsável técnico, profissionalmente habilitado.

Art. 30 - Toda água fornecida coletivamente deve ser submetida a processo de desinfecção, concebido e operado de forma a garantir o atendimento ao padrão microbiológico desta lei.

Art. 31 - Toda água para consumo humano suprida por manancial superficial e distribuída por meio de canalização deve incluir tratamento por filtração.

Art. 32 - Em todos os momentos e em toda sua extensão, a rede de distribuição de água deve ser operada com fornecimento contínuo, com pressão superior à atmosférica.

§ 1º - Caso esta situação não seja observada, fica o serviço de abastecimento de água obrigado a notificar a autoridade de saúde pública e a população identificando períodos e locais de ocorrência de pressão inferior à atmosférica ou interrupções, assim como as medidas para a utilização segura da água;

§ 2º - Excepcionalmente, caso o serviço de abastecimento de água necessite realizar programa de manobra na rede de distribuição, que possa submeter trechos à pressão inferior à atmosférica e interrupções, o referido programa deve ser previamente comunicado à autoridade de saúde pública e à população, inclusive com as orientações para utilização segura da água, quando a mesmo retornar.

§ 3º - Caso esta situação não seja observada, fica o responsável pela operação do serviço de abastecimento de água obrigado a notificar a autoridade de saúde pública e informar à população, identificando períodos e locais de ocorrência de pressão inferior à atmosférica.

§ 4º - Excepcionalmente, caso o serviço de abastecimento de água necessite realizar programa de manobras na rede de distribuição, que possa submeter trechos à pressão inferior à atmosférica, o referido programa deve ser previamente comunicado à autoridade de saúde pública.

Art. 33 - O responsável pelo fornecimento de água por meio de veículos deve:

I - garantir o uso exclusivo do veículo para este fim;

II - manter registro com dados atualizados sobre o fornecedor e, ou, sobre a fonte de água; e

III - manter registro autorizado das análises de controle da qualidade da água.

§ 1º - A água fornecida para consumo humano por meio de veículos deve conter um teor mínimo de cloro residual livre de 0,5 mg/L.

§ 2º - O veículo utilizado para fornecimento de água deve conter, de forma visível, em sua carroceria, a inscrição: "ÁGUA POTÁVEL".

Art. 34 - Para dar cumprimento ao disposto no artigo 210 da Constituição Estadual, as empresas concessionárias de serviços de abastecimento público de água executarão as seguintes ações:

§ 1º - Monitorar ou contratar serviços para o monitoramento da potabilidade da água;

§ 2º - Enviar mensalmente relatórios parciais de monitoramento para o órgão estadual de saúde;

§ 3º - Publicar semestralmente de acordo com modelo pré-estabelecido, relatório(s) sobre o monitoramento da água potável em jornais e outros meios de comunicações de forma que a população possa ter acesso a estas informações;

§ 4º - Tomar providências imediatas para solução de problemas relacionados ao tratamento e distribuição inadequada de água, em função de resultados do monitoramento de mananciais, fontes alternativas e, principalmente, da água distribuída;

Art. 35 - Para dar cumprimento ao disposto no artigo 210 da Constituição Estadual, os órgãos estaduais de meio ambiente, no exercício de suas atribuições de controle relacionadas ao monitoramento da água distribuída à população do Estado do Paraná, garantirão as seguintes ações:

§ 1º - levantamento junto aos municípios da situação sobre o abastecimento público de água, fontes alternativas e mananciais utilizados;

§ 2º - controle da poluição e monitoramento dos mananciais e fontes alternativas de abastecimento de água para consumo humano;

§ 3º - credenciamento e controle da qualidade analítica de laboratórios envolvidos no monitoramento da potabilidade da água (públicos ou privados);

§ 4º - envio de dados dos levantamentos e monitoramento para os órgãos estaduais de saúde.

Art. 36 - Os padrões de potabilidade da água destinada ao consumo humano, a serem utilizados no monitoramento e controle são os estabelecidos no artigo 11 da presente lei.

Art. 37 - Os laboratórios, públicos ou privados, prestadores de serviços ou pertencentes aos setores envolvidos com a produção e distribuição de água para consumo humano deverão ser credenciados pelo órgão estadual responsável pelo controle ambiental.

Capítulo VII

Das Penalidades

Art. 38 - Serão aplicadas as sanções administrativas cabíveis, aos responsáveis pela operação dos sistemas ou soluções alternativas de abastecimento de água, que não observarem as determinações constantes desta lei.

Art. 39 - A Secretaria Estadual de Saúde, no exercício de suas atribuições, aplicará às concessionárias responsáveis pelo abastecimento de água pena de multa diária de 0,001 UPF/PR multiplicado pelo volume diário de água, em metros cúbicos, produzido pela empresa na unidade infratora, caso ocorra em uma das seguintes infrações:

- a) não divulgação dos dados para a população;
- b) falta de monitoramento;
- c) atraso de informações para a Secretaria Estadual de Saúde;
- d) monitoramento realizado por laboratório não credenciado.

§ 1º - Nos casos de fornecimento de água fora dos padrões, o valor da multa será multiplicado por 10 (dez) e a empresa deverá alertar a população atingida através dos meios de comunicação que a água está fora dos padrões mínimos exigidos para o consumo humano.

§ 2º - Se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da constatação da água fora dos padrões, a água não estiver dentro dos padrões, o fornecimento de água será interrompido e a empresa infratora ficará responsável, pelos custos do abastecimento alternativo de água potável à população;

§ 3º - O retorno do abastecimento pela rede convencional fica condicionado à realização de testes que comprovem estar a água dentro dos padrões definidos no artigo 11 da presente lei.

Capítulo VIII

Das Disposições Finais

Art. 40 - Sempre que forem identificadas situações de risco à saúde, o responsável pela operação do sistema ou solução alternativa de abastecimento de água e as autoridades de saúde pública devem estabelecer entendimentos para a realização de um plano de ação e tomada das medidas cabíveis, incluindo a eficaz comunicação à população, sem prejuízo das providências imediatas para a correção da anormalidade.

Art. 41 - O responsável pela operação do sistema ou solução alternativa de abastecimento de água pode

solicitar à autoridade de saúde pública a alteração na frequência mínima de amostragem de determinados parâmetros estabelecidos nesta lei.

Parágrafo Único - Após avaliação criteriosa, fundamentada em inspeções sanitárias, e ou, em histórico mínimo de dois anos do controle e da vigilância da qualidade da água, a autoridade de saúde pública decidirá quanto ao deferimento da solicitação, mediante emissão de documento específico.

Art. 42 - Em função de características não conformes com o padrão de potabilidade da água ou de outros fatores de risco, a autoridade de saúde pública competente, com fundamento em relatório técnico, determinará ao responsável pela operação do sistema ou solução alternativa de abastecimento de água que amplie o número mínimo de amostras, aumente a frequência de amostragem ou realize análises laboratoriais de parâmetros adicionais ao estabelecido na presente lei.

Art. 43 - Quando não existir na estrutura administrativa do município a unidade da Secretaria da Saúde, os deveres e responsabilidades previstos no artigo 11 desta lei serão cumpridos pelo órgão equivalente.

Art. 44 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem a finalidade de garantir à população acesso a uma rede de abastecimento que assegure água potável e, também, tenha todas as informações sobre a qualidade da água que está bebendo. Dentro do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, é inegável a importância da garantia de uma vida digna a todo ser humano, resguardando seu bem-estar e sua saúde. Trata-se do exercício da cidadania à proteção da dignidade e do bem-estar da população, estando vinculado o Estado a promover políticas públicas incisivas que garantam a efetivação desses direitos. Em se tratando de saneamento básico, não há dúvida de que a boa qualidade da água cumpre papel central na garantia não só da saúde da população, mas também do bem-estar e da dignidade humana de maneira geral. Os consumidores têm direito a informação apropriada e oportuna sobre os diversos aspectos de seu interesse em relação à água. O direito dos consumidores à informação é mundialmente consagrado e abrange a oferta de todos os produtos, inclusive a água, estando suficientemente expresso na legislação nacional pertinente, o Código de Defesa do Consumidor - CDC, nos seguintes artigos 6º e 31.

A Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-americana de Saúde, em seu fascículo sobre “Água e Saúde”, recomendam que o abastecimento de água potável deve cumprir diversos critérios, dentre eles, o de informar constantemente o público sobre a qualidade da

água, seja nos casos de contaminação acidental ou mesmo quando cumpre os padrões, devendo a informação compreender a qualidade, disponibilidade, distribuição, preço, etc. Os esforços de comunicação, diz OMS/OPAS, devem focalizar-se também no valor que têm o abastecimento permanente da água potável e na necessidade de evitar o desperdício deste valioso recurso.

A Lei nº 8987/95, sobre o Regime de Concessão e permissão da Prestação de Serviços Públicos, regulamentado o artigo 175 da Constituição Federal, determina que os usuários têm o direito de receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa dos seus interesses individuais e coletivos.

No Brasil, apesar de todos esses instrumentos legais e recomendações, as empresas de saneamento não informam regularmente a qualidade do produto, nem mesmo nas situações mais críticas. Os órgãos de vigilância não exigem esse procedimento e tampouco cumprem aquilo que lhes diz respeito.

Aos brasileiros que têm acesso à rede de abastecimento de água o Estado deve garantir a qualidade da água. Sabemos que a água é o principal veículo de agentes causadores de doenças do trato gastroentestinal, assim, qualquer prejuízo à sua potabilidade pode causar impactos imensuráveis à saúde da população (vide taxas de mortalidade infantil causadas por doenças transmitidas pela água). No Brasil, de acordo com a Organização Mundial de saúde, 80% das doenças e 65% das internações hospitalares, implicando gastos de US\$2,5 bilhões por ano, relacionam-se com água contaminada e falta de esgotamento sanitário dos dejetos.

O IDEC constatou em recente teste de água de torneira que mesmo em cidades de Estados mais desenvolvidos, como o Rio de Janeiro e Paraná, a população ainda recebe água contaminada por coliformes. Também verificou que, no Brasil, não existem programas estruturados de vigilância da qualidade das águas de abastecimento ou mecanismos adequados de informação sobre situações de risco à saúde. Frequentemente lemos em jornais e revistas notícias sobre a contaminação da água, trazendo conseqüências desastrosas para os cidadãos servidos por ela.

Ainda, vemos que o consumidor pouco ou quase nada tem de acesso à informação adequada sobre a qualidade da água que consome. Está claro que cabe ao Estado atuar no sentido de garantir que a água não esteja contaminada, que a população seja informada a respeito disso e possa ter segurança em consumi-la. Todo e qualquer cidadão que desejar saber sobre a água que está bebendo deve ter disponíveis dados que esclareçam suas dúvidas. Também, nos casos em que a água perde a sua condição de potabilidade, mas pode sofrer um tratamento pelo próprio consumidor (fervura, por exemplo) para um aproveitamento condicional.

Finalmente, a publicidade das informações e as penas estabelecidas no projeto de lei para quem descumprir as obrigações nele elencadas são mais um incentivo para a preocupação com a qualidade da água. Sabendo que terão

obrigatoriamente que divulgar os dados sobre a potabilidade e que, caso não sejam adequados, sofrerão sanções, os responsáveis forçosamente terão que aumentar sua preocupação com programas de melhoria da qualidade da água.

É importante registrar que este projeto de lei é fruto de muitos estudos do Ministério Público do Paraná com atribuição ao Meio Ambiente, juntamente com outras instituições da sociedade civil, dentre elas a Universidade Federal do Paraná - UFPR., e o Instituto de defesa do Consumidor - IDEC.

PROJETO DE LEI Nº 695/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Qualquer pessoa física ou jurídica, poderá oferecer recompensa financeira para a realização de prisão com mandado expedido pelo Poder Judiciário do Estado.

Art. 2º - O valor ofertado como recompensa deverá ser depositado no Fundo Especial de Reequipamento Policial- Funrespol, sob controle da Secretaria da Segurança Pública, vedada qualquer forma de utilização dos recursos para finalidades diversas desta sua função originária.

Art. 3º - Está legitimada para receber o valor ofertado como recompensa, qualquer pessoa que com informações precisas propicie a captura.

Art. 4º - Dez por cento de todo valor levantado para pagamento da recompensa será destinado ao Funrespol.

Art. 5º - Caso o valor da recompensa não tenha sido utilizado, decorrido o prazo estipulado, cinco por cento desse valor será destinado ao Funrespol.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo estipulado sem que seja renovado e não tendo o valor sido reclamado por quem o tenha oferecido, decorrido igual período, o mesmo será incorporado na sua totalidade ao Fundo Especial de Reequipamento Policial.

Art. 6º - É vedada a divulgação, por qualquer meio e em qualquer momento, os dados relativos ao estipulante da recompensa.

Art. 7º - O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Devido ao alto índice de criminalidade no Estado e com o aumento de novos criminosos todos os dias para

aterrorizar o povo paranaense, este parlamentar resolveu apresentar este projeto de lei, que visa de maneira considerável reduzir o alto índice de criminalidade que assola nosso Estado.

A recompensa é para quem denunciar pessoas com mandato de prisão expedido pela justiça, mas caberá à polícia prender os criminosos denunciados pela população.

Os criminosos deverão ser encontrados vivos e o prêmio será oferecido por qualquer pessoa física ou jurídica, que tiver interesse na prisão da pessoa indicada desde que tenha mandado expedido pelo judiciário.

As identidades de quem paga e de quem recebe a recompensa serão mantidas em sigilo e os recursos angariados deverão ser depositados no Funrespol - Fundo de Reequipamento Policial, que estará sobre o controle da Secretaria de Estado da Segurança Pública, destinando 10% para aplicação no combate à criminalidade e 90% pagos para a pessoa que forneceu a informação da localização correta para a captura do procurado.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 690/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Regulamentado o artigo 132 e seu parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná, aplicar-se-á aos municípios beneficiados por aquela norma, sete e meio por cento (7,5%)”.

Art. 2º - Os artigos 1º, 2º (parágrafo único) e 4º da Lei Complementar nº 59/91, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - São contemplados pela presente lei, municípios que abriguem em seu território unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados, por elas, aqueles com mananciais de abastecimento público e aqueles produtores de agricultura orgânica”.

“Art. 2º - ...

Parágrafo Único - As prefeituras deverão cadastrar as unidades de conservação ambiental municipal e as áreas destinadas à agricultura orgânica, junto a entidade estadual responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos e meio ambiente”.

“Art. 4º - A repartição de sete e meio por cento (7,5%) do ICMS a que alude o artigo 2º da Lei Estadual

nº 9491 de 21 de dezembro de 1990, será feita da seguinte maneira:

- dois e meio por cento (2,5%) para municípios com mananciais de abastecimento.

- Dois e meio por cento (2,5%) para municípios de conservação ambiental.

- Dois e meio por cento (2,5%) para municípios com conservação ambiental através da agricultura orgânica.

Art. 3º - Fica alterado de setenta e cinco por cento (75%) para setenta e dois e meio por cento (72,5%) o artigo 1º inciso I, da Lei Estadual nº 9.491, de 21.12.1990.

Art. 3º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) ELI GHELLERE

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de lei, pretendemos contemplar importantes progressos para o desenvolvimento dos municípios do interior do Estado, os quais procuram constantemente uma forma de desenvolvimento, principalmente na questão de permanência do homem no campo e a sua melhoria na qualidade de vida, preservando o meio ambiente.

Nós assistimos à grande devassa efetuada em nossas florestas, principalmente nas décadas de sessenta e setenta, quando em nome do progresso e da agricultura mecanizada tivemos grandes impactos ambientais. Agora surge a alternativa da agricultura orgânica, onde teremos produtividades ainda maiores que a agricultura convencional, porém com grande benefício à natureza, posto que a mesma não se utiliza de agrotóxicos e nem mesmo de elementos químicos, caracterizando-se como uma arrojada forma de conservação ambiental. Porém, se faz necessário novos investimentos, e estes virão com a aprovação deste projeto de lei.

A população paranaense certamente será uma grande beneficiada com esta iniciativa, principalmente porque contará com uma facilidade maior em encontrar os produtos orgânicos ou seus derivados, os quais são totalmente livres de agrotóxicos e são altamente importantes para a saúde humana.

Outro ponto, também de suma importância, é a geração de emprego e renda aos agricultores do Paraná, em especial aos pequenos produtores.

Os valores arrecadados por decorrência da presente lei, serão aplicados diretamente no incentivo da produção agrícola familiar. Certamente impulsionará a agregação de renda dos produtores, estabelecendo uma forte ferramenta de fixação do homem no campo, propor-

cionando o início do reverso da saída do homem do campo, que é o seu retorno.

Outro ganho considerável para a sociedade paranaense é que com o consumo de alimentos orgânicos, em muito o Estado economizará na saúde, posto que os mesmos são comprovadamente saudáveis. Mas o grande efeito prático deste projeto ficará por conta da agricultura familiar, pois com certeza receberá uma nova dinâmica na comercialização de seus produtos.

Assim sendo, visando gerar melhor qualidade de vida aos paranaenses e novas oportunidades de emprego e renda, solicitamos aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 691/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O município de Sertanópolis passa a integrar a Região Metropolitana de Londrina, criada pela Lei Complementar nº 81, de 17 de janeiro de 1998.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(aa) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Hidekazu Takayama, Sérgio Spada, Nelson Garcia, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O município de Sertanópolis está a 7 (sete) quilômetros da Zona Urbana e a 42 quilômetros do Centro de Londrina, estando integrado à área de influência desta. Isto, além de outras razões econômico-estruturais, de *per si*, justifica a inclusão do município de Sertanópolis na Região Metropolitana de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor Presidente, senhores deputados:

(Lê):

“Ocupo esta tribuna hoje para levar ao conhecimento do povo do Paraná mais uma grave denúncia que envolve o nosso meio ambiente.

Mais uma vez, infelizmente, o poder econômico se sobrepõe ao bem comum e projetos que deveriam merecer uma análise criteriosa dos órgãos governamentais, tramitam em tempo recorde.

Analisando a documentação que chegou às minhas mãos, nota-se facilmente que ela foi elaborada por indivíduos detentores de bom nível de conhecimento específico sobre a tramitação do processo, sobre as implicações

legais, bem como sobre os impactos na sociedade que um empreendimento de tal magnitude possa causar.

É digno de registro a coragem, o desprendimento e o exercício de cidadania do denunciante, tendo em vista que como ele próprio declinou, eventuais represálias decorrentes desse ato poderão atingir, inclusive, seus familiares.

No mar de lama em que nossa querida nação mergulhou em anos mais recentes, vemos com muita satisfação que ainda existem patriotas que preferem colocar em risco a sua comodidade e segurança, denunciando os atos menos dignos de nossas autoridades, levados a efeito de maneira ilegítima, senão desonesta, preferindo o conchavo na penumbra dos ambientes fechados, à transparência no trato da coisa pública.

Vamos aos principais pontos da denúncia referente à construção do projeto “Park Shopping Barigüi com área total construída de 153.900 metros quadrados:

1) Conforme a Lei de Zoneamento do município de Curitiba, o Shopping seria construído em área de preservação ambiental, limitada ao uso residencial.

2) O projeto teria sido misteriosamente aprovado em tempo exíguo ao necessário para sua correta avaliação.

3) Não houve apresentação e muito menos aprovação do RIMA - Relatório de Impacto no Meio Ambiente, ponto imprescindível para a aprovação do projeto e concessão do alvará. Presume-se que a não apresentação do RIMA se baseou no simples fato de que sua aprovação seria ilegítima, pelo fato de a área em questão, ser de preservação ambiental e de restrito uso residencial, como corrobora a decisão do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, doutor José Roberto Pinto Júnior, em matéria publicada na Gazeta do Povo de 10/11/2001.

4) O projeto teria sido aprovado de maneira acordada, acontecendo em minutos a tramitação que normalmente demandaria meses.

5) O projeto ocupa todos os 44 mil metros quadrados do terreno, e não somente uma parcela como querem induzir os empreendedores.

6) Entre outras omissões, foram desconsideradas no projeto as seguintes áreas construídas:

a) grande corredor do hall (aproximadamente 14.000 metros quadrados);

b) edifícios de estacionamento (cerca de 30.000 metros quadrados);

c) pavimento superior de duas lojas (aproximadamente 7.000 metros quadrados).

7) Os empreendedores acordaram participar financeiramente nas desapropriações com irrisórios R\$150.000,00.

8) Adquirindo um potencial construtivo avaliado em mais de R\$14 milhões por cerca de R\$2 milhões, não computando mais de 50 mil metros quadrados de área construída, sem o RIMA e assumindo compromissos que provavelmente não precisará (se não ocorrerem as necessárias desapropriações), os empreendedores desenvolvem

um projeto totalmente ilegal e desastroso para nossa Curitiba que se intitula “Capital Ecológica”.

9) Entre outros, o empreendimento causará os seguintes impactos ambientais:

a) danos à fauna e à flora, às matas ciliares ao lado do Parque Barigüi;

b) danos irreparáveis às nascentes, aos riachos e área de várzea existentes no local;

nota: no projeto dos empreendedores há uma previsão de recuperação e preservação de 30 metros quadrados de matas nativas, o correspondente a uma saleta.

Cabe a esta Casa de Leis, a partir deste momento, pelo instrumento que for julgado mais adequado, dada as circunstâncias e a gravidade dos fatos denunciados, trazer à luz dos holofotes a verdade e nada mais que a verdade, eliminando quaisquer resquícios de dúvidas e atos ímprobos que eventualmente tenham sido praticados na ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vossa Excelência passa a ocupar o horário do PDT.

O SR. NEIVO BERARDIN

Notem, senhores deputados, o nosso Rio Barigüi, a lama, que foi retirada na limpeza do Parque Barigüi, já foi providencialmente prensada e levada para que se fizesse parte da barragem, para que se eliminassem quatro ou cinco nascentes de rio para que, logo na sequência fosse dada a liberação para a construção do Shopping.

Vejam V. Exas., a Prefeitura pagou para limpar o Rio Barigüi e o lodo foi exatamente prensado e na sequência viria então a autorização do devido shopping.

Na verdade, chegam às nossas mãos inúmeras denúncias em relação a este shopping, inclusive há um morador vizinho da área que filmou todos os momentos de agressão ao meio ambiente. Essa fita vai chegar às nossas mãos e talvez no próximo ano nós teremos que reunir a Comissão de Meio Ambiente.

Eu falava agora há pouco com o deputado Algaci Tulio, sobre a possibilidade de reunirmos a Comissão ainda este ano. Não sei se teremos tempo, mas terei uma conversa aqui, pelo menos, em plenário, com os membros da Comissão de Meio Ambiente, para decidirmos, em conjunto, o que vamos fazer, se faremos uma reunião emergencial da Comissão ou se tiraremos um documento e remeteremos então ao Ministério Público, para que busque as informações oficiais, visto que os documentos que temos em mãos já nos esclarecem, e muito.

Parece-me que a pessoa que nos enviou este documento e estes relatos deve ser alguém que tem intimidade com a organização da Prefeitura, uma pessoa que não tenha se conformado com os fatos vistos para esta liberação nos relata e nos remete estes documentos, que são bastantes precisos.

No entanto, eu preciso compartilhar com a Comissão de Meio Ambiente. Para tanto, eu vou ter uma conversa com os membros da Comissão para saber se

pretendem, realizar uma reunião ainda esta semana ou se vamos remeter este assunto ao Ministério Público imediatamente.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de solicitar a V. Exa. se a Mesa poderia nos informar se foi protocolado um requerimento para transformação do Plenário em Comissão Geral, para ser votado na data de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Extra-oficialmente lhe informo que não. Mas, vamos verificar e lhe avisamos, no decorrer.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Posteriormente, se o senhor puder nos comunicar, ficaríamos gratos.

Quero aproveitar, senhor presidente, com a nobre deferência do companheiro parlamentar, Moysés Leônidas, apenas para registrar a presença na tribuna de honra na nossa Sessão de hoje do vice-prefeito de Pato Branco, Oradi Caldato, prefeito em exercício, também do doutor Rubens Juglair, que presta serviços à Prefeitura Municipal e do nosso companheiro Anderson Lobo, que faz parte da assessoria da Prefeitura Municipal.

Portanto, gostaria que registrassem que para nós é uma alegria o prefeito em exercício, Oradi Caldato, que já foi vereador e presidente daquela Câmara Municipal, que sempre que pode, nos visita. Agradeço e gostaria que V. Exa. determinasse o registro.

Muito obrigado, e agradeço ao deputado Moysés Leônidas.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado. Já podemos informar, deputado Augustinho Zucchi, que até o presente momento não foi protocolado nenhum requerimento pedindo a transformação da plenária em Comissão Geral.

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Estou hoje utilizando da tribuna para deixar consignado aqui na Casa a alegria da minha cidade, Londrina, que está completando hoje 67 anos de idade. Londrina, que já foi a capital mundial do café e que desenvolveu nos anos sessenta, em função da evolução do próprio café, tem hoje sua economia toda voltada a outra diversificação, inclusive voltada para a área rural e também industrial.

É um motivo de muita alegria. Trouxe até alguns dados compilados pela Folha de Londrina, que tem hoje quatro e meio milhões de pessoas que vivem influenciados por Londrina, cuja população é de 446 mil, 822 habitantes.

Faço este registro, senhor presidente, porque uma boa parte, inclusive dos curitibanos natos e de outras regiões, ainda não conhecem a cidade de Londrina e não tiveram a oportunidade de lá passar.

Mas, na verdade, a cidade é pujante, que tem se desenvolvido, apesar dos governos.

E nós estamos, hoje, com alguns dados importantíssimos da nossa população, exatamente porque Londrina, hoje, além de ser uma cidade industrial, além de ser uma cidade que tem uma influência muito grande na agricultura, nós estamos tornando também, uma cidade plenamente acadêmica, uma cidade universitária.

Estamos, na cidade, com 73 mil 634 alunos no ensino fundamental. Temos uma das menores taxas de analfabetismo do País e temos 35 mil e 335 alunos no ensino médio. No ensino superior, 21.092 alunos. Alunos matriculados no ensino regular, 98 mil 969 em educação especial 1120; pós-graduação 2378; educação infantil 10.630; educação jovem e adultos 13.392, num total, passem os senhores, de quase 150 mil estudantes na cidade de Londrina.

Isto tem trazido para nossa cidade, um *hand-cap* muito forte e tem destacado, inclusive, até em função da nossa universidade estadual ter sido considerada como a 3ª melhor do país ou do sul do país, mas também, a par desta comemoração de Londrina, que nós lá costumemente conseguimos tratá-la como uma jovem senhora de pouca idade, mas de grande desenvolvimento, com uma boa qualidade de vida. A Folha de Londrina, num caderno encartado, traz a comemoração do aniversário da cidade, traz também uma enquete do povo de Londrina que diz que comemoração é uma palavra abolida. Está aqui, com mais outras páginas, trazendo o depoimento do povo que está desapontado com a administração do PT na minha cidade.

Lamentavelmente a palavra é uma só, todo cidadão que é abordado para falar sobre alguma coisa da cidade de Londrina, coloca como desencanto total com a administração do PT na cidade.

Eu tenho tido, inclusive, a postura de trabalhar no sentido de ajudar a administração do prefeito atual, mas lamentavelmente, neste primeiro ano, a cidade, em se falando de administração municipal, não tem absolutamente nada para comemorar em função da falta de organização, da falta de respeito com o londrinense que está sendo imposto pelas pessoas que administram a cidade.

E aqui, sem nenhuma piedade, acho que o prefeito Nedson, que é uma pessoa de bom caráter, que tem inclusive se esforçado, está pagando mal porque não tem quadro suficiente de pessoas hábeis para poder administrar a cidade de Londrina, mas de qualquer forma, quero deixar aqui registrado o contentamento, como deputado de lá e de outros tantos deputados daqui, o companheiro Antonio Carlos Belinati, o Luiz Carlos Alborghetti, nós temos a satisfação de vivermos numa cidade com boa qualidade de vida e lamentavelmente não podemos deixar que a cidade seja deteriorada por incompetência administrativa

daqueles que chegam ao poder e não têm quadro suficiente para poder administrar a cidade.

(Passa a usar o Horário da Liderança do PPB).

Concedo um aparte ao deputado Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Belinati

Muito obrigado, deputado Moysés Leônidas.

Eu ia fazer uso da palavra na tribuna desta Casa, mas aproveito o aparte que V. Exa. me concede para cumprimentar, também o nosso povo da cidade de Londrina, pelo aniversário da nossa cidade, que comemora os seus 67 anos, mas muito bem observado por V. Exa. o descontentamento geral com a administração do Partido dos Trabalhadores.

E faço referência, especialmente neste momento, deputado Moysés Leônidas ao povo da zona rural de Londrina, que no último fim de semana, foi marcado por um ato extremamente antidemocrático o partido do prefeito Nedson, quando em um decreto ele simplesmente exonerou todos os subprefeitos de Londrina.

Veja V. Exa. deputado Nelson Tureck, que agora o povo dos distritos de Londrina, da zona rural, quando quiserem fazer uma reclamação da sua estrada, ou quiserem reivindicar melhorias para o seu distrito, terão que ir na prefeitura de Londrina e quantas vezes o povo visita a prefeitura e o prefeito tem compromissos em outra cidade, na capital do nosso Estado ou em Brasília, e não está lá para atender ao nosso povo.

Então, infelizmente eu repudiei ontem, num programa de rádio em Londrina e hoje novamente, por essa medida tomada pelo prefeito Nedson que demitiu todos os subprefeitos e acho até que a prefeitura vai sofrer inclusive ações na Justiça por essa medida tomada pelo prefeito, porque para o povo votar nas eleições dos subprefeitos a prefeitura teve um gasto, e quem é que vai ressarcir o município desses gastos que teve a prefeitura para que a eleição fosse realizada?

Infelizmente, enganou o povo quando realizou as eleições e agora numa medida antidemocrática acabou demitindo todos os subprefeitos.

Então, fica registrado o nosso repúdio a essa medida. O povo da zona rural de Londrina, que é conhecida pela pujança da sua agricultura, que foi destacada no Brasil como a capital do café, agora sofre o seu povo por essa medida.

Muito obrigado pelo aparte concedido por V. Exa.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço o aparte do deputado Antonio Carlos.

Quero deixar registrado o descontentamento da zona rural de Londrina, que vem sofrendo com a incompetência dos administradores do PT na minha cidade. Lá é incompetência pura!

Senhores deputados, temos a nossa torre do World Trade Center de Londrina que são alguns lagos, entre eles o lago Iguapó.

Eles conseguiram, para tentar fazer uma drenagem no lago, matar o lago! Sabemos que sujeira limpa-se com água. Eles secaram o lago número dois, porque lá são diversos lagos. E agora, o principal, que é o lago número um já recebeu 50 mil toneladas de terra. Só para tirar a terra o município vai gastar mais de 10 milhões de reais por incompetência daqueles que não sabem que limpeza se faz com água!

Quero agradecer V. Exa. porque enquanto vereador de Londrina foi o autor da lei que instituirá eleições diretas para subprefeitos de distritos da cidade de Londrina. Tem distritos que são verdadeiras cidades. E agora o prefeito deu de presente, neste mês de Natal, ao povo da zona rural, a exoneração de todos os subprefeitos desses distritos.

A população vai ficar sem nenhum representante que faça esse elo. A população vai sofrer muito pela incompetência do Partido dos Trabalhadores de Londrina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

O deputado Nereu Moura inúmeras vezes nesta tribuna e nas entrevistas para a imprensa do Estado, denunciava um fato que agora o governo, no seu último ano, ou melhor, nos seus últimos meses, tenta solucionar.

São as vilas rurais do Estado. Tapearam o Paraná com uma maquiagem de promoção nacional e até internacional como a solução para os bóias-frias do nosso Estado. Escolhiam uma determinada propriedade, assentavam investimentos tanto do poder público municipal quanto estadual, e ali instalavam diversas famílias do nosso Paraná. Uma programação bonita; uma propaganda enganosa, porque a realidade que o deputado cobrava, hoje está estampada na grave situação em que se encontram os moradores das Vilas Rurais.

Quer o senhor governador que, onde tem as vilas rurais, estendam o perímetro urbano até as propriedades, para poderem fazer o registro das vilas que são fatiadas nas famílias que ali se assentam.

Os empecilhos jurídicos que se encontram neste fato, que o governo do Estado quer repassar às prefeituras, são diversos.

Entre eles está o lançamento do IPTU a cada um dos moradores. Mais grave ainda é que aqueles moradores, pertencendo ao perímetro urbano, não poderão ser, no futuro, aposentados como agricultores.

Está estampado no jornal a dificuldade jurídica desses moradores, como também o Incra negocia o registro dessas propriedades. Aonde se avança no Governo Federal, por irresponsabilidade do Governo do Estado, que na primeira vila rural já deveria ter sido acordado por

alguém que realmente tivesse a dignidade de não querer tapear o Paraná como tapearam, de fazer a coisa dentro do que a lei permitia.

Fizeram contra a lei e agora estão buscando uma solução, na qual nos somamos com o Deputado Nereu Moura, para que fatos como esse não se repitam nos governos que aqui virão, para não nos encontrarmos no final melancólico desse governo, com essa solução a ser questionada e arrumada pelo Poder Público.

Senhor presidente, senhores deputados, esse fato voltaremos em outras oportunidades com maiores elementos, principalmente nas vilas rurais que estão se organizando numa representação estadual para responsabilizar o Governo do Estado naquilo que ele não cumpriu e eles estão procurando seus direitos.

Como também, aos visitantes que nos honram com as suas presenças, na tarde de hoje, dizer que o nosso voto, o voto do PDT dos deputados Eli Ghellere, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Neivo Beraldin, José Maria Ferreira e deste deputado que vos fala, é contra a extinção, a privatização do IPE e contra o plano de saúde que o governo quer instalar nesta Casa.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, visitantes que hoje acompanham esta Sessão da Assembleia Legislativa:

Quero me somar, ao povo londrinense que na data de hoje comemora mais um ano de emancipação política administrativa. Sem dúvida, um ano em que Londrina cada vez mais cresce do ponto de vista econômico, do ponto de vista social.

Mas, não podemos deixar de registrar que naquela bela cidade, que se formou fruto do chão pródigo, rico, dos anos 20, 30, prevalecendo-se como um dos grandes expoentes inclusive exportadora de capitais para outras regiões, como Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Acre, em função do que produziu o café, depois do que produziu a própria soja e trigo.

Região que, dada a sua riqueza, a sua potencialidade, também tem dificuldade na área da habitação, na área da renda, na área do emprego, na área da segurança, que é grande. Registramos 105 assassinatos neste ano, caminhando de perto com Curitiba e região metropolitana.

É uma cidade que temos muito a enumerar como fatos positivos, mas precisamos combater a violência, precisamos combater a falta de renda.

E, comemorando Londrina pela sua emancipação política, lança o livro hoje na Associação Comercial Industrial de Londrina, o jornalista Délio César, homem de história, homem de passado, homem que fez da sua história posições sempre definidas e muito bem claras.

Foi vereador por Londrina, vice-prefeito na administração do Dr. Wilson Moreira, e hoje lança às 19h00, o livro “A Primavera de Londrina”.

Esse livro, nas suas 296 páginas, relata os fatos acontecidos no âmbito de administração municipal anterior, do prefeito Antonio Cassemiro Belinati, passo a passo desde o dia 1º de setembro de 1999, quando lá aportou a primeira denúncia de corrupção na Conurb e que depois culminou com o afastamento do prefeito e o envolvimento de pessoas ligadas, tanto de Londrina quanto de Curitiba.

É um marco para a história, que esse município firme e pujante, também prestou uma lição de cidadania para todo o Paraná.

Lição que, com certeza, a sociedade londrinense tomou sobre si a responsabilidade de fazer com que a administração pública pudesse vir a merecer o respeito dos seus concidadãos. E eu tenho certeza, esse mesmo caminho traça a cidade de Curitiba, no sentido de buscar o resgate da dignificação, da atuação de administração pública municipal.

Porque, tanto lá quanto cá, os mesmo problemas e as mesmas pessoas, as mesmas organizações, os mesmos *modus operandis* se estabeleceram.

Lá, a Promotoria Pública firme, decidida, nas pessoas do promotor público, Bruno Galati, Cláudio Esteves e Solange Vicentini, fizeram com que a realidade dos fatos pudesse ser apresentada, ao ponto de que hoje o relato que Délio César faz na “Primavera de Londrina”, também inclui um prêmio aos três promotores, recebido em Praga, no último mês de agosto, mostrando que o fato ocorrido em Londrina, transcedeu os limites fronteiriços de Londrina, e serve hoje como uma lição. E a lição que o Délio César registra para a história, com uma firmeza, com uma coerência que relata os fatos dia-a-dia do acontecido. E ali valeu, como tenho certeza valerá para Curitiba, como tenho certeza, valerá para a administração do Estado, a união da sociedade, para esclarecimento das falcaturas e dos desvios acontecidos com o recurso público.

Portanto, senhor presidente, este é o registro que faço, e encaminho à Mesa requerimento de votos de congratulações ao jornalista Délio César, pelo lançamento do livro, hoje a noite, “A Primavera de Londrina”.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande Expediente, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Tantos são os temas que temos a abordar aqui nesta Casa, em função do final desse período legislativo, e assuntos de mais alta importância, que aqui estão para nós analisarmos.

Poderíamos abordar, senhor presidente, as propostas que o governador Jaime Lerner, tem encaminhado

para esta Casa, como o aumento da alíquota do ICMS, que na verdade é uma “carga pesada” que esse Governo está impondo à sociedade do Paraná.

Poderíamos falar sobre o IPVA, que o governo também quer cobrar em prestações rápidas e sem o desconto verificado no ano passado.

Poderíamos falar sobre o aumento do pedágio, sobre, enfim, uma série de outras questões que são tão pertinentes e importantes.

Queria falar aqui sobre o pronunciamento do eminente deputado Ribas Carli, realizado na semana passada, fazendo áureas sobre o governo Jaime Lerner, querendo ele fazer um comparativo do governo Lerner com governos anteriores: com o governador Requião, com o governador Álvaro... Enfim, são tantos os assuntos que nem sabemos por onde começar.

Mas, há, senhor presidente, hoje, a impreterível decisão de podermos esclarecer a esta Casa os problemas que acercam as vilas rurais no Estado do Paraná, inadiável! Este projeto que era “cantado em versos e prosas” pela equipe do governador Jaime Lerner, que levou a ONU, Paris, Londres, por onde ele pôde levar, foi ou mandou os seus cupinchas que fossem para poder mostrar ao mundo esta realidade, esta pérola que é o Programa de Vilas Rurais.

Confesso a esta Casa que no início do programa eu olhei com simpatia, porque a propaganda era tanta, o discurso era tanto, a mentira era tanta que fez com que nós até acreditássemos que ele tinha encontrado o “ovo de Colombo”. Tinha achado uma pérola através do Programa Vilas Rurais.

De repente, senhor presidente, não mais que de repente, eis que surge um problema gravíssimo, extraordinariamente gravíssimo e diferentemente de como o governo vem anunciando, de que já sabia do problema que surgiu quando o governo tentou registrar os documentos para dar um termo de uso do imóvel para os vileiros.

Eu sei, porque tenho pessoas amigas minhas dentro da Cohapar e que participaram das conversas para encontrar uma solução para este problema. Eu conheço técnicos dentro da Cohapar que participaram de toda a discussão e foram eles que nos alertaram para esta problemática. É “conversa fiada” do governo de que estava preocupado para achar uma solução às vilas rurais; não estava! Ele não se preocupa com o povo do Paraná! É um governo que só inventa infelicidades para o nosso povo, que só causou tristezas para o nosso povo e não está preocupado com os problemas.

Eu, senhor presidente, descobri que dentro do seio do governo, dentro do âmbito, começou se debater quando o Programa de Vilas Rurais completou 30 meses e ele tinha por força de contrato a obrigação de fazer o termo de uso, de conceder o termo de uso aos vileiros.

Aí quando completou-se 30 meses, encontraram um problema grave. Fora descobrir, depurado Augustinho Zucchi, que uma área de imóvel rural não consegue

ser desmembrada com menos de 30 mil metros quadrados!

Qualquer criança, qualquer pessoa mais simples, sabe, deputado Eli Ghellere, que um imóvel rural no interior do Paraná não pode ser desmembrado para fins de registro com menos de 30 mil metros quadrados. Todo mundo sabe, menos o governador Jaime Lerner, menos o seu ineficiente e incompetente secretário da Habitação! Construíram 400 Vilas Rurais no Paraná. Fizeram um marketing terrível desse programa, e depois de 30 meses meu caro vice-prefeito de Pato Branco, V. Exa. que tem uma ligação com a agricultura daquele município, o governo Lerner foi descobrir que não podia desmembrar uma área rural com menos de 30 mil metros quadrados!

E daí, o que fazer? O que maquiar? O que encaminhar para tapar o buraco da incompetência? O que fazer?!

Aí busca-se na engenharia uma solução. E os técnicos da Secretaria da Habitação colocaram-se a maturar, a pensar: como é que vamos fazer para poder dar uma maquiada neste fiasco, nesse fracasso, que era tido com a idéia de ouro do governador Jaime Lerner, o programa venerado por esse governo. Por que as outras idéias nem vingaram, ficaram apenas e tão-somente na promessa? E aí descobriram: vamos encaminhar às prefeituras do Paraná uma minuta de lei para que as Câmaras Municipais declarem as Vilas Rurais como se fossem Vilas Urbanas!

Ora, senhor presidente, senhores deputados, se fosse para fazer um programa de habitação popular em cinco mil metros quadrados, daria para fazer mais de 10 casas populares e não uma. Se fosse para fazer um programa de habitação popular, daria para construir em cinco metros quadrados, talvez, vinte casas e não uma. Aí, já fica clara a denominação de incompetência, da falta de seriedade deste Governo.

Pois bem, manda-se o projeto, a minuta para as prefeituras, deputado Ângelo Vanhoni, um projeto de lei para que as Câmaras aprovem declarando de perímetro urbano as Vilas Rurais!

E o que vai acontecer? Vão transformar os vileiros em vilas urbanas? Vão tirar dos vileiros alguns benefícios que eles possuem? E aí, o governo, deputado José Maria, anda pelo Paraná inteiro tentando fazer com que os prefeitos, as lideranças acreditem que nada passa de discurso da Oposição!

Ora! O que nos move são os interesses do povo do Paraná! O que nos move, é o sagrado respeito ao dinheiro público! O que nos move é a defesa do interesse do povo do Paraná, que não tem tido o respeito por parte deste governo!

Pois bem! O secretário Rafael Dely, incompetente e ineficiente, tem ido nas associações do Paraná para dizer, olha, vamos declarar de vila urbana porque o vileiro não vai perder o direito da aposentadoria, o vileiro não vai pagar IPTU, o vileiro não vai pagar taxa de iluminação pública, o vileiro não vai pagar esgoto, não vai pagar a luz mais cara!

Tenha a santa paciência, prezado secretário, V. Exa., não pode, além de enganar o povo do Paraná, fazer tanto mal a pessoas tão sofridas como estas que estão nas vilas rurais, pessoas que têm no coração, na alma, o desejo de ter dias melhores e não pode um governo desqualificado como este do Lerner querer colocar uma cruz no peito dos nossos trabalhadores. Não pode, Rafael Dely, não pode! Não pode, senhor presidente, o secretário querer mentir para o povo do Paraná, porque o vileiro, se o perímetro da vila rural for declarado de vila urbana, vai pagar sim, IPTU, porque Lei de Responsabilidade Fiscal impede que as prefeituras abram mão de arrecadação, proíbe o prefeito de isentar, de dar isenção de impostos, pois o vileiro vai ter que pagar IPTU, vai ter que pagar taxa de iluminação pública, vai ter que pagar por esgoto, por água, vai perder o direito da aposentadoria, porque no momento que ele pagar IPTU ele deixa de ser agricultor!

Eu, senhor presidente, conversei com advogado especialista em direito agrário, conversei com o Incra, conversei com o Procurador Geral do Incra e as palavras que falo aqui são palavras verdadeiras, palavras que não enganam e o programa de vilas rurais do Paraná, eu posso falar textualmente, é um grande fiasco do atual governo que está encurralado a vida de mais de quinze mil trabalhadores bóias-frias que sofrem as mazelas da vida para poder comer o pão de cada dia e o governador Jaime Lerner, impiedoso, maldoso, quer transformar as vilas rurais em vilas urbanas para penalizar, para sacrificar o povo do nosso Estado!

Por isso, deputado José Maria, eu contratei um advogado. Vamos mover um processo, sim, uma ação popular por estelionato contra o governador e contra o secretário de Habitação, porque eles estão inclusos no artigo 313 do Código Penal que prevê o crime de peculato e estelionato, porque engana, porque oferece coisa que não pode entregar, e foi este o crime que o governador e o secretário da Habitação praticaram, o crime de peculato, acrescido de estelionato contra a população do Paraná.

O Sr. José Maria Ferreira

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, e sobretudo pela questão que levantou há alguns meses atrás colocando justamente a questão dos vileiros no foco do problema da falta de documentação.

V. Exa. com muita propriedade foi o primeiro dentro deste Plenário a trazer esta questão à baila. E recentemente, na cidade de Centenário do Sul numa reunião da associação, a Amepar, lá convidado estava o secretário Rafael Dely, que na sua fala afirmou que a Oposição na Assembléia Legislativa faz denúncias infundadas, causando sérios problemas ao governo, na questão das Vilas Rurais. Eu me insurgi, porque ele não disse o nome do deputado que estava fazendo. Ele disse que as denúncias que sempre trouxemos a esta Casa, eram 400 milhões de

reais gastos em propaganda, eram o Canal de Extravaso, o pedágio, a corrupção do Banestado. E eu gostaria que o governo dele respondesse, se o governo dizia que tinha investido 400 milhões em habitação, nos sete anos - eu tinha dado que era verídico, que ele tinha investido em quatro anos, 400 milhões de reais, em propaganda. Ele acabou declarando que o problema era com V. Exa., que fez justamente a denúncia infundada a respeito das Vilas Rurais.

Hoje está sendo encaminhado um projeto de lei formatado pela Secretaria, com certeza, da Habitação, no sentido de que cada município faça a extensão das regiões especiais - perímetro urbano especial. Ora, isso não tem! É uma figura que a Lei de Ocupação de Solo não prevê. O estatuto das cidades não prevê. Amanhã estaremos agregando à administração municipal mais encargos e tirando a condição, com certeza, de os vileiros receberem os benefícios da condição daquilo que se propôs.

Parabéns a V. Exa., por ter levantado esse problema.

Parabéns pelo levantamento, novamente, nesta Casa. Não foi só o projeto do governo, que se restringiu às Vilas Rurais. É bom lembrar que este governo fez uma propaganda de 10 mil quilômetros de estradas vicinais pavimentadas. Esse, inclusive, ele esqueceu.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Deputado José Maria, agradeço a vossa colaboração ao meu pronunciamento.

Quero dizer que o problema das Vilas Rurais é gravíssimo, porque o governo Lerner consumiu milhões de reais. Como teria para resolver o problema, agora? O governador teria que comprar mais 25 mil metros quadrados, anexar a cada propriedade, para poder desmembrar e registrar o terreno no nome do vileiro. Porque senão, deputado Augustinho Zucchi, se as Câmaras Municipais não aprovarem essa minuta de lei, que o Palácio tem encaminhado às prefeituras, ele não pode cobrar pelas áreas das vilas rurais.

Para quem fica o prejuízo? Quem é o responsável pelo prejuízo de milhões de reais? É lógico que tem dono esse prejuízo! Mas o dono, não vai ser o povo do Paraná! Vão ser aqueles administradores incompetentes que aí estão, que fizeram um programa furado, que não tinha conhecimento de que uma área rural no Paraná e no Brasil, com excessão da Região Metropolitana de Curitiba - aqui, são 20 metros quadrados, mas no interior do Paraná são 30 metros quadrados - não sabiam que era necessário essa metragem, para poder desmembrar o imóvel!

Agora, querem urbanizar as vilas e declarar de perímetro urbano! Pega-se uma vila rural de um município qualquer...

O Sr. Augustinho Zucchi

Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. NEREU MOURA

.... é cinco quilômetros longe do perímetro urbano da cidade, dez quilômetros, como conhecemos tantas. Como é que vai declarar de perímetro urbano uma vila como essa? É um crime o que esse governo está fazendo! Milhões de reais jogados pelo buraco da incompetência, da imoralidade, da ineficiência e do descaso! Um governo desonesto, como esse governo que aí está! Incompetente! INCOMPETENTE!

(Aplausos)

Concedo um aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Nereu Moura, agradeço V. Exa., pelo aparte.

Acho que o governo do Paraná, com relação às vilas rurais está em uma encruzilhada, deputado Fernando Ribas Carli.

Uma vez, quando viajei com o governador até Palmas, disse-lhe que o governo tinha que optar, e a questão é de concepção do que é uma vila rural.

Ou se transformava aquilo num local de moradia barata com 5 mil metros quadrados, ou não servia aquilo como unidade produtiva. E digo mais a V. Exa., além desse problema que tem das aposentadorias, porque lá os vereadores dos nossos municípios quando forem transformar a área rural das vilas rurais em área urbana, vão ter que falar claramente, deputado Caíto Quintana aos vileiros, o que isso significa lá na frente, com relação à aposentadoria, com relação a cadastro no Incra, com relação à declaração de cadastro, e tem um outro agravante, quanto de recurso de programa Paraná Doze Meses. É um programa financiado pelo Banco Mundial, que atende tanto a população rural do nosso Paraná, quanto do Paraná Doze Meses, que foi colocado nas vilas rurais.

Mas, espera aí! Aí as vilas rurais se transformarão em comunidades urbanas, e como é que vai justificar o gasto do dinheiro do Paraná Doze Meses que é um programa rural, e por ser rural foi admitido pelo Banco Mundial para ser colocado recurso?!

Então, V. Exa. coloca uma preocupação que acho que o governo do Estado fez essas vilas rurais, e eu falei aquele dia para o governador, falei-lhe pessoalmente, ele fez baseado nas comunidades urbanas, na sua primeira ou segunda gestão, se não me falha a memória aqui em Curitiba, aonde se criava as comunidades urbanas aqui em Curitiba, mas com um diferencial: aqui nenhuma daquelas pessoas tinha ligação com a agricultura, imaginar que 5 mil metros quadrados ia se ter a possibilidade de autonomia de um agricultor, da independência de um agricultor com aqueles 5 mil metros quadrados, todo mundo sabe que não ia ser, enfim eu sempre disse que como uma alternativa de moradia é uma coisa boa. Agora, como disse V. Exa., aí seria um conjunto popular, não seria uma comunidade rural. Agora está aí o problema, agora, todo mundo pode ser responsabilizado por esta questão. Quem

não avisou o governador, quem fez o projeto, não sei, menos os vileiros, esses não vão poder pagar o preço!

Então, quero realmente cumprimentá-lo, porque é um assunto extremamente importante. Acho que todos nós temos responsabilidade, porque do jeito que o governo está querendo encaminhar esta questão, vai sobrar lá para o município e para vileiro, porque veja bem o seguinte: o sujeito pegou 5 mil metros quadrados e aí tem que pagar o IPTU, a taxa de iluminação pública, pagar o esgoto. Ah, não vai pagar? Então, não se enquadra nos termos da lei! Então, como é que faz isso aí? E daí? E a questão da aposentadoria rural? Vai ter que se deixar claro isso ao vileiro para quem for fazer isso!

Mas eu tenho conversado com inúmeros companheiros dos municípios, vereadores, prefeitos, e eles estão, senhor presidente, muito duvidosos com relação a essa questão. Acho que caberia realmente uma análise, e o governo está numa encruzilhada porque de vez por todas vai acabar aquela história que seria uma comunidade rural. Aparece na televisão, com grandes cestas, como se o agricultor que estivesse lá fosse um agricultor independente, como nós sabemos que as vilas rurais que têm tido sucesso no Estado do Paraná, são aquelas aonde o pessoal mora lá e tem uma outra atividade fora. Feliz do prefeito que tem oportunidade de colocar alguma empresa lá perto, de fazer uma associação aonde as pessoas podem trabalhar. Dessa forma, acho extremamente válida a idéia da vila rural. Agora, como unidade de produção, dizer que em 5 mil metros quadrados o nosso agricultor ira sobreviver, nós não estamos na França, na Itália, que eu saiba!

Nós sabíamos desse problema e eu fico bem à vontade para falar porque disse ao governador que tinha que optar entre duas opções e, agora tem esse problema que não pode pagar aí o nosso vileiro.

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concede.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. disse que numa ida a Palmas teria comunicado ao governador de que 5 mil metros não daria para desmembrar!

Quer dizer, então o governador sabia! O que ele estava querendo era mídia, era publicidade, e o povo do Paraná que se dane, que se lixe o vileiro, que se lixe se vai passar fome, se não vai, para o governador Jaime Lerner não interessa! O que interessa, ele põe na televisão! É fazer propaganda, ir para Paris, ir para a ONU e mentir descaradamente, veladamente!

Mentir: “Olha, a vila rural é um programa fantástico que o Paraná tem para o mundo”.

Mas, que barbaridade, senhor presidente!

A gente sente, porque o que nos move são os interesses do povo do Paraná. E nós tivemos a santa ingenuidade de pensar que essa idéia era uma luz no fim do túnel, que esse governo pudesse ter. Infelizmente, não era.

Concedo o aparte ao deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Gostaria de, na seqüência do que dizia o deputado Augustinho Zucchi e o que diz V. Exa. na tribuna, a solução não passa por declaração do perímetro urbano porque não pode fazê-lo.

O perímetro urbano é área contínua. O governo, para poder fazer perímetro urbano das vilas rurais que são descontínuas, V. Exa. conhece, do Sudoeste, termina o perímetro urbano tem chácaras, têm propriedades, daí lá longe tem uma vila rural.

Ora, para aquela vila rural pode ser perímetro urbano, só tem uma forma, se for distrito administrativo, senão não pode ser, porque a expansão do perímetro urbano tem que ser dada em área contínua.

Isso inclusive está na justificativa das emancipações. Por isso não se pode dividir um município pelo meio, porque o seu perímetro urbano é área contínua.

Então o governo não vai encontrar saída para isso!

Mas se esta Casa se desse ao trabalho de levantar todos os discursos que foram feitos falando sobre vila rural, quando o governo começou com esse espalhafato de vila rural, V. Exa vai perceber e vai confirmar essa afirmativa que foi pura demagogia, foi uma obra para vender na mídia, que chegou-se ter a desfaçatez de dizer, deputado Waldyr Pugliesi, que estava sendo copiado esse modelo, como modelo de reforma agrária por outros Estados e pelo Incra! “O modelo de reforma agrária que deu certo no Paraná”.

Você veja que barbaridade!

Agora, está aí um problema que não vai resolver pela transformação. As Câmaras Municipais de Vereadores não poderão votar a transformação disso em área urbana, porque seria inconstitucional, não permitido, porque não é área seguida, não é área contínua de perímetro urbano.

Então, o governo, na verdade, vai ter que encontrar uma solução, e talvez a mais rápida seja realmente deixar de cobrar e reconhecer o fiasco que fez.

O SR. NEREU MOURA

V. Exa., que é o constitucionalista: quando alguém vende um bem e não consegue entregar os documentos, que crime é esse que essa pessoa está cometendo?

O Sr. Caíto Quintana

Estelionato. Vendeu o que não pode se entregar.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito, então é estelionato, é peculato cometido pelo governo Lerner!

Concedo o aparte do deputado Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Enquanto preparava-me para fazer o aparte, o deputado Augustinho Zucchi contemplou-me em grande

parte na sua fala com aquilo que estava pensando, mas gostaria mesmo assim de redundar em alguns aspectos.

Transformada em zona urbana, nós teremos, não um trabalhador rural; nós teremos um trabalhador urbano. Nós temos problema de aposentadoria e a Lei de Responsabilidade Fiscal determina ao prefeito que em áreas urbanas edificadas tem que ser cobrado o IPTU. Não pode ter isenção, remissão nenhuma desses impostos.

Agora, com a aprovação da lei que regulariza a cobrança de iluminação pública, vai cobrar a iluminação pública, o IPTU, a coleta de lixo e assim por diante. É um ônus muito pesado para quem tem uma característica rural, para quem tem uma economia que em tese é rural. É muito claro isso.

Além disso, a aposentadoria não tem qualificação como trabalhador rural. Vai ter dificuldade porque vai morar numa zona urbana.

O Banco do Brasil e os órgãos de fomento não emprestam dinheiro para fins rurais numa zona urbana.

Apesar de o governo dizer que já tem um protocolo, uma carta de intenção, isso não basta.

Agora, vamos pensar em soluções.

A solução não está em “jogar pepino para a Câmara dos Vereadores, para os prefeitos. A solução está ao governo que fez o programa e faturou politicamente com o programa gastou dinheiro em propaganda, em publicidade, foi para a França, a governadora, acompanhada de deputados e não sei para onde mais, para divulgar esse programa de natureza rural diferenciado e tudo o mais. “Quem pariu Mateus, que embale! O governo ficou com o bônus, tem que assumir os ônus.

A solução é comprar a área contígua, a área anexa, até módulo mínimo rural, e entregar aos vileiros com o título da propriedade.

Esta é a solução. Caso contrário, como diz a palavra do deputado Caíto Quintana, vai ser um verdadeiro estelionato.

O SR. NEREU MOURA

É estelionato!

Deputado Elio Rusch, para concluir o meu pronunciamento, queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. pediu o Horário do PMDB.

Pode usá-lo.

O SR. NEREU MOURA

Vou usar.

Se o governador Jaime Lerner fosse firme, fosse macho, colocaria na rua incontinente o Secretário da Habitação!

No olho da rua, porque o secretário é o responsável por esse “projeto maravilhoso”, por “essa pérola”, deveria ser colocado na rua, da forma mais clara possível, mas o governador que está viajando hoje, está para os Estados

Unidos, ele vive viajando e não sabe o que acontece no Paraná. Hoje está completando a sua 43ª viagem ao mundo. Vai dar mais voltas ao mundo do que os grandes navegadores históricos, e na verdade, ele é um campeão. Campeão de viagens. O governador não está “nem aí” com o que acontece no Paraná, com a Vila Rural, com o pedágio, com o ICMS, com a agricultura, com a educação, com greve nas Universidades. O governador “não está nem aí” com a Polícia Militar, com esposas de policiais. O governador está preocupado com as suas viagens para o exterior, para os Estados Unidos, para a Inglaterra, e eu me lembro muito bem que quando ele foi, ou mandou sua vice-governadora ao exterior contar as façanhas da Vila Rural, levou alguns deputados desta Casa, que foram presenciar esta maravilha, a “8ª maravilha do mundo”, que era a Vila Rural.

Senhor presidente, estamos concluindo uma ação popular e queremos dar entrada nos próximos dias, para que o povo do Paraná não pague por este erro, pelo desacerto desse governo que infelicitou o nosso Estado e que, infelizmente, tem mais um ano de mandato.

Estamos produzindo esta peça para podermos resgatar na Justiça do Paraná, este pecado contra o nosso povo e contra um povo sofrido e miserável, contra bóias-frias, contra gente que muitas vezes não têm o que comer na sua casa, contra gente que não tem sonhos, deputado Pugliesi. É proibido sonhar, é proibido declamar poesia.

Estas pessoas padecem e não têm a sensibilidade de um governo desonesto que viaja pelo mundo e que se esquece do seu objetivo comum, sagrado, que era de cuidar dos interesses do povo do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu, há poucos dias, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, tenho feito alguns discursos nesta tribuna, mais especificamente levantando fatos dos quais este parlamentar não concorda em relação à Fundação O Boticário e à ONG SPVS.

É com muita tristeza que eu vejo alguns jornalistas que deram eco àquela reunião realizada dentro desta Assembleia Legislativa, hoje sendo processados por essas ONG's que têm uma larga margem de dinheiro internacional, tentando calar, através da Justiça, o direito do jornalista de relatar os fatos acontecidos aqui neste Parlamento.

Apenas para relatar à Casa, a nossa tristeza de ver jornalistas profissionais que fazem a cobertura dos trabalhos do Poder Legislativo, sendo processados, e especificamente a jornalista da Gazeta do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário do PT, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Comemoramos hoje o aniversário de Londrina, que para nós do interior do Estado é uma cidade símbolo do ponto de vista político estadual, do ponto de vista da ocupação do território paranaense, primeiro porque da década de 40 até a década de 60, o Paraná teve a chamada “ocupação territorial”. Existia o litoral de Curitiba e um pouco de Ponta Grossa, digamos assim.

Logo em seguida, tivemos o povoamento do Norte, com a frente paulista e Oeste e Sudoeste, com a frente sulista. Então, para nós, Londrina é um pouco a grandeza do interior do Paraná. Também foi de lá que logo ao terminar o período da ditadura militar no Brasil, saíram os primeiros governos eleitos democraticamente pelo voto popular.

Portanto, Londrina é também um símbolo da cidade que traz o perfil interiorano da redemocratização do Estado do Paraná, uma nova onda democrática, de vontade de ter um Paraná nas mãos do povo paranaense.

Hoje Londrina é administrada pelo PT, pelo prefeito Nedson Micheletti, que teve uma herança das mais terríveis que um governo pode ter. Uma herança que faz com que o governo do PT em Londrina não fique chorando sobre o balcão, mas vai ao trabalho.

Para se ter uma idéia, quando Nedson assumiu a Prefeitura, a dívida do município era de 530 milhões.

Em menos de um ano de administração austera, valendo críticas por cortar benefícios exagerados, dos 530 milhões, temos hoje em torno de 200 milhões de dívidas, com renegociação, pagamento e ajuste da máquina pública.

Portanto, em menos de um ano da administração do PT, baixamos a dívida em 60%. Nós temos hoje, dessa herança administrativa, um folha que cresce vegetativamente. Só na área de educação, para se ter uma idéia, sem o nosso prefeito dar aumento algum, aumenta em quatro anos, de 20 a 25% o custo dessa folha, só no setor educacional. Por quê? Porque foram dados ganhos e vantagens, de forma absolutamente irresponsável, não pelo mérito, não pela valorização do funcionário público, e sim, meramente por um apelo emocional, um apelo do assistencialismo via funcionário público, que não é a boa gestão, a boa prática pública como se recomenda.

A estrutura administrativa hoje está pesada, o gasto com folha de pagamento está na ordem de mais de 12 milhões. Há a Lei de Responsabilidade Fiscal. Precisamos baixar para 10 milhões, deputado, de 12 para 10 milhões.

O prefeito Nedson acabou com os vários cargos em comissão, entre eles o cargo de sub-prefeito, porque entendemos que a administração pública transparente, de forma descentralizada não precisa ter cargo em comissão, porque lá fizemos o orçamento participativo. A população tem um canal direto com a administração pública participando através de uma metodologia cotidiana de participação popular, que dispensa intermediários, que

seriam os cargos de sub-prefeito. E além disso vários cargos comissionados estão sendo cortados. Estamos cortando na carne, tirando cargos em comissão, aliviando a estrutura administrativa para não penalizar o servidor público, para tentar viabilizar uma engenharia financeira e uma engenharia administrativa de tal forma que possamos atender o que manda a lei, sem prejudicar o funcionário público. Essa é a grande engenharia que está sendo feita.

Há um acordo do prefeito, feito com o Tribunal de Contas, e ano após ano está se diminuindo essa carga na folha de pagamento para se adequar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas também fazendo uma política fiscal austera, do ponto de vista da arrecadação, e também o controle muito firme nos gastos públicos, com licitações transparentes, com o orçamento participativo tendo um controle público, uma gestão pública participativa que faz com que a transparência controle os gastos da administração pública.

Esse é o grande desafio, o desafio de acertar Londrina - depois do furacão, depois dos desmandos, nas mãos austeras que, evidentemente - tem que desagradar alguns setores. Mas é preciso que nós do PT mostremos para a sociedade do Paraná, que nós podemos inclusive controlar o Governo do Estado e trabalhar com austeridade, e não esse desmando financeiro que estamos vendo aqui, que nós aqui na Assembléia estamos tendo que votar o aumento de ICMS exatamente porque o governo não gerencia de acordo com as suas finanças.

Em Londrina isso não acontece, porque estamos cortando na carne, inclusive os cargos em comissão. E estamos adequando a Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando para o Paraná que se o Paraná estiver nas mãos do PT, nós vamos administrar com absoluta responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No horário do PPS, com a palavra o senhor deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente e senhores deputados.

Ouvi atentamente o discurso proferido pelo líder do PMDB nesta Casa, deputado Nereu Moura, e ele centralizou muito o seu pronunciamento em cima dessa questão polêmica, que fala sobre a Vila Rural, sobre a questão se ela passaria para o quadro urbano ou continuaria como área rural.

Acho que a grande questão que temos que ver com relação a este assunto, sem dúvida nenhuma é em função da forma como o governo através da imprensa divulgou, sempre dizendo, e até o secretário de Habitação em alguns encontros, em algumas inaugurações chegava a dizer que o Programa de Vila Rural era o maior programa de reforma agrária já feito no País. E tive a oportunidade de discordar, na presença do secretário em uma inauguração, dizendo que nós não podíamos concordar com isso,

até porque nós trabalhávamos na nossa atividade particular com agricultura e pecuária, que era impossível no País uma família sobreviver com 5 mil metros quadrados que, de área útil, chegava a dois ou três mil metros quadrados. Isso se fosse possível em algum lugar do mundo, só seria possível se tivéssemos altos subsídios, como acontece em Israel e em alguns países europeus.

Mas o motivo que me traz à tribuna nesta tarde, senhor presidente e senhores deputados, é com relação ao aumento da alíquota do ICMS que teremos nos próximos dias, mensagem que trará um grande desgaste para a base de apoio do governo, na Assembléia Legislativa, base de apoio que já tem sofrido e nós aqui somos testemunhas, é um desgaste muito grande votando projetos, mensagens e ações do governo totalmente antipopulares, como foi o caso da Copel e diversas outras.

Mas o mais grave, deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que tem procurado acompanhar as contas do governo, o governador Jaime Lerner falava numa entrevista hoje pela manhã, que praticamente nós não teríamos aumento do ICMS; era apenas uma equiparação às alíquotas que prevalecem no Estado de São Paulo, que é um aumentinho muito pequeno, 1% na grande maioria dos casos.

E eu tenho dito e alertado a toda sociedade paranaense, através desta tribuna e através das entrevistas que a imprensa me concedeu, que o aumento é muito significativo e aqui chego ao ponto de dizer que, na minha avaliação, é o maior aumento de tributo já feito nos últimos 10 anos.

Vou dizer o porquê e dou como exemplo o caso do óleo diesel. A alíquota de 12%, hoje passará a vigorar com 13, e como no ICMS o cálculo é feito por dentro, esse aumento chega a 10%. Aumento de 10% no ICMS, nós sabemos exatamente a repercussão que tem, principalmente nas pessoas que mais necessitam, as pessoas mais carentes, porque é lógico, vem lá da produção. Aumentando o ICMS, aumenta o custo de produção dos produtos agrícolas, aumenta o custo dos fretes, enfim, aumenta o supermercado, exatamente no custo de vida da população mais carente. Aumento da energia elétrica, aumento da telefonia, pega exatamente a classe média, que não suporta mais nenhum aumento!

Agora, o mais grave, enrustido dentro da mensagem tem um artigo que passou despercebido por todos nós, que é da maior gravidade, que diz o seguinte: "alteração primeira do artigo 1º da Mensagem 661/2201: fica alterado o inciso 4º do artigo 14 que passa a vigorar com a seguinte redação: alíquota de 18% para os demais serviços, bens e mercadorias". Ou seja, alíquota única de 17% de milhares - milhares, não centenas - milhares de mercadorias, bens e serviços, que é 17%, passam a vigorar com 18. Isso representa praticamente 8% no ICMS geral do Estado do Paraná e não apenas em 5 itens que eles estão dizendo, através da imprensa, que é gasolina, álcool, energia elétrica, telefone, bebidas alcoólicas, cigarro e

óleo diesel. São praticamente todas as mercadorias, bens e serviços que terão um aumento médio de 8%.

Concluindo, senhor presidente, concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Cezar Silvestri, eu vejo, com muita satisfação e até mesmo com alegria, V. Exa. na tribuna relatando exatamente o que é essa mensagem do governo.

Na verdade o governo do Estado do Paraná, para tapar furos que ele mesmo criou, para tapar a auto-falência, recorre de um instrumento de arrecadar mais, tirando dinheiro do bolso do contribuinte. Aumentando os impostos ele quer sanar um problema que criou na sua administração financeira.

Veja bem, o governo teria duas saídas, nesse caso, diminuir as suas despesas, enxugar a sua máquina administrativa, diminuir secretarias, diminuir cargos em comissão, 27 secretarias de Estado, é uma verdadeira seleção de homens, companheiros e amigos. Não, ele não faz isso! Ele poderia diminuir em propaganda e publicidade. Ele tem uma série de saídas para reorganizar a sua estrutura financeira. Não, o governo é cruel!

O Governo Lerner tem sido cruel com o povo paranaense. Esta atitude é um dos seus atos cruéis. Só que agora nós, aqui na Assembléia Legislativa, temos o poder de deliberar contra este aumento que vai cair nas costas do povo trabalhador.

Então, eu gostaria que esta Casa, os parlamentares que dependem do voto do povo para aqui estar, que não dessem este respaldo. Que a Base do Governo determinasse que o governo enxugue sua máquina administrativa, reorganize a estrutura, tire dos poucos que ganham muito e dêem para aqueles que são muitos e que ganham pouco e que naturalmente esta Casa não deixe mais que este ato cruel em cima das costas do povo, possa se consolidar!

Meus parabéns, deputado Cezar Silvestri!

O SR. CEZAR SILVESTRI

Agradeço o aparte, deputado Neivo Beraldin.

Diria o seguinte: o que é mais grave, o ICMS em 1995...

Se o presidente permitisse, eu lhe daria o aparte, deputado Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Rapidamente. Apenas para dizer que com esta política eu não consigo compreender se o Governo, que efetivamente dá incentivo às montadoras, que dá incentivo para a atração das indústrias, é o mesmo que propõe um aumento como este, do ICMS, uma vez que nós estaremos gerando desemprego, pela falta de competitividade dos produtos paranaenses.

Então, começamos a encontrar aí uma dualidade de discurso e uma dificuldade, porque se o Paraná realmente tem condições de ter crescido, como tem crescido

na área industrial dos últimos anos, com este tipo de aumento do ICMS, de forma indiscriminada, vai gerar não só o desemprego, como a falta de competitividade dos produtos paranaenses, principalmente pelo aumento da energia elétrica.

O SR. CEZAR SILVESTRI

V. Exa. fala exatamente do último item do meu pronunciamento, que eu colocava aqui, o incentivo às montadoras. Enquanto as montadoras recebem a postergação do ICMS por mais cinco anos, o pequeno e médio empresário paranaense terão um aumento significativo nas alíquotas do imposto.

Vou dar apenas um número para os funcionários públicos que aqui estão: o ICMS, em 95, era de 117 milhões. Neste ano de 2001, o ICMS chegará a 364 milhões, ou seja, triplicou nos últimos cinco anos e o governador quer aumentar ainda mais. E dizia, se não me falha a memória, o líder do Governo no seu pronunciamento na semana passada, que era para o funcionalismo público comparar o seu contracheque do início do governo Lerner e hoje. Faço a pergunta: será que triplicou o salário do funcionalismo público como triplicou o ICMS nos últimos cinco anos? Com certeza, não!

Mas, ainda descontente com o fato de ter triplicado o ICMS, o governador quer dar o maior aumento de tributação feito na história do Paraná numa única “cane-tada”, exatamente no afogadilho, no final deste período legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No horário destinado à Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente e senhores deputados.

Nós estamos a poucos dias do término dos trabalhos legislativos, e vemos, mais uma vez, a repetição de tudo aquilo que acontece todos os anos. Aqui, alguns e algumas paranaenses estão na tribuna e certamente gostariam de ver definições que atendessem seus pleitos. Nós temos orçamento para vigorar o ano que vem, que ainda não foi nem discutido e nem votado por esta Casa. Nós temos aí o projeto de lei que estabelece normas para a cobrança do IPVA em 2002. Temos o remanejamento de milhões de reais dentro do orçamento. Enfim, nós temos um monte de projetos de grande importância, como aquele que acaba de ser discutido pelo deputado Cezar Silvestri, que faz alteração dos percentuais de cobrança do ICMS sobre uma série de mercadorias. E o que é que nós temos aqui?

Temos o governo que praticamente fugiu deste plenário, quando ele discutiu a questão da Copel. Lembrome que nos dias que antecederam aquele leilão que não aconteceu, do 31 de outubro, ninguém estava aqui. Eles estavam já reunidos para festejar o resultado do leilão, e aí a Assembléia acaba funcionando por causa da presença

da minoria, por causa da Oposição, que sendo minoria dá condições para o Plenário cumprir com as suas tarefas.

Hoje nós estamos aqui e o governo está pedindo o quê?

Vem um projeto do rolo compressor! Vamos transformar o Plenário em Comissão Geral e vamos votar tudo goela abaixo do povo do Paraná, sem discutir, sem dar oportunidade para que possam se debruçar aqueles que querem, sobre essas questões que interessam a todo o Paraná.

Depois a imprensa muitas vezes cobra, vai ter sessão extraordinária, ou não?

Nós poderíamos abrir mão daquilo que vamos ganhar, mas fazemos as sessões extraordinárias, tantas quantas forem necessárias com convocação extraordinária sem receber nada, mas nós precisamos nos aprofundar em determinadas coisas que estão aqui.

Eu já vi muita coisa na minha vida, quando se quer impor à população a sua vontade aqueles que não tem pudor democrático nenhum, o que fazem?

Escondem tudo, depois, maioria é para isso, vem aqui, se transforma o Plenário em Comissão Geral, se manda as emendas para serem relatadas de viva voz por alguém que muitas vezes nem chegou a ler as emendas e se obtém tudo aquilo que os governantes querem! Isso não é a democracia!

Estava ouvindo aqui o discurso do meu companheiro Nereu Moura, e ele batia numa questão muito forte que é essa da chamada reforma agrária do senhor Jaime Lerner.

Primeiro, que direitista nenhum no mundo faz reforma agrária, nenhum liberal no mundo vai fazer coisa alguma em direção da transformação do problema fundiário, só que aqui no Paraná esses mentirosos apanham, por exemplo, uma coisa que toda nação séria já fez, a chamada reforma agrária, fazem essa brincadeira, rotulam a reforma agrária e dizem que estão fazendo a reforma agrária.

Na verdade deram um calote nos vileiros, olha você tem um determinado município lá no interior, você passa quilômetros e quilômetros por terras, as piores possíveis, dentro daquele município. Lá pelas tantas tem um terreninho, eles botam 20 casas. Então, você tem a sede do município aqui e 20 quilômetros depois você vai transformar aquele pedacinho de terra em área urbana.

Parece-me que as áreas metropolitanas que estão querendo fazer aqui, através da Assembléia, são visíveis.

Essa reforma agrária não é reforma, nem agrária, é uma mentira que estão contando, inclusive com a presença dos maiores dirigentes do Estado lá fora. Devemos ter causado acesso de riso naqueles que entendem, um mínimo dessa questão.

Vim à tribuna para dizer o seguinte: essa estória se repete como farsa todos os anos. Esse governo, se puder, pega o IPE pelo pescoço e joga fora. Esse governo não tem respeito por funcionários.

Quais são os aumentos que foram concedidos aos servidores públicos estaduais? Aqueles que fazem as contas que ninguém faz, já, já, com atropelo da Comissão Geral, porque está aqui, é um requerimento que será levado ao conhecimento desta Casa hoje e amanhã, não tenho dúvida nenhuma que ele será aprovado. E vamos ter mais uma vez a vontade imposta daqueles que são maioria só aqui dentro, porque aí na rua eles são minoria. Mas o que ele vale, é aqui. O povo todo se levantou num projeto de iniciativa popular. E o que aconteceu? Ele foi derrotado aqui! Tudo foi derrotado! A agricultura, o comércio e a indústria do Paraná, foram derrotados. A igreja, os professores, os sindicalistas, o povo do Paraná, através de manifestações que chegaram a 93%, se colocaram favoráveis à aprovação do projeto de iniciativa popular. O que aconteceu? Pau na cabeça do povo do Paraná!

Agora, sobem o ICMS. Espera lá!

Estamos entrando no século XXI e se faz da mentira o prato do dia de determinados governos! Que venham aqui e digam: precisamos fazer isso porque queremos botar a mão no dinheiro da Copel!

Como o povo do Paraná ainda não permitiu que isso acontecesse e nem o mercado quis entrar nessa fria, estamos buscando um caminho ao lado que se chama aumento da gasolina, do diesel, do IPVA, do cigarro e aí vamos ter uma “copelzinha” na mão.

Já que não pudemos dar uma mordida do tamanho de um crocodilo da Austrália, estamos dando essa dentada funda nas nádegas de todo mundo.

É o que o governo quer.

Muito obrigado!

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do prefeito de Umuarama, Fernando Scanagawa e o prefeito Tauri, de Campo Mourão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado, e sejam bem-vindos a esta Casa.

Horário da Liderança do Governo, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Pude ouvir atentamente aos pronunciamentos na tarde de hoje. Posso confessar a todos que, realmente, a cada dia que avançamos, sinto que está se avizinando o dia do debate, o dia que vamos fazer o grande debate, o grande comparativo das realizações dos últimos governos.

Só que até o presente momento, não ouvi dos discursos daquela tribuna, nenhum dado, nenhum número, nenhum dado percentual, em qualquer um dos setores.

Aqui, rapidamente, gostaria só de fazer um lembrete e é bom que os paranaenses que nos visitam hoje,

fiquem sabendo disso: se os Constituintes de 1988, a grande Bancada Paranaense, que era na sua grande maioria composta por deputados do PMDB - gravem isso e podem conferir se não são verdadeiras as palavras que estou proferindo - se em 1988, quando foi votada a nova Constituição, estivessem atentos os deputados constituintes, estivesse atento o então governador da época, Álvaro Dias, o Paraná não estaria sofrendo um prejuízo anual de 400 milhões de reais, fruto da isenção de ICMS sobre toda energia que é gerada por Itaipu.

Que o senhor Serra, então deputado Serra, aprovou uma Emenda. E pergunto: onde estava a nossa Bancada que representava o Estado? Onde é que estava, naquele momento? Estava cochilando? Não estava presente? O que aconteceu?

Vejam os senhores que nos visitam, hoje aqui nas galerias: 400 milhões de reais o governo do Estado do Paraná perde por ano! É uma perda de receita que acontece todos os anos!

Se nós fizermos um cálculo rápido, já se passaram 13 anos, 13 vezes 400 dá 5 bilhões e duzentos, é mais do que vale a parte que pertence ao Estado, na Copel, que é 31% e que foi avaliado em quatro bilhões e duzentos milhões de reais. Para que os senhores tenham idéia do prejuízo que aqueles políticos do PMDB, digo do PMDB porque é o que tinha maioria no Congresso Constituinte, o presidente do Congresso Constituinte era o falecido, nobre, ilustre e batalhador, deputado Ulisses Guimarães.

O que foi que aconteceu com o PMDB do Paraná, daquela época, que deixou passar uma Emenda como essa, que causa um prejuízo irreversível ao Estado do Paraná?

Mas, quero falar, na sequência, a respeito das vilas rurais.

Que engraçado seria, minha gente, se continuássemos tendo dezesseis mil proprietários, que hoje moram nas vilas rurais, morando embaixo de favelas, à margem das estradas, embaixo de lonas prestas! Que maldade o governador Jaime Lerner fez para essa gente, deputado Milton Pupio: tirou debaixo de uma lona preta, tirou da indignidade, botou dentro de uma casa, deu cinco mil metros quadrados de área e ainda assim fez um mal!

Mal certamente ele teria feito se tivesse deixado proliferar ainda mais a quantidade de pessoas morando à margem das estradas, abandonadas à própria sorte!

Problemas, claro que existem, e se estamos aqui é para resolver os que possam existir. Não é difícil resolver problemas. Se o imóvel não pode ser desmembrado por causa do Incra, o que importa é que foi oferecida uma condição a essas pessoas, de terem uma moradia, de terem um endereço.

Meus irmãos, quem não tem endereço não existe!

Quem mora às margens de uma estrada, não tem cidadania, não tem endereço, não tem CPF, não tem carteira de identidade, não tem conta de luz, não tem conta de água!

E aqui quero lembrar uma coisa aos senhores. Até os pássaros se preocupam. A primeira coisa a fazer é a sua casa, é fazer um ninho para que ele possa ter uma referência. Quem não tem, casa, quem não tem endereço, não tem moradia, não tem referência, meus irmãos.

Esse foi o mal que o governador Jaime Lerner fez, senhor presidente, senhora e senhores deputados: deu endereço, deu dignidade, deu casa, deu moradia, deu trabalho para mais de dezesseis mil chefes de família, e por isso, ele é tratado dessa maneira!

Eu queria perguntar aqui, se é um problema tão grave, deputado Edno Guimarães, o caso que podemos resolver como bem colocou o deputado Caíto Quintana, nos distritos administrativos.

Eu pergunto, e as ovelhas que foram compradas com recursos públicos, que foram distribuídas, que deveriam ser pagas, que deveriam procriar, que serviriam de matrizes para as outras, que fim levou?

Primeiro, morreu uma infinidade delas, porque vieram fora da sanidade. O deputado Augustinho Zucchi sabe disso, porque é um profissional da área.

O povo comeu, porque a ovelha não era suficiente para lhe dar uma garantia de qualidade de vida.

Pergunto, como é que ficam as ovelhas?

Naquela época, houve denúncias de superfaturamento nas ovelhas!

Como é que ficaram? Foram apuradas? Que mal fez o governador Jaime Lerner, minha gente, em trazer para dentro de uma casa, as pessoas que não tinham nada, as pessoas que estavam à margem dos acontecimentos?

Essa história, essa balela, tenho dito: “palavras ao vento, nada significam”. Essa falácia de dizer que não vai se conseguir a aposentadoria porque o imóvel é rural, essa é a maior mentira!

É deslavada! Nós sabemos que qualquer pessoa que possa morar na cidade, mas que trabalhe lá no interior, que comprove que trabalha na área rural, tem a sua aposentadoria.

Então, vamos para com palavras jogadas ao vento.

Vamos discutir a essência, vamos discutir se a vila rural é viável com os seus cinco mil metros quadrados, vamos transformá-la em uma vila rural especializada, como já têm algumas. Uma que produza somente um queijo tipo tal, outra que produza um certo hortifrutigranjeiro, que já vá todo ele manipulado para a venda no supermercado. Vamos aprimorar esse projeto. Esta é a nossa função! Não jogar pedras com palavras que não são verdadeiras!

Ora, dizer que a pessoa não vai conseguir se aposentar, porque mora em vila rural? Isso é uma grande mentira! Dizer, o grande prejuízo. Qual foi o grande prejuízo? Quem é que teve prejuízo?

As prefeituras, na maioria delas, doaram o terreno, e todo prefeito faz isso. É um sonho do prefeito acabar com a favela, é acabar com a subhabitação no seu município.

O prefeito ganhou um prêmio, e há pouco, quando o deputado Nereu Moura iniciava o seu pronunciamento, estava em meu gabinete, estava lá com o prefeito de Pitanga, que me dizia. Não posso concordar com isso. No meu município tem 4 vilas rurais que estão atendendo perfeitamente. Temos que fazer algumas adaptações? Temos! Mas atende aquela população”.

E meus irmãos, eu gostaria de perguntar aos deputados...

O Sr. Neivo Beraldin

Vamos dialogar aqui, me dê um aparte!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Mas eu já lhe disse que concedo um aparte, mas preciso concluir o meu pensamento, nobre deputado Neivo Beraldin.

O senhor que estou esperando trazer números.

Para concluir, senhor presidente, eu gostaria de convidar os senhores deputados, que usam a tribuna para jogar palavras ao vento, para atacar, para achincalhar sem dados concretos, para que nos acompanhem às viagens do interior como eu fiz ainda no final de semana, quando foram repassados, deputado, recursos a fundo perdido, doados. O Paraná 12 meses doa dinheiro, deputado Moisés Leônidas, para pequenos proprietários.

Veja só, veja deputado Alborghetti! Em um programa em que o Pronaf que é um excelente Programa do Governo Federal, financia 65% de um investimento com juro de 3% ao ano, normalmente quando o senhor vai no Banco, o senhor vai pegar dinheiro emprestado e o Banco não lhe prestava a totalidade, parte dela é recurso próprio que o senhor tem que colocar a “mão no bolso” e o senhor tem que pôr. Pois bem, o Pronaf, empresta 65% do recursos e outro 35 que o pequeno produtor teria que colocar a “mão no bolso”, ele não coloca, deputado Alborghetti, deputado Divanir, deputado Chico Noroeste, deputado Miltinho Pupio, quem coloca é governo do Estado. Doa a fundo perdido! Vejam só! Vamos discutir esse projeto, vamos discutir esse Programa!

O SR. NEIVO BERARDIN

Então vamos discutir.

Concede-me um aparte, então.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Não, não neste Horário de Liderança.

Vamos discutir no Grande Expediente, mas quero que os senhores venham com números.

Vamos ver quantos pequenos produtores receberam...

O SR. NEIVO BERARDIN

Eu só darei números, se V. Exa. me conceder um aparte.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Eu estou com a palavra.

...receberam doação, minha gente! 35% de doação!

Outros recebem 100% como por exemplo a compra de novilhas, 100% a fundo perdido! Do Paraná 12 meses!

Então vejam os senhores, na questão de moradias...

O deputado Zuk alega que é mentira, mas ele sabe que na região dele tem, para melhoria de moradias, para melhoria de moradias, sim, senhor!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O seu tempo está encerrado, depurado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

O governo do Estado investiu e melhorou as moradias com recursos próprios. Vamos para os números, tragam os números para que possamos continuar o nosso questionamento.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, eu tenho admiração pelo deputado Zuk, pelo deputado Zucchi e pelo deputado Waldyr Pugliesi, mas todas as vezes que eles vão à tribuna, nós ouvimos, mesmo que às vezes não soe bem nos nossos ouvidos. E pelo que senti aqui, com todo o respeito que tenho aos parlamentares, eles não querem deixar o deputado Carli falar.

Então, eu acho que o melhor é, na verdade, que o debate flua normalmente, porque eu não acho isso aqui normal.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu acredito que o ilustre deputado Valdir Rossoni não entendeu bem. Nós estávamos pedindo a sua palavra, como presidente, para fazer valer o Regimento.

Nós escutamos besteiras do Carli o tempo que quiser, dentro do Regimento. Pode mentir à vontade, pode falar o que bem entender, mas nós respeitamos o Regimento e V. Exa. já tinha, em diversas oportunidades dado ao nosso som para cortá-lo V. Exa. fez isso. O deputado Valdir Rossoni não viu, por isso que nós nos insurgimos contra aquela extensão e a falta de respeito à nossa pessoa.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria responder ao deputado Luiz Carlos Zuk. O deputado Waldyr Pugliesi usou de mais de cinco minutos, ninguém reclamou, V. Exa. tem essa...

Olha o costume! O deputado Carli estava falando lá e o Zuk estava gritando. Eu estou falando aqui e ele está gritando nas minhas costas! Qual é o direito de parlamentar que eu tenho?

Deputado Zuk, quando eu estou falando, com a permissão do presidente, V. Exa. por favor, respeite a

minha palavra, porque eu lutarei e brigarei aqui para respeitar a sua palavra, se qualquer deputado quiser intervir na sua posição.

Então, senhor presidente, só colocar aqui: eu não acho correto, quando um parlamentar está fazendo um brilhante pronunciamento ou daquela tribuna, que parlamentares fiquem aqui, no plenário, agredindo o parlamentar que está lá! Isso não pode acontecer nesta Casa e nós temos que se dar ao respeito!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, ninguém faltou com respeito algum.

No entender do deputado Valdir Rossoni, se é brilhante o pronunciamento, é para ele, não para o Paraná que sabe a verdade da mentira desse Governo que aí está! Aqui está a presença de reivindicações contra o governo!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, todo esse embate se deu pelo seguinte: V. Exa. é testemunha que eu tenho ocupado essa tribuna inúmeras vezes relatando os números, dados do governo. Nunca recebi um aparte de alguém de sustentação ao governo para contestar os números e dados oficiais.

Então, o deputado Fernando Ribas Carli, que hoje substitui o deputado Durval Amaral, vem e faz uma série de colocações e eu vou passar algumas informações, ele disse números...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, deputado Neivo.

Não tem procedência.

O SR. NEIVO BERALDIN

São dois números apenas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não tem procedência.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Eu não sei, senhor presidente, mas que fui citado pelo próprio deputado Carli...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas não cabe, deputado V. Exa. foi citado no pronunciamento e poderá usar amanhã o Pequeno Expediente, Horário das Lideranças, para responder e contestar os números que foram apresentados. Agora, se for para conceder a palavra a cada deputado que tenha sido citado, nós vamos ficar até meia-noite.

Então, não é regimental.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Ótimo. Eu gostaria de agradecer a sua colocação, senhor presidente, e dizer o seguinte: ele me colocou como testemunha no programa das ovelhas. Eu não concordo.

Então, eu gostaria de contestar a informação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. poderá contestar no dia da amanhã. Se inscreva no Pequeno Expediente, Horário das Lideranças.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu não vou querer responder o desarrazoado "Carlita", não não pretendo isso. O que eu quero é o seguinte: dirigir-me ao meu companheiro Rossoni quando ele diz que alguns deputados, entre os quais eu, estamos tentando impedir o pronunciamento do deputado Carli.

Deputado Rossoni, não é verdade essa afirmação, nós não estamos tentando impedir que ninguém faça os seus pronunciamentos aqui, sejam favoráveis ou contra o governo.

Então, que fique bem claro que muitas vezes, por exemplo, logicamente que dá vontade de rebater, por exemplo, o deputado Carli, ele volta e meia fala no problema do ICMS, sobre a energia lá no local do consumo.

Bom, o que nós tínhamos lá na Assembléia Nacional Constituinte?

Mal comparando, talvez, o lobby de São Paulo dentro da Constituinte, é como se fosse o Bush e os seus espalhadores de desgraça, como estão agora.

E nós, éramos o quê? Éramos afegãos que não tínhamos as armas para derrotar São Paulo. São Paulo é a grande força da Federação. E São Paulo impõe muitas vezes a sua vontade.

Imagine um governo fraco, impopular como o governo Lerner e impõe a vontade aqui dentro! Imaginem em um Congresso Constituinte o poder do lobby paulista!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos deputados Edson Strapasson, Luiz Carlos Martins, Eli Ghellere, Renato Gaúcho, José Maria Ferreira e demais deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei complementar, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, com apoio do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Herma Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4237, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Nelson Tureck, Luiz Carlos Martins, Basílio Zanusso, Luiz Accorsi, Edno Guimarães e demais deputados, constante do expediente, solicitando a transformação das Sessões Plenárias dos dias 11, 12 e 13 do corrente mês, para votação dos Projetos de Lei a seguir relacionados: 002, 287, 478, 499, 592, 623 a 626, 661 e 682 a 684/2001. **Apreciar na sessão do dia 11.12.2001, conforme o Regimento Interno.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 027/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais compulsórias no Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 027/99
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para os efeitos desta lei, denomina-se Auditoria Ambiental Compulsória a realização de avaliações e estudos destinados a verificar:

I - o cumprimento das Normas Legais Ambientais em vigor;

II - os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

III - as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

IV - as medidas necessárias para assegurar a proteção do meio ambiente, da saúde humana e minimizar impactos negativos e recuperar o meio ambiente;

V - a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente;

VI - os fatores de risco advindos das atividades potencialmente e efetivamente poluidoras.

Art. 2º - As auditorias ambientais compulsórias serão realizadas às custas da pessoa jurídica pública ou privada objetivo de auditoria e com equipe de sua livre escolha, de comprovada habilitação e competência na atividade a ser auditada.

§ 1º - Sempre que julgar necessário, o Órgão Estadual do Meio Ambiente, poderá determinar que as auditorias ambientais sejam conduzidas por equipes técnicas independentes do auditado.

§ 2º - Quando as auditorias ambientais forem realizadas por equipes do próprio auditado, pertencentes ao seu quadro funcional, esta não poderá ser composta por técnicos responsáveis pela operação da empresa.

Art. 3º - A responsabilidade técnica pela auditoria ambiental compulsória caberá a profissional de nível superior, devidamente habilitado e credenciado pelo órgão de fiscalização profissional.

§ 1º - Os auditores ambientais, quer pessoas físicas ou jurídicas, deverão ser cadastradas previamente no Órgão Estadual do Meio Ambiente.

§ 2º - O órgão estadual de meio ambiente estabelecerá normas de procedimento contendo critérios a serem seguidos para fins de cadastramento dos auditores ambientais, domésticos;

§ 3º - A omissão, sonegação ou falsidade de informações, pelos auditores ambientais, devidamente apuradas, descredenciarão os mesmos para realização de novas auditorias ambientais, sendo o fato comunicado aos respectivos órgãos de fiscalização profissional e 'Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 4º - Os agentes públicos dos órgãos ambientais do Estado do Paraná não poderão ser cadastrados para realização de auditorias ambientais compulsórias no Estado do Paraná.

Art. 4º - Deverão, obrigatoriamente, realizar auditorias ambientais compulsórias periódicas, com intervalo máximo de 04 (quatro) anos, as pessoas jurídicas públicas ou privadas com atividades de elevado potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, tais como:

I - refinarias, oleodutos e terminais de petróleo e seus derivados;

II - instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

III -- instalações de processamento e/ou de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;

IV - unidades de geração e transmissão de energia elétrica;

V - instalações de tratamento e disposição final de esgotos domésticos;

VI - indústrias petroquímicas e siderúrgicas;

VII - indústrias químicas e metalúrgicas;

VIII - instalações portuárias;

IX - atividades de extração e beneficiamento mineral;

X - instalações de processamento, recuperação e destinação final de lixo urbano;

XI - indústrias de papel e celulose;

XII - gasodutos;

XIII - usinas de álcool;

XIV - instalações de processamento e produção de carvão vegetal;

XV - indústria de produção de cimento;

XVI - indústrias de tratamento de superfície;

XVII - atividades agrícolas com uso intensivo de agrotóxicos;

XVIII - empresas do setor madeireiro;

XXIX - empresas de extração de areia;

XX - instalações de processamento e destinação final de lixo hospitalar;

XXI - curtumes.

§ 1º - Poderão ser dispensados da realização de auditorias ambientais compulsórias periódicas, os empreendimentos de pequeno porte ou de reduzido potencial poluidor ou degradador do meio ambiente.

§ 2º - A critério do órgão estadual de meio ambiente, são também passíveis de auditorias ambientais compulsórias as atividades públicas ou privadas, que a qualquer tempo gerem ou venham a gerar impactos ou riscos ambientais relevantes.

Art. 5º - Constatadas infrações ambientais, poderão ser realizadas auditorias ambientais compulsórias ocasionais sobre os aspectos às mesmas relacionadas independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 6º - As diretrizes para realização de auditorias ambientais compulsórias deverão incluir, entre outras, avaliações relacionadas aos seguintes aspectos;

I - cumprimento das normas legais relativas à Legislação Ambiental;

II - cumprimento das condições estabelecidas nas licenças ambientais e no estudo prévio de impacto ambiental, quando houver, bem como as exigências feitas pelas autoridades competentes em matéria ambiental;

III - dinâmica dos processos operacionais do empreendimento, com o manejo de seus produtos parciais, finais e dos resíduos operacionais;

IV - impacto sobre o meio ambiente, provocado pelas atividades operacionais;

V - avaliação dos riscos de acidentes e dos planos de contingências, para evacuação e proteção dos trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessário;

VI - avaliação de alternativas tecnológicas disponíveis, de processos, sistemas de tratamento e monitoramento, para a redução dos níveis de emissão de poluentes;

VII - avaliação dos efeitos dos poluentes sobre os trabalhadores e poluição lindeira.

Art. 7º - Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais compulsórias serão acessíveis a consulta pública, preservado o sigilo industrial.

§ 1º - Após a entrega do Relatório Final a órgão estadual de meio ambiente, a pessoa jurídica ou privada auditada deverá publicar um Edital de comunicação em periódico de grande circulação, e no Diário Oficial do Estado do Paraná, sob o título de "Auditoria Ambiental Compulsória", com informação sobre o local, o horário e prazo, este de, no mínimo 30 (trinta) dias, em que os documentos poderão ser consultados.

§ 2º - A manifestação sobre os documentos relacionados às auditorias ambientais, inclusive o Relatório Final, poderão ser apresentados no prazo de 15 (quinze) dias a partir do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, em documento escrito que será levado em consideração pelo órgão estadual de meio ambiente, quando da análise do processo de auditoria ambiental da empresa auditada.

Art. 8º - O Plano de correção das não conformidades contendo as medidas de correção necessárias, a serem implementadas pela pessoa jurídica ou privada auditada, bem como os respectivos prazos de implementação, deverá ser analisado, aprovado e fiscalizado, pelo órgão estadual de meio ambiente.

Parágrafo Único - No plano de correção das não conformidades identificadas deverão constar, entre outras, as seguintes informações:

a) - justificativa para cada uma das soluções apresentadas;

b) o Cronograma Físico de implantação das medidas corretivas necessárias.

Art. 9º - A realização de auditorias ambientais não exime as atividades efetivamente ou potencial poluidoras ou causadoras da degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor, bem como de qualquer ação fiscalizadora, ou as obrigações de controle ambiental das atividades.

Art. 10 - A renovação da licença ambiental ficará condicionada a apresentação do último relatório final de auditoria ambiental, na periodicidade estabelecida, bem como o cumprimento das medidas necessárias conforme cronograma aprovado.

Parágrafo Único - O não atendimento implicará no impedimento da renovação da licença além da sujeição às sanções previstas em lei.

Art. 11 - A não realização da auditoria ambiental compulsória estabelecida, nos termos desta lei, a não publicação do Edital de Comunicação, bem como, a não implementação do Plano de Correção das não conformidades identificadas, segundo o cronograma aprovado, sujeitarão os transgressores as seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente;

I - multa, de acordo com os valores a serem estabelecidos, em regulamento, pelo Poder Executivo;

II - não renovação da licença ambiental;

III - interdição parcial ou total da atividade.

Parágrafo Único - A reincidência implicará na cassação da licença ambiental.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 406/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, declara de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04.09.2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 518/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e

Agricultores a linha Aparecidinha, com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 518/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Aparecidinha do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESUTI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 546/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Litoral do Paraná, com sede e foro no município de Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 154/2001, de 23.10.2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 549/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores de Vila Floresta com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 549/2001
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores de Vila Floresta, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 553/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Luc Alexandre Menard. **Aprovado. (Publ. no DA nº 156/2001, de 24/10/2001).**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que obriga as empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular a divulgarem avisos de advertência quanto aos riscos à saúde advindo do uso inadequado de telefones celulares, na forma em que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. EMENDA DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre inutilização de lotes de medicamentos. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 401/2000.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, aos infratores de leis ambientais no Estado do Paraná, acrescenta-se a obrigatoriedade de comparecimento a palestras sobre a importância da preservação do meio ambiente. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CEMA. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, acho que o projeto realmente é meritório, no entanto ele não passou pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia.

Eu solicito que este projeto...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Mas infelizmente, deputado, fica registrado...

O SR. ALGACI TULIO

Mas como infelizmente, senhor presidente? Infelizmente a Ordem do Dia está incompleta, um projeto em segunda discussão e que não passou pela Comissão de Meio Ambiente, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pois é, deputado Algaci Tulio, nós já votamos, nós até anunciamos o item 10...

O SR. ALGACI TULIO

Mas, senhor presidente, nós não temos microfone em nossas mesas, eu gritei três vezes para chamar a atenção do Plenário que o projeto não passou. Agora, se for para a gente ficar aprovando projetos e eles não passam por Comissões da qual é a mais importante, senhor presi-

dente, então vamos eliminar as Comissões Internas desta Casa.

É o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Fica devidamente registrado.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço verificação de votação...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas esse aqui já é matéria vencida, deputado. Nós já anunciamos o item 10.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, o projeto do deputado Algaci Tulio, eu falo na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, e ele tomou, exatamente com muita propriedade, a palavra para pedir que este projeto voltasse.

Por isso eu quero, na condição de presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo Berardin, ele passou na primeira votação e hoje está na segunda. Nós já anunciamos o item 10. Nós já estamos discutindo o projeto 111.

O SR. NEIVO BERARDIN

O presidente nos garante que vai remeter à Comissão para a próxima votação? Muito obrigado.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que determina aos motéis e hotéis, no âmbito do Estado do Paraná, a manutenção de preservativos para uso por seus hóspedes, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 117/2001

Inclua-se onde couber:

“Art. ... - Ficam criados 30 cargos de professor para o desenvolvimento das atividades do curso de Medicina, a serem preenchidos nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. ... - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o necessário remanejamento orçamentário no sentido de dotar a Universidade Estadual de Ponta Grossa de recursos necessários para a implantação do curso de Medicina, conforme ato de criação do Conselho Universitário e que já data de 1968.

Parágrafo Único - Os valores referidos no *caput* do artigo deverão ser equivalentes R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).”

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Serafina Carrilho, Nereu Moura, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa equacionar tecnicamente o texto do projeto de lei.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 117/2001

Substitua-se o artigo 1º do PL 11/2001 para dizer:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos termos da deliberação do Conselho Universitário, e conforme o artigo 207 da Constituição Federal, dotando-o dos meios financeiros, técnicos e de infra-estrutura necessários a implementação.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Serafina Carrilho, Nereu Moura, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

É do preceito constitucional a prerrogativa de criação de cursos, já que “as universidades gozam de autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (artigo 207, CF), sendo pois necessário proceder a devida correção ao texto do projeto de lei, tendo em vista que o curso de Medicina já foi criado em 1968 e por ato do Conselho Universitário e até o momento não instalado por ausência de recursos financeiros e respectiva dotação do ente mantenedor, no caso o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O projeto tem emenda.

Ele retorna à CCJ e às Comissões.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Vossa Excelência retirou o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sim.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispensa o município de apresentar certidão negativa de débito CND - expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - para a celebração de convênio com o Estado, administração direta ou indireta. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão dos lotes de terras 41-B e 45-E, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de conjunto de moradias populares. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC.

O seu autor pediu o arquivamento do projeto, saindo da Ordem do Dia. **Arquivado.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/2001, que objetiva criar na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte oito) cargos em Comissão com a denominação de Assistente de Segurança e Simbologia 9-C. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 287/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 24/2001, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistente de Segurança e Simbologia 9-C.

Fundamentação

Tal propositura já foi devidamente analisada sob o aspecto da sua constitucionalidade e legalidade pela Comissão de Constituição e Justiça, porém na forma da emenda que segue anexa e Comissão de Finanças.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o parágrafo 9, do artigo 33, observa este relator que nada encontrou que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 287/2001

Acrescenta, onde couber, dispositivo conforme redação a seguir:

“Art. ... Aos ocupantes dos cargos públicos com carreira definida pela Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1.997, não se aplica o disposto no artigo 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1.995.”

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Nelson Garcia, Moysés Leônidas, Cesar Seleme e Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição possibilitará que os servidores do IAPAR, passem a ter como “teto” (limite constitucional) para sua remuneração o correspondente ao da Secretaria de Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 287/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistente de Segurança e Simbologia 9-C.

Chamada esta Comissão Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em Plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Plauto Miró Guimarães - Relator

Apoioamento:

Carlos Simões, Ademar Traiano, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Sérgio Spada e Marcos Isfer.

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o Governo do Estado pretende maquiagem a legislação, para poder nomear 328 cabos-eleitorais, na Delegacia de Polícia, no interior do Paraná. É esse governo da transformação, a que se refere o deputado Ribas Carli! É esse o governo que não melhora o salário das Polícias Civil e Militar; que não melhora a qualidade da Educação no Paraná. Mas que quer criar cargos para nomear cabos eleitorais, no interior do Estado.

Trezentos e vinte e oito - é uma vergonha, como diria o jornalista Boris Casoy. É uma vergonha! Em um momento de profunda crise econômica, que vive o Paraná; em um momento em que o governo manda para esta Casa uma proposta de lei para aumentar a alíquota

do ICMS, tirando do lombo do povo do Paraná recursos indispensáveis à sua sobrevivência; em um momento em que o governador quer vender a Copel, para cobrir o rombo de caixa, desavergonhadamente manda esse projeto para esta Casa, para transformar, maquiagem e enganar a legislação, a fim de permitir a nomeação de 328 cupinchas, cabos eleitorais da Delegacias de Polícia, do interior do Paraná.

O Supremo Tribunal Federal disse que, cargo de delegado é exclusivamente de pessoas que se submetem a concurso público. Senhor presidente, esses 328 cargos que serão nomeados, na verdade, não terão função alguma nas delegacias - serão a rainha Elizabeth das Delegacias de Polícia, porque não terão função alguma, nenhuma. Não podem assinar convocação, não podem assinar intimação, não podem nominar ninguém, não podem fazer nada nas delegacias, a lei proíbe, e o governo Jaime Lerner, governo da transformação, governo que se notabiliza cada dia por fiascos e mais fiascos, agora quer dar no período eleitoral, o direito de nomear 328 cabos eleitorais, cupinchas políticos nas delegacias do interior do Paraná!

Por isso, senhor presidente, o PMDB encaminha contra, o PMDB vai votar contra esta proposta, porque ela, além de ser imoral, não atende os superiores interesses do povo do Paraná, e nós, com base nessa premissa, iremos votar contra, iremos tentar derrubar aqui nesta Casa mais este projeto, porque não atende aos superiores interesses do povo do nosso Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Recordo que em 1989 a Associação de Delegados de Polícia mobilizou-se na expectativa de que constasse na nossa Constituição a obrigatoriedade de que as Delegacias de Polícia fossem chefiadas por delegado de carreira e admitido por concurso.

À época, justificamos a inexistência de quadros suficientes para preencher o número de Delegacias de Polícia que necessitavam de delegados para poderem exercer as suas atividades.

Figurou-se no Paraná, a figura do “delegado calça curta”, que foi no governo José Richa, criados cargos como esse, aonde contratava-se pessoas sem critérios que eu digo, é sem nenhum tipo de exigência para exercer a função de delegado calça curta.

Essa prática foi encerrada, com o encerramento dos cargos, a desativação daqueles cargos para que nós não tivéssemos mais essa possibilidade de termos delegados leigos.

Recentemente, senhor presidente, senhores parlamentares, a Secretaria de Segurança passou a utilizar novamente os cargos que não tinham sido extintos e nomear delegados leigos em cargos de comissão.

Surge agora mais de 300 cargos em comissão para serem usados nas Delegacias de Polícia. Senhor presidente, se tivermos necessitando e estamos necessitando,

principalmente de escrivães nas Delegacias de Polícia no interior do Estado do Paraná, precisamos fazer concurso.

Quem trabalha na Delegacia de Polícia, muitas e muitas vezes é quem faz o início de um inquérito policial, e deste inquérito policial bem feito ou mal feito vai representar a possibilidade de que o advogado em juízo, na seqüência, quebre o flagrante, solte um bandido ou mantenha preso um inocente.

Estamos aqui pedindo novamente a criação de cargos em comissão sem estabelecer nenhum tipo de exigência, que tenha 1º grau, que não tenha 1º grau; que tenha 2º grau, que não tenha 2º grau; se a pessoa tem conhecimento, não tem conhecimento; demissível *ad nutum* trabalhar na segurança pública contrariando o interesse de qualquer setor da política que o mande, é posto para a rua, é demitido.

Por isso talvez que a Segurança Pública esteja tão mal, esteja tão ruim. Se é possível hoje transferir delegado de polícia, do município, quando não nos atende aos interesses, imaginem poder demitir dos cargos um quadro contratado como cargo em comissão para trabalhar numa Delegacia de Polícia, num dos Estados que têm atingido um dos maiores índices de criminalidade do País, proporcional ao número de habitantes, num dos Estados que têm um dos maiores índices de roubo de carros do País!

Não se pode fazer segurança assim, senhor presidente e senhores parlamentares!

Votaria com convicção e faria pronunciamento defendendo, se esse projeto dissesse que o Estado estivesse abrindo concurso público para contratação de 300, 400, 500, quantos fossem, servidores da segurança pública, para exercer a função de escrivão, inspetor, investigador, seja lá do que for, mas por concurso, qualificado, exigindo que a pessoa tenha escolaridade suficiente para o cargo que vai exercer.

Criar esses cargos é macular mais ainda os trabalhos da segurança pública no Estado do Paraná, porque daqui a pouco, não serve a argumentação que ouvi há pouco de um deputado que estimo muito, que diz que não vai presidir o inquérito.

Não vai assinar inquérito!

Mas, vai fazer inquérito e depois leva para o Regional e o Regional apenas assina. Estamos diminuindo o nível da segurança. Se consultar a Associação de Delegados, o Ministério Público, a OAB, a respeito desse projeto, tenho certeza absoluta que por unanimidade todos serão contra.

Por isso, nós também pedimos que esse Plenário vote contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra, deputado Geraldo Cartário, para encaminhar.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, o assunto que está sendo abordado, passou pelo Partido Social Liberal, do qual tenho a

honra de representar no Paraná, sou presidente, o deputado Luiz Carlos Martins é o nosso secretário geral do Partido e o deputado Belinati, vice-presidente.

Na verdade, a figura do delegado calça curta foi afastada do cenário político do Paraná, principalmente da segurança, através de um processo do Partido Social Liberal.

O nosso Partido ingressou no Supremo Tribunal e conseguiu tirar a figura do delegado calça curta, visto que, como o deputado Caíto falou, tem que ser concursado e bacharel em Direito.

Ora, nós todos ficamos felizes porque o inquérito não pode jamais ser presidido por alguém que não conheça a lei, ou pelo menos tivesse o 2º grau, quando muitos no Paraná, sequer o delegado, tinha o 2º grau.

Visto isso, hoje esse projeto que aqui está, não tem nada a ver com a figura de delegado. Ele acabou. Não se fala mais. Não existe essa figura. O delegado hoje, tem que ser de carreira.

Enquanto não existir o concurso para delegado de polícia de 5ª classe, que a Assembléia já aprovou, que é o Estatuto da Polícia Civil, vamos ficar com delegados regionais, inclusive respondendo por outras delegacias.

Nesse sentido, a exemplo do Rio Grande do Sul, apresentei um projeto aqui, concedendo gratificação a todos os delegados de carreira, que respondem por mais de um município.

No caso nosso, que é a Fazenda Rio Grande, o delegado responde ainda por Mandirituba, Quitandinha e Agudos do Sul. São quatro municípios, e no caso de Quitandinha, está a 40 quilômetros da Fazenda Rio Grande.

Por essa razão é que somos favoráveis a aprovar esse projeto, porque não tem nada a ver com delegado. Existe sim uma forma, ele tem uma função administrativa enquanto não existir o concurso para escrivão, etc. Meramente administrativa. O que está se colocando nesse projeto é o preenchimento provisório, como aqui o deputado Caíto falou. No governo José Richa foi criada essa figura e ela não vai prosperar apenas administrativamente, senhor presidente. Por isso, somos favoráveis. Ele não tem o direito de portar arma, de presidir inquérito. Simplesmente poderá ser uma pessoa que ficará com a responsabilidade administrativa, de viatura, etc.

Peço que votemos a favor, porque preenche uma lacuna que existe.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, ouvi uma frase de um governista que dizia o seguinte: “Governar é a parte de passar dinheiro público à iniciativa privada”. Daí, a gente tem a dimensão do que pensa esse governo. Daí, vem a mensagem do governo, criando, em forma de cargo de Comissão, (um absurdo, podia-se fazer um concurso público) e a Assembléia vai referendar.

Veio a mensagem do Tribunal de Contas, criando cargos em comissão. Amanhã ou depois de amanhã, esta-

remos votando mais cargos em comissão, para o TC, segundo a mensagem que está na Casa.

Temos uma mensagem também do Tribunal de Justiça que quer mais cargo em Comissão e a Assembléia que tem o dever de analisar essas mensagens, não está se opondo como deveria, porque evidentemente que o cargo em Comissão, e é muito fácil imaginar que o secretário ou o diretor geral da Polícia vão escolher aqueles que melhor se afinam com os comandantes, com os que estão no cargo, tanto o secretário, como o diretor geral e com o chefe maior da Polícia, que é o governador Jaime Lerner.

É natural, sobretudo pelo que se verifica no campo ético e moral deste governo, que vai escolher aqueles que estarão a seu serviço. Esses, como diz o deputado Caíto Quintana, terão a elevada função de dar início a um processo muitas vezes criminal, crime hediondo que se não for bem instituído no início, se perdem as provas materiais. Portanto, precisa de um conteúdo necessário e fundamental para exercer a função, e esse conteúdo necessário deve ser dado através de um concurso público, onde o cidadão se inscreve, participa e preenche os critérios do edital da prova e uma banca vai julgar o mais preparado para ocupar a função das mais dignas, a função de representar a sociedade, ou seja, de dar à sociedade a segurança pública que o povo tanto precisa e tem reclamado ultimamente, e infelizmente, esse governo não tem dado aumento, nem tem aplicado dinheiro do Funrespol para a Polícia. Do Funrespol, zero. O dinheiro, Lerner só compra veículos ou dá equipamentos para a Polícia com o dinheiro do governo federal, porque com dinheiro arrecadado do Funrespol, é zero!

Desafio o deputado do governo que venha aqui dizer que o governo tem aplicado o dinheiro do Funrespol na Polícia, porque analisei os Fundos.

Ele arrecadou no Fundo-Saúde, trezentos e trinta e quatro milhões de reais e aplicou na atividade-fim, menos de dois por cento.

Teve um ano que ele deixou 99% do dinheiro para o IPE, represado na Tesouraria.

Nós estamos discursando para tentar convencer os deputados. Agora se constata a triste realidade, que o governo ainda possui uma base de sustentação bastante expressiva.

Esses três dias são de fundamental importância para o governo no ano que vem. Teremos que analisar o aumento da alíquota do ICMS, teremos que analisar e aprovar a questão do IPVA. Se depender desse governo, se ele puder receber 100% em janeiro ele vai receber. Vamos tentar incluir emendas no sentido de que sejam pagas conforme a placa de cada veículo.

Estamos com uma série de matérias importantes. Ele é legal, porém é imoral.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, um dos assuntos que nós mais discutimos nesta Casa, na Comissão de Segurança

Pública, na CCJ, foi o projeto de alterações no Estatuto da Polícia Civil.

Um dos pontos mais polêmicos discutidos naquele estatuto, foi exatamente a famigerada figura do “delegado calça curta”, e eu como relator, lembro que optamos por acabar com o delegado calça curta e esta Assembléia aprovou e criávamos a figura do delegado de 5ª Classe.

Esta foi uma das principais alterações no Estatuto da Polícia Civil.

No entanto, o governo manda um projeto que torna em Comissão, com a denominação de Assistente de Segurança, e simbologia 9-C, 328 cargos.

Esses cargos estão proibidos, pelo menos, pela justificativa e projeto encaminhado pelo governo do Estado, mas quem garante que esse pessoal não vai assumir a função de delegado? Quem vai estar lá fiscalizando isso? O que o governo precisaria neste momento, isto sim, seria abrir um concurso para delegado de 5ª Classe. Abrindo esse concurso, evita toda essa situação e permite a esses policiais a oportunidade que eles possam participar dele. Atualmente é um concurso aberto de 41 vagas de delegados, que é insuficiente para preencher as vagas existentes na Polícia Civil.

Eu quero deixar muito bem clara a minha posição. Eu gostaria de poder acreditar que esses 328 policiais não irão exercer nenhum cargo de delegado numa Delegacia de Polícia. No entanto, não temos este poder de fiscalização.

Fica muito difícil, e eu acho que seria prudente ao líder do governo a retirada desse projeto da Ordem do Dia, para que a gente pudesse analisar melhor e apresentar mais uma emenda no sentido de que fosse permitida uma relação dos 328 ocupantes desses cargos. Aí sim, quem sabe, nós tivéssemos alguma possibilidade de fiscalizar a atuação desses elementos.

Volto a afirmar. O Estatuto da Polícia Civil aboliu a famigerada figura do delegado calça curta e criou o delegado de 5ª Classe. Se isso aconteceu realmente, não tem razão para estarmos aqui votando e aprovando 328 cargos na função administrativa, porque nem nós e nem a Secretaria da Segurança Pública vai ter como fiscalizar se um desses 328 não vai virar um delegado calça curta.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação o Substitutivo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, o PDT vai votar contra.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, V. Exa. está colocando o 287 em votação? Nós acabamos de fazer um entendimento com o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão e o líder do Governo, deputado Durval Amaral, no sentido de retirá-lo da pauta de hoje e remetê-lo à Comissão de Finanças; ele voltaria amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós vamos retirar o projeto da Ordem do Dia, vai para a Comissão de Finanças, mas amanhã ele já vai figurar novamente na Ordem do Dia; está em Regime de Urgência. Solicitamos encarecidamente à Comissão de Finanças que se reúna e que dê um parecer, para que amanhã possamos votá-lo.

Só queremos lembrar ao deputado Neivo Beraldin, aquele projeto do deputado Plauto Miró Guimarães, aquele o qual V. Exa. mencionou. V. Exa. foi o presidente e tem parecer esse projeto.

A relatora foi a deputada Luciana.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, quero justificar a V. Exa. que eu estava dando uma entrevista e o deputado Algaci Tulio fez menção, porque não estava na Ordem do Dia o parecer da Comissão do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Na primeira votação não estava.

O SR. NEIVO BERARDIN

De qualquer sorte, quero me desculpar com V. Exa. porque V. Exa. está presidindo dentro da maior correção possível. E nós viemos rapidamente e constatamos que não havia o parecer da Comissão do Meio Ambiente.

No entanto, fica aí uma constatação. V. Exa. presidiu com todo o rigor e a Diretoria Legislativa falhou em não colocar o parecer da Comissão de Meio Ambiente.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Foi colocado na 1ª votação. A Diretoria falhou na hora de elaborar a Ordem do Dia; deveria de constar o parecer da Comissão.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, pena que V. Exa. não tenha feito essa observação na hora, se tivesse verificação, não teria criado celeuma. A celeuma foi criada porque na Ordem do Dia, na pauta dos trabalhos, não cita o parecer favorável ou contrário da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Então, somente por isso que eu fiz aquele reparo. Tivesse V. Exa. na hora consultado à Mesa, já teria dado a resposta naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós tínhamos quase certeza, e logo após a nossa consulta fomos informados que tinha o parecer.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/2001, que autoriza o Poder Executivo permutar área de sua propriedade, no município de Cidade Gaúcha, com outra área no

mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que dispõe sobre o acesso de permanência de deficientes visuais acompanhados por cão guia em locais abertos ao público e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CAIC. EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 012/2001, de 08.03.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 036/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, visa dispor sobre o acesso de permanência de deficientes visuais acompanhados por cão guia em locais abertos ao público e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma do substitutivo geral anexo, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 036/2001

Art. 1º - Os deficientes visuais acompanhados por cães guia, especialmente treinados para este fim, têm direito ao acesso e permanência em qualquer local aberto ao público ou utilizado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento de ingresso, no Estado do Paraná.

§ 1º - Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se locais abertos ao público, utilizados pelo público:

I - os próprios estaduais de uso comum do povo de uso especial;

II - edifícios de órgãos públicos em geral;

III - hotéis, pensões, estalagens ou estabelecimentos similares;

IV - lojas de qualquer gênero, restaurantes, bares, confeitarias ou locais semelhantes;

V - cinemas, teatros, estádios, ginásios, ou qualquer estabelecimento público de diversão ou esporte;

VI - supermercados, Shopping Centers, ou qualquer tipo de estabelecimento comercial ou de prestação de serviços;

VII - estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer curso ou grau;

VIII - clubes sociais, abertos ao público;

IX - salões de cabeleireiros, barbearias ou estabelecimentos similares;

X - entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais, elevadores e escadas de acesso aos mesmos, bem como áreas comuns do condomínio;

XI - meios de transportes públicos ou concedidos;

XII - estabelecimentos religiosos de qualquer natureza.

§ 2º - Em locais onde haja cobrança de ingresso é vedada a cobrança de qualquer taxa ou contribuição extra pelo ingresso e permanência do cão guia.

Parágrafo Único - o deficiente visual que estiver acompanhado do cão guia, deve portar documentos que comprovem que o animal recebeu treinamento nos termos do *caput* deste artigo.

Art. 3º - Os estabelecimentos e respectivos responsáveis que venham impedir o acesso e permanência de deficiente visual que estiver acompanhado do cão guia é passível das seguintes penalidades:

I - advertência e multa de 1.000 (mil) UFIR's.

II - Na primeira reincidência, multa de 2.000 (duas) UFIR's.

III - Na segunda reincidência, multa de 5.000 (cinco) UFIR's.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 036/2001

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 036/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, "dispõe sobre o acesso e permanência de deficientes visuais acompanhados por cão guia em locais abertos ao público e dá outras providências".

Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, ali foi apresentado um Substituto Geral pelo Relator deputado Carlos Simões, "para melhor adequá-lo às normas legislativas", que acabou aprovado.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, por tratar-se de proposição relativa à indústria e ao comércio, somos de parecer favorável, na forma do novo substituto geral anexo, que não altera substancialmente o substitutivo aprovado pela CCJ.

O novo substitutivo geral anexo simplesmente corrige a numeração dos artigos (onde consta "parágrafo único" no substitutivo aprovado pela CCJ, passa ser "Artigo 2º") corrige a redação dos outros dispositivos e, finalmente, acrescenta novo texto ao seu artigo 3º.

Ao invés de instituir penalidades com base na UFIR, estabelece que elas são cominadas levando em consideração o FAC (fator de Atualização e Correção

Monetária), adotado como índice de atualização pela legislação tributária e administrativa do Estado do Paraná.

E que as UFIRs foram extintas pela Medida Provisória nº 1.973, de 26 de outubro de 2000.

O assunto versado no presente Projeto de Lei, por outro lado, é atual, muito relevante e vem sendo objeto de regulamentação legislativa.

Até para estimular o uso de cão guia pelos deficientes visuais, de modo a conceder-lhes uma melhoria de sua condição pessoal e social.

O Estado de São Paulo, inclusive, recentemente sancionou a Lei nº 10.784, de 16 de abril de 2001 (in DOE-I de 17.04.2001), que dispõe sobre a matéria, originária de um projeto de lei de autoria do deputado estadual Walter Feldman.

Nessas condições, em resumo, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 036/2001, na forma do novo substitutivo geral anexo.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
CÉZAR SILVESTRI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SUBSTITUTIVO GERAL AO SUBSTITUTIVO
APROVADO NA CCJ AO
PROJETO DE LEI Nº 036/2001

Art. 1º - Os deficientes visuais acompanhados por cão guia, especialmente treinado para esse fim, tem direito a acesso e permanência em qualquer local aberto ao público ou utilizado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento de ingresso, no Estado do Paraná.

§ 1º - Para efeito do disposto no *caput* deste artigo considera-se local aberto ao público ou utilizado pelo público:

I - os próprio estaduais de uso do povo e de uso especial;

II - os edifício de órgãos públicos em geral;

III - os hotéis, pensões, estalagens ou estabelecimentos similares;

IV - as lojas de qualquer gênero, restaurantes, bares, confeitarias ou locais semelhantes;

V - os cinemas, teatros, estádios, ginásios ou qualquer estabelecimento público de diversão ou esporte;

VI - os supermercados, "shopping centers" ou qualquer outro estabelecimento comercial ou de prestação de serviços;

VII - os estabelecimentos de ensino público ou privado de qualquer curso ou grau;

VIII - os clubes sociais, abertos ao público;

IX - os salões da cabeleireiro, barbearias ou estabelecimentos similares;

X - as entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais, os elevadores e escadas de acesso aos mesmos, bem como as áreas comuns de condomínios;

XI - os meios de transporte público ou concedidos;

XII - os estabelecimentos religiosos de qualquer natureza;

§ 2º - Nos locais onde haja cobrança de ingresso é vedada a cobrança de qualquer taxa ou contribuição extra pelo ingresso e permanência do cão guia.

Art. 2º - Os deficientes visuais quando acompanhados do cão guia deverão portar os documentos que comprovem que o animal recebeu treinamento a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º - Os estabelecimentos ou pessoa que impedirem o acesso ou a permanência de deficientes visuais acompanhados de cão guia estão sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência e multa de 2.000 (dois mil) FAC's - "Fator de Atualização e Conversão Monetária", na primeira infração;

II - multa de 4.000 (quatro mil) FAC's - "Fator de Atualização e Conversão Monetária", na primeira reincidência;

III - multa de 6.000 (seis mil) FAC's - "Fator de Atualização e Conversão Monetária", na segunda reincidência;

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente em exercício
CEZAR SILVESTRI - Relator

Apoioamento:

Luiz Fernandes da Silva Litro e uma assinatura ilegível.

Em votação.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, acho que há uma falha aqui na redação, quando diz que tem uma emenda da CCJ. Na verdade, tem um Substitutivo Geral da Agricultura. Tem um Substitutivo Geral na CCJ, de autoria do deputado Carlos Simões e um Substitutivo Geral de minha autoria na Comissão de Agricultura, que na verdade, senhor presidente, esse substitutivo acata o do deputado Carlos Simões e faz apenas uma alteração que é com relação ao fator de atualização, que no caso do projeto do deputado Cezar Seleme e também no do deputado Carlos Simões, ele falava que o fator de correção seria a UFIR. Como a UFIR deixou de existir, nós substituímos pelo Fator da Atualização e Correção Monetária, que é o FAC, que é usado no Estado do Paraná. A única alteração é essa.

E o que eu pediria a V. Exa. é que fosse votado o Substitutivo da Comissão de Agricultura, que ele somente faz essa alteração com relação ao Substitutivo da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Cezar Seleme, primeiro vamos votar a constitucionalidade do projeto. Amanhã nós vamos votar o Substitutivo.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que obriga os estabelecimentos da rede pública e particular de ensino no Estado do Paraná a incluir em seus currículos escolares, matéria de orientação vocacional. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2001, de 12.04.2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 045/2001**

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Eli Ghellere, o projeto em questão obriga os estabelecimentos de ensino da rede pública e particular de ensino do Estado do Paraná a incluir em seus currículos escolares, matérias de orientação vocacional.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma de substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 045/2001**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a incluir no currículo escolar dos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino do Estado do Paraná, a matéria de orientação vocacional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 045/2001**

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Eli Ghellere, o projeto em questão tem por objetivo obrigar os estabelecimentos de ensino da rede pública e particular de ensino

do Estado do Paraná a incluir em seus currículos escolares, matérias de orientação vocacional.

O projeto já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo geral que o transformou em autorizatório.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.
(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. (Publ. no DA nº 020/2001, de 20/03/2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 068/2001**

P A R E C E R :

De autoria do deputado Ricardo Chab, o projeto de lei em pauta revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1.983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado.

A Lei nº 7826 inclui dois parágrafos ao artigo 160 do Código da Polícia Militar, possibilitando a suspensão da obrigatoriedade de transferência para a reserva.

Chamada esta Comissão a se manifestar pela legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontrou que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis, pelo que exaramos parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 068/2001**

P A R E C E R :**Relatório**

De autoridade do deputado Ricardo Chab, o presente projeto de lei revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1.983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o parágrafo 9, do artigo 33, observa este relator que nada encontrou que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) RICRDO MAIA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 068/2001.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a inclusão como conteúdo dos cursos de formação de condutores de veículos automotores, de estabelecimentos sobre a importância da opção à doação de órgãos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2001, de 21/03/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 72/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Antônio Carlos Belinati, dispõe sobre a inclusão como conteúdo dos cursos de formação de condutores de veículos automotores, de estabelecimentos sobre a importância da opção à doação de órgãos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a Constituição Federal prescreve ser competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre proteção e defesa da saúde, vindo ao encontro dos objetivos da matéria em tela.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 72/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo incluir no conteúdo dos cursos de formação de condutores de veículos automotores, de estabelecimentos sobre a importância da opção à doação de órgãos.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab. Fica proibida a cobrança de serviços de empresas privadas através do sistema de cobrança dos serviços da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, da Telepar Brasil Telecom e por outras concessionárias de serviços telefônicos (telefonia fixa e celular). COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E CDC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CDC. **(Publ. no DA nº 027/2001, de 28/03/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 087/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ricardo Chab proíbe a cobrança de serviços de empresas privadas através do sistema de cobrança dos serviços da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, da Telepar Brasil Telecom e por outras concessionárias de serviços telefônicos (telefonia fixa e celular) (*sic*).

Chamada esta Relatoria a se pronunciar, nosso parecer e contrário a este projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

Em primeiro plano, cabe fixar que tanto a Copel como a Sanepar, são empresas de economia mista, ou seja, tem personalidade jurídica de direito privado;

Falando-se em personalidade de direito privado, tem-se a vantagem de destacar o fato de que ficam espancadas quaisquer dúvidas quanto ao direito a elas aplicável, será sempre o direito privado, a não ser que se esteja na presença de norma expressa de direito público.

Essa derrogação parcial do direito comum pelo direito privado existe sempre que o poder público se utiliza de institutos de direito privado; no caso das pessoas jurídicas, essa derrogação é de tal forma essencial que, na sua ausência, não haverá sociedade de economia mista, mas apenas participação acionária do Estado.

Na esfera federal, a derrogação pode ser feita, observadas as limitações constitucionais; nas esferas estadual e municipal, as derrogações têm que se limitar àquelas que tenham fundamento na própria Constituição ou lei federal de âmbito nacional, com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei das SA; outras derrogações não podem ser feitas por Estados e municípios, visto que não têm competência para legislar sobre direito civil e comercial.

Com respeito à "Telepar Brasil Telecom e às outras concessionárias de serviços telefônicos (telefonia fixa e

celular)” (*sic*), há que se ressaltar que se tratam de empresas privadas, sujeitas às normas específicas de legislação liberal, cabendo à Anatel, exclusivamente qualquer deliberação a respeito de autorização ou restrição como a que se pretende.

Fere ainda, o artigo 5º, XXII, Constituição Federal, que diz “é garantido o direito de propriedade”.

Posterga, ainda, normas contidas em normas infra-constitucional, Lei Federal nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil Brasileiro), que estabelecem as faculdades de usar, gozar e dispor de bens (art. 524), a plenitude da propriedade (art. 525), o caráter exclusivo e ilimitado (art. 527).

A propriedade, como o mais amplo direito real, que congrega os poderes de usar, gozar e dispor da coisa, de forma absoluta, exclusiva e perpétua, bem como o de persegui-la nas mãos de quem que injustamente a detinha, ou seja, o caráter absoluto do direito da coisa da maneira que melhor lhe aprouver.

Ora senhores deputados, as cobranças instituídas nas respectivas contas de água, luz e telefone, são feitas mediante contrato formal entre as empresas concessionárias e as que fazem uso deste serviço. Note-se que as concessionárias estão auferindo lucro neste tipo de serviço (cobrança), ou seja, a elas é repassado um percentual conforme determinado em contrato.

O verbo contratar, deriva do latim *contractu* (contrato), que por sua vez constitui uma espécie de negócio jurídico, de natureza bilateral ou plurilateral, dependendo, para a sua formação do encontro da vontade das partes da autonomia privada, por apresentar-se como uma “norma” estabelecida pelas partes. Deveras, a essência do negócio jurídico é a auto-regulamentação dos interesses particulares, reconhecida pela ordem jurídica, que dá força criativa. Num contrato, as partes contratantes acordam que se devem conduzir de determinado modo, uma em face da outra, combinando seus interesses, constituindo, modificativo ou extinguindo obrigações, ou seja, vínculos jurídicos de caráter patrimonial. O contrato repousa na idéia de um pressuposto de fato querido pelo contratante e reconhecido pela norma jurídica como base do efeito jurídico perseguido. Seu fundamento é a vontade humana, desde que atue conforme ordem jurídica.

Assim, diante dos óbices apontados o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMAS FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 087/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão dispõe sobre a proibição de cobrança de serviços de outras empresas em faturas da Copel, Sanepar e Telefonía.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar regimentalmente em relação ao projeto e considerando que os usuários destes serviços devem pagar apenas pelo que contrataram, isto é, fatura da Copel é para cobrar consumo de energia assim como fatura da Sanepar é para cobrar serviços de saneamento e fornecimento de água e assim por diante, somos pelo parecer favorável à aprovação deste projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 087/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ricardo Chab, objetiva proibir a cobrança de serviços de empresas privadas do sistema de cobrança dos serviços da Copel, da Sanepar, e das Companhias Telefônicas.

Conforme acertadamente indicado no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o referido projeto encontra óbice quanto à sua constitucionalidade e legalidade, pois a competência para legislar sobre Telefonía e Comunicações é da União, conforme disposto no artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal.

Contudo, visando aproveitar a idéia do autor, que é meritória, uma vez que visa proteger o consumidor, que é a parte mais fraca nas relações de consumo, conforme determina o artigo 6º, do Código de Defesa do Consumidor, que muitas vezes vê lançado em suas faturas de água, luz ou telefone, valores estranhos à utilização desses serviços, cuja cobrança não autorizou ser feita por este meio, sendo constrangido a pagar sob pena de ter cortado o fornecimento de tais serviços essenciais à sua sobrevivência, apresentamos em anexo, modificações ao referido projeto, visando corrigir os vícios de inconstitucionalidade, dispondo sobre a matéria, apenas no âmbito das relações de consumo, cuja competência é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, conforme dispõe o artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal.

Desta forma, o parecer é favorável na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) SÉRGIO SPADA - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 087/2001

Art. 1º - Fica proibido a cobrança de serviços adicionais nas faturas de água, energia elétrica e telefone, que não estejam expressamente autorizados pelo consumidor, por escrito.

Parágrafo Único - Considera-se serviços adicionais, aqueles que não dizem respeito ao serviço específico do fornecimento de água, energia elétrica, ou telefone, excluídos inclusive o serviço 0900, Disque Amizade ou assemelhados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

JUSTIFICATIVA:

O presente substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 87/2001, apresentado pela relatora da Comissão de Defesa do Consumidor, deputada Luciana Rafagnin, visa corrigir inconstitucionalidade do citado projeto, por vício de incompetência, conforme vedação contida no artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal, apontado pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

De fato, ao Legislativo Estadual é vedado legislar sobre água, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão, conforme dispositivo constitucional acima citado, cuja competência é exclusiva da União, bem como em matéria de Direito Comercial, conforme o mesmo artigo 22, *caput*.

Contudo, a mesma Constituição Federal, autoriza à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre produção e consumo, (artigo 24, inciso V); e também sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, conforme artigo 24, inciso VIII.

O substitutivo geral proposto, não se intromete em matéria de direito comercial criando proibições e restrições ao direito de livre iniciativa das empresas privadas, mas apenas e tão somente, resguarda o direito do consumidor, exigindo-se que a cobrança de valores nas contas de água, energia elétrica e telefone, que não sejam diretamente relacionadas à utilização específica daquele serviço, possa ser feito apenas mediante autorização expressa, por escrito, junto à concessionária de serviço público, ou empresa estatal que explore o serviço.

Desta forma, está se protegendo o direito do consumidor, que é a parte mais fraca na relação de consumo, sem violação ao direito de livre iniciativa das empresas públicas e concessionárias de serviços públicos, exigindo-se apenas uma autorização por escrito, para que se evite lançamentos indevidos ou desautorizados nas faturas de tais serviços, que são essenciais à população.

O que se busca com o presente substitutivo é a defesa do consumidor, que muitas vezes vê lançado nas suas faturas de água, luz ou telefone, uma série de cobranças que não dizem respeito à utilização destes serviços, ficando compelido a pagar sob pena de ter cortado o fornecimento destes serviços que são essenciais para vida.

Em votação.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)

Senhor presidente, só quero fazer um breve encaminhamento porque me causa espanto e espécie que a CCJ, de novo, tenha dado parecer contrário ao projeto, dizendo que ele é inconstitucional. Ele não é inconstitucional, estamos aqui tratando de empresa pública, no caso Copel e Sanepar. E mais: nós, da Assembléia Legislativa, não podemos admitir, em hipótese alguma que a Copel e a Sanepar façam contratos com empresas privadas para vincular a cobrança na conta da luz e de água.

Quero deixar claro para o Plenário, que tenho casos levantados onde a Copel estabeleceu contrato com fundos mútuos, ou seja, o cidadão paga, mês a mês, para ser sepultado quando morrer. Ora, isso é um absurdo, uma empresa do porte da Copel fazer contratos com empresas de fundos mútuos para cobrança mensal! E o pior, a cobrança é vinculada, quero deixar bem claro o seguinte: caso essa empresa não venha cumprir aquilo que promete ao consumidor, o mesmo não tem como cancelar! Ele não tem como falar: "Eu não posso pagar o que está sendo cobrado na minha tarifa de energia elétrica, porque o Banco não recebe."

E me causa espanto e espécie quando vejo a CCJ, desta Casa, dar parecer contrário num projeto como este.

Então, acho que a CCJ errou, o projeto não é inconstitucional, ele fere diretamente o artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor, e vou mais longe ainda - quero deixar claro - esta Casa age assim, esta Casa, a Comissão de Constituição e Justiça está dizendo que o contrato da Tradener e a Copel é um contrato ilegal. Tanto que a Justiça deu que o contrato é ilegal, então fica claro que são dois pesos e duas medidas, e mais uma vez a CCJ desta Casa, deixa a desejar.

Era essa a minha colocação.

Estamos fazendo aqui uma correção, que é algo sério, não podemos deixar que a Sanepar e a Copel e até as empresas de telefonia ajam como estão agindo, sem que o consumidor seja sequer respeitado! Há a cobrança vinculada e quando se presta à cobrança vinculada, é claro no artigo 52 do Código do Consumidor: ela é ilegal!

Eu pediria a todos que votassem favoravelmente ao projeto para se corrigir uma injustiça, aqui no Estado do Paraná.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, na mesma linha do deputado Chab, quero discordar do parecer da CCJ, até porque tenho levantado esta questão nas várias vezes que vou à tribuna, que todas as parcerias, não só a Copel e a Sanepar, todas as parcerias feitas por empresas públicas, obrigatoriamente, precisam de autorização legislativa e isso já diz a Constituição Estadual e a Constituição Federal. Na verdade, discordo do parecer e digo mais, inclusive com relação ao mérito, voto favoravelmente até porque algumas prefeituras têm abusado, têm usado as tarifas de energia elétrica e também as tarifas de consumo de água, através da Sanepar, feito uma parceria com a Sanepar.

E, quando se chega para a cobrança do IPTU inclusive a taxa de lixo, é lógico que o consumidor de água, no medo que cortem a água, acaba pagando, sem questionar, o IPTU e a taxa de lixo. Acho que isso não é permitido sem que haja uma autorização da Assembléia Legislativa para que sejam feitas essas parcerias, por isso meu voto favorável ao projeto.

Quero aqui também manifestar o meu voto contrário ao parecer da CCJ.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, acatamos a argumentação do deputado Ricardo Chab e as Oposições votarão favoravelmente ao seu projeto.

Esperamos que a Bancada do Governo tenha compreensão e que tome uma posição favorável ao projeto de lei do deputado Chab, porque no nosso entendimento atende aos interesses de todos os paranaenses.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Para Encaminhar)

Quero fazer um apelo à Liderança do Governo, para que aprovemos o projeto do deputado Ricardo Chab, porque a maior aberração está na cobrança de planos funerários, deputado Caíto. E outros planos que depois desaparecem, deputado Valdir Rossoni. Desaparecem da praça e você não tem para quem reclamar.

Então, faço um apelo à Liderança do Governo para que votemos favoravelmente ao projeto do deputado Ricardo Chab.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

É rápido.

Inclusive, isto traz constrangimento a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, porque entendemos que o deputado Ricardo Chab tem razão. E gostaríamos de ter, aqui, o deputado Hermes da Fonseca fazendo a defesa do relatório, apesar de todos nós termos corroborado com o relatório dele.

Portanto, também sou favorável à aprovação do projeto do deputado Ricardo Chab.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação o projeto. Como tem o parecer contrário, vamos ter que proceder a votação no sentido inverso.

Os deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Aprovado.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Culturarte. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 030/2001, de 02.04.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 98/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir programa culturarte.

Chamada esta comissão a manifestar-se, verificou-se que de acordo com a Constituição Estadual em seu artigo 66, inciso IV, a iniciativa de atribuir atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (sendo direta e indireta) é exclusiva do governador. Desta forma, entendemos existir inconstitucionalidade na matéria em tela.

Salientando que seu caráter autorizatório e elevado teor social, possibilitarão ao Poder Executivo atender ou não a presente proposta, merecendo a mesma a deliberação do duto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 098/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 098/2001, de autoria do nobre deputado estadual Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa Culturarte.

Mais do que justo, o presente projeto, representa uma vontade dos alunos das escolas estaduais a desenvolverem suas capacidades artísticas dentro do espaço escolar e com a possibilidade de ampliação para a comunidade, já que em muitos municípios de nosso Estado o espaço para atividades e eventos culturais, como cinema e teatro são inexistentes. Os centros de cultura de casa escola poderão, sem dúvida, suprir essa lacuna.

Assim, o parecer é favorável, ao Projeto de Lei nº 098/2001.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 098/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o programa Culturarte.

Chamada esta comissão a se manifestar, verificou-se tratar-se de louvável iniciativa do nobre parlamentar, visando incentivar o desenvolvimento de capacidades artísticas e culturais dos nossos alunos dos estabeleci-

mentos estaduais de ensino, propiciando a uma participação da comunidade com voluntários, além de permitir que nossos alunos tenham oportunidade de desenvolver suas capacidades com melhor aproveitamento do tempo ocioso, quando não estão em sala, em atividades salutar, suprimindo uma lacuna.

Assim sendo, o parecer é favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que institui o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão no Paraná- Paraná + Algodão - Fungodão e dá outras providências. PARCERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Pub. no DA nº 081/2001 de 12.06.2001).**

PROJETO DE LEI Nº 242/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão - Paraná + Algodão, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB-PR., que tem como objetivo a recuperação e expansão da cultura do algodão no Estado do Paraná, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de produtividade e qualidade, bem como estimular investimentos públicos e privados, visando promover o processo de verticalização e agroindustrialização, oferecendo incentivos fiscais aos produtores rurais interessados.

Art. 2º - O programa tratado no artigo 1º define pré-condições mínimas de qualidade de fibra do algodão e de práticas conservacionistas e fitossanitárias, que o produtor deverá observar, para se candidatar aos benefícios previstos nesta lei:

I - Que comprove através de documentação legal, a utilização de sementes de algodão, em quantidade compatível com a área plantada, de variedades recomendadas para o Estado do Paraná, produzidas e adquiridas de produtores de sementes devidamente registrados no Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

II - Que comprove, o uso de assistência técnica e, através de laudo técnico, que tenha realizado a incorporação e eliminação de restos culturais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a colheita, com o objetivo de controle de pragas e doenças da lavoura de algodão, em especial o bico do algodoeiro.

III - Que, se solicitado pelos órgãos de pesquisas, disponibilize o manejo empregado em sua lavoura.

IV - Que disponha de sistema de eliminação de embalagens de agrotóxicos e adoção de práticas de redução de resíduos e de controle de poluição ou contaminação do meio ambiente, de acordo com disposições normativas oficiais.

V - Que não esteja inadimplente com suas obrigações junto à Receita Estadual.

§ 1º - O disposto no item I, em caráter excepcional, não se aplica para o ano safra 2000/2001.

§ 2º - No caso previsto no item IV, é facultado ao produtor rural, comprovar a utilização de infra-estrutura, de natureza comunitária ou coletiva.

Art. 3º - Aos produtores de algodão que atenderem os pré-requisitos definidos no artigo 2º, será concedido um incentivo fiscal de até 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS, incidentes sobre o valor de comercialização de algodão.

Art. 4º - O incentivo previsto no artigo 3º, será pago ou creditado, de forma progressiva, vinculado à qualidade da fibra de algodão, atestada pelo Órgão Competente de Classificação do Estado, segundo:

I - Características das fibras de algodão - incentivo:

a) Fibra padrão tipo 8/0 ou inferior, não terá incentivo;

b) Fibra padrão tipo 7/8: 50% da alíquota do ICMS;

c) Fibra padrão tipo 7/0: 60% da alíquota do ICMS;

d) Fibra padrão tipo 6/7: 70% da alíquota do ICMS;

e) Fibra padrão tipo igual ou superior à 6/0: 75% da alíquota do ICMS.

Art. 5º - O Programa Paraná + Algodão terá duração mínima de 03 (três) anos, tendo sua avaliação aferida por órgão a ser designado pelo Poder Executivo que emitirá parecer sobre sua continuidade ou não.

Art. 6º - São beneficiários do Programa Paraná + Algodão, os produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, que queiram os benefícios fiscais de que tratam os artigos 3º e 4º e seus parágrafos, que atendam as pré-condições mínimas definidas no artigo 2º e que concorram com o disposto no artigo 10.

§ 1º - Os produtores rurais interessados na obtenção do benefício de que trata o artigo 3º deverá se cadastrar junto ao Órgão determinado pelo Poder Executivo, através de laudo técnico, preenchido por profissionais devidamente habilitados.

§ 2º - Sempre que atendidas as exigências mínimas do Programa, prevista no artigo 2º, o beneficiário inscrito

durante a vigência desta lei usufruirá dos incentivos, pelo prazo de vigência do Paraná + Emprego.

Art. 7º - Não será concedido o incentivo previsto nesta lei aos produtores que comercializarem algodão em caroço para fora do Estado do Paraná.

Art. 8º - A classificação do algodão será feita pelo Órgão Oficial de Classificação - Claspar - Paraná, ou por outra entidade autorizada e conveniada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento com o Estado do Paraná.

Art. 9º - O valor do incentivo previsto nos artigos 3º e 4º, será pago ou creditado ao produtor de algodão diretamente pela indústria de beneficiamento, por ocasião da comercialização do produto, ou por incentivo concedido e anotado na guia de recolhimento quando a operação de pagamento do ICMS for realizada pelo próprio produtor, que poderá utilizá-lo como crédito do ICMS, após registro nos livros fiscais competentes.

Art. 10 - Fica criado o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - Fungodão, de acordo com a finalidade preconizada no artigo 12.

Parágrafo Único - O beneficiário do Paraná + Algodão, quando do recebimento do incentivo financeiro, deverá destinar 15% (quinze por cento) do valor total recebido ao referido Fundo.

Art. 11 - Além da fonte descrita no artigo anterior, o Fungodão poderá receber outras contribuições dos produtores, das indústrias de beneficiamento, de dotações de natureza orçamentária do Estado e de instituições nacionais e internacionais.

§ 1º - A administração do Fungodão, prevista neste artigo, será exercida por membros do Poder Executivo e representantes de entidades não governamentais do setor agrícola e industrial.

Art. 12 - Os recursos do Fungodão, serão aplicados prioritariamente na pesquisa do algodão, objetivando a produtividade e qualidade das fibras, o controle das pragas e doenças da cultura, o treinamento de mão-de-obra e a realização de eventos técnicos, de acordo com o que for preconizado em regimento interno do referido Fundo.

Art. 13 - Caberá ao Poder Executivo regulamentar este Programa, competindo-lhe ainda:

I - eleger outros requisitos que auxiliem o enquadramento e concessão dos incentivos fiscais previstos nesta lei;

II - fixar normas e definir critérios para aplicação dos recursos do Fungodão, em conjunto com os membros do Conselho Gestor do Fundo;

III - fixar normas e disposições complementares ao fiel cumprimento da presente lei e sua regulamentação;

Art. 14 - No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente lei, o Poder Executivo editará normas complementares ao seu fiel cumprimento.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) NELSON TURECK

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 242/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir no Estado do Paraná o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão.

Analizando a proposta original, forma encontrados alguns óbices constitucionais, que foram todos sanados pela apresentação de seus Substitutivo Geral em anexo, protocolado a este projeto por iniciativa do próprio autor.

Desta forma esta relatoria acata o referido Substitutivo, como remédio legislativo e político, oferecendo parecer favorável a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Requer o acatamento do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 242/2001.

Ilmo. Sr.

deputado Basílio Zanusso

Digníssimo Presidente da

Comissão de Constituição e Justiça

O deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas, vem a ilustre presença de V. Exa. para REQUERER o acatamento do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 242/2001, de minha autoria tendo em vista sugestões apresentadas por várias entidades representativas, dentre as quais a Ocepar-Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 242/2001

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir o Programa de Incentivo à Produção e à Industrialização do Algodão do Paraná -Proalpar, vincu-

lado a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico- SEID/PR, que tem como objetivo dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido pelo Estado do Paraná, dentro de padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.

Art. 2º - O candidato interessado em integrar-se no Programa a que se refere o artigo 1º e nos benefícios decorrentes desta lei, deverá observar como pré-condições mínimas de instalação e de processamento, o seguinte:

I - manutenção do programa de treinamento e qualificação de mão-de-obra, por conta própria ou em convênio com terceiros;

II - comprovação de regularidade de suas obrigações para com o fisco estadual, inclusive quanto à existência de débito inscrito em Dívida Ativa.

Art. 3º - Às indústrias que atenderam as pré-condições definidas no artigo 2º será concedido um crédito relativo ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS, nos seguintes percentuais:

I - Na saída do produto da indústria de fiação e tecelagem: 80% (oitenta por cento) do ICMS devido;

II - Na saída do produto da indústria de confecção: 85% (oitenta e cinco por cento) do ICMS devido;

III - Na saída da pluma de algodão para outros Estados: 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido;

§ 1º - Quando as atividades das indústrias mencionadas nos incisos I, II e III forem exercidas pelo mesmo estabelecimento, aplica-se o benefício proporcionalmente às saídas de produtos.

§ 2º - A fruição do benefício no caput deste artigo, implica renúncia ao aproveitamento de quaisquer outros créditos do ICMS, inclusive aqueles relativos à entrada de matérias-primas e insumos da produção.

Art. 4º - O Proalpar terá duração mínima de 06 (seis) anos devendo ser reavaliado a cada 02 (dois) anos pelos representantes das entidades componentes do Programa Paranaense de Desenvolvimento Agroindustrial, no que concerne ao atendimento dos objetivos previstos no artigo 1º que emitirá parecer indicativo ao Poder Concedente, sobre a convivência de sua continuidade ou não.

§ 1º - A primeira reavaliação, independente do transcurso do prazo fixado no caput, deverá ser efetuada até 30 de dezembro de 2003.

§ 2º - As indústrias que tiverem seus projetos aprovados, ou cadastrados no Proalpar, durante a vigência desta lei, ficam assegurados os incentivos previstos no

artigo 3º, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do início das operações.

§ 3º - O cadastramento e o credenciamento no Proalpar serão realizados junto ao Programa Paranaense de Desenvolvimento Agroindustrial, na forma definida no regulamento desta lei.

Art. 5º - Poderão ser beneficiárias do Proalpar, as indústrias, pessoas jurídicas, regulares e com inscrição no Cadastro de Contribuintes que requeiram os benefícios fiscais tratados nesta lei e que atendam as pré-condições mínimas definidas no artigo 2º e desde que expressamente concordem com a obrigação estatuída no artigo 6º.

Art. 6º - Não será concedido e poderá ser suspenso, o incentivo previsto nesta lei às indústrias que deixarem de atender ao disposto nos artigos 2º e 7º.

Art. 7º - Do valor do crédito fiscal previsto no artigo 3º, 40% (quarenta por cento) deverá ser recolhido para apoiar os produtores e 10% (dez por cento) para a pesquisa do algodão.

Art. 8º - Os benefícios estabelecidos nesta lei aplicam-se também, na hipótese de ampliação de plantas existentes.

Art. 9º - O Poder Executivo editará as normas complementares necessárias ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em, 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

JUSTIFICATIVA:

I - APRESENTAÇÃO

Os agentes econômicos envolvidos na cadeia produtiva do algodão, diante das dificuldades em organizar a cadeia produtiva têxtil do Paraná, e cientes da importância social e econômica do cultivo do algodão para o campo e para as cidades, entendem que é chegado o momento para que governo e setor privado se integrem, visando alavancar e revitalizar o setor, através da implementação de um programa de incentivo ao cultivo e agroindustrialização do algodão no Paraná.

A proposta em discussão se baseia no que é praticado em outros estados, principalmente no Mato Grosso. As medidas fiscais implementadas naquele Estado, impulsionaram o cultivo e a agroindustrialização do algodão, compensando largamente o que o governo deixa de arrecadar em ICMS, pois no início do programa o Mato Grosso produzia apenas 30,0 mil toneladas e passou a produzir 480 mil toneladas de algodão em caroço obtidas na safra deste ano. A área plantada passou de 55 mil para 370 mil hectares.

A arrecadação total de ICMS com algodão aumentou em 8 milhões de reais por ano para quase 150.0 milhões de reais. A capacidade de beneficiamento do algodão quadruplicou e a geração de empregos dobrou.

O Paraná na época era o primeiro produtor nacional com 29% da produção e hoje é o sexto com apenas 6% da produção, por outro lado, o Mato Grosso que era o quinto com 8% hoje é o primeiro com 56% da produção brasileira.

A área plantada de algodão no Paraná que há 10 anos era de 704.000 hectares, hoje regrediu para apenas 70.000 hectares.

2. INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva do algodão no Paraná sofreu, ao longo dos últimos anos, uma acentuada queda na produção primária e conseqüentemente uma desestruturação do setor de beneficiamento. Em função disso a indústria de fiação foi obrigada a buscar matéria-prima em outros estados e até mesmo no exterior.

Preocupados com esta situação e por entender que a cotonicultura tem um papel social e econômico fundamental para o Estado e especialmente para os municípios das regiões produtoras, os agentes econômicos envolvidos com a cotonicultura estão buscando alternativas para retomar a produção no Estado em quantidades suficientes para atender a demanda local do setor industrial.

O trabalho iniciado no Paraná no final da década de 80 que objetivava organizar a cadeia produtiva do algodão, através da estruturação de um parque fabril de fiações e tecelagem foi interrompido, porque o Estado retirou o apoio à criação de indústrias e formação de pólos têxteis, em conseqüência, ocorreu desestímulo à indústria e à produção.

O proalpar se propõe a restabelecer o incentivo as indústria têxteis e à produção permitindo que o produtor do Paraná volte a ser competitivo e a Indústria têxtil do Estado se organize, atraindo novas indústrias e criação de empregos e renda.

3. MISSÃO

Desenvolvimento de um programa de incentivos para revitalizar a cadeia produtiva do setor têxtil no Paraná, voltado para agregação de valor à produção.... a criação de um parque têxtil que integre todos os elos da cadeia da produção à confecção.

4. OBJETIVO GERAL

O Programa Estadual de Incentivo a Produção e Industrialização do Algodão Produzido no Paraná - Proalpar, tem por objetivo aumentar a produção de matéria-prima no Estado, fortalecer As indústrias já instaladas no Estado, atrair novas indústrias e gerar desenvolvimento social e econômico da geração de emprego e renda, nas regiões produtoras e criação de um pólo têxtil no Paraná.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- . Incentivar as indústrias têxteis localizadas no Paraná ou as que venham a se instalar aqui a consumir o algodão produzido no Estado.

- . Recuperar o plantio de algodão no Estado.

- . Gerar empregos no campo e nas indústrias.

- . Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento genético do algodão.

6. METAS

As metas do programa para os próximos 06 anos são as seguintes:

- . Aumentar a produção do Paraná de 50 mil para 120 mil toneladas de algodão em pluma.

- . Incrementar o consumo da indústria das atuais 80 mil toneladas para 120 mil toneladas.

- . Viabilizar a geração de empregos no campo dos atuais 22 mil empregos para 50 mil empregos.

- . Atrair investimentos para modernização e instalação de novas plantas industriais.

- . Aumentar a arrecadação de ICMS do Estado na cadeia produtiva têxtil em 20% pela agregação de valor à produção primária.

7. BENEFICIÁRIOS

Serão beneficiários do Proalpar os produtores e empresários dispostos a investir no processo de industrialização do algodão produzido no Paraná, obedecendo aos padrões tecnológicos e ambientais e que estejam em situação de regularidade junto ao fisco estadual, inclusive quanto á inexistência de débito na dívida ativa. Os benefícios previstos aplicam-se às indústrias já existentes, às ampliações destes projetos e para novos projetos que forem instalados.

O produtor terá apoio na assistência técnica, ao acesso ao crédito com recursos facilitados e a custos financeiros reduzidos em relação aos disponíveis atualmente.

8. DO INCENTIVO FISCAL

As indústrias que forem enquadradas no Proalpar terão um crédito fiscal equivalente a:

- . 80% do ICMS devido na saída do produto da indústria de fiação e tecelagem.

- . 85% do ICMS devido na saída do produto da indústria de confecção.

- . 75% do ICMS devido na saída da pluma de algodão para outros Estados.

9. DURAÇÃO DO PROGRAMA

O programa terá duração mínima de 06 anos com reavaliação a cada período de 02 anos.

Para as indústrias que tiverem seus projetos aprovados os incentivos serão assegurados por um prazo de 10 anos contados a partir do início de operação da unidade fabril.

10. PENALIDADE

Perderá o direito ao incentivo toda a empresa que ficar em situação irregular junto ao fisco estadual ou que não recolher os recursos previstos para o fundo de desenvolvimento da cotonicultura.

11. CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRIVADO

As indústrias beneficiadas pelo programa deverão aplicar 40% do crédito fiscal obtido para financiar os produtores de algodão do Paraná e 10% para a pesquisa estadual hoje exercida pelo Iapar e pela Coodetec, visando a melhoria qualitativa e quantitativa, transferência de tecnologia, assistência técnica, capacitação da mão-de-obra, realização de eventos técnicos e promoção do setor.

12. ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS

Para a viabilização do programa serão necessárias as seguintes providências mínimas:

- Instituição do Programa de Incentivo a Industrialização do Algodão Produzido no Paraná - Proalpar.
- Definição da gestão dos recursos das contribuições do setor privado.

13. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROALPAR

O acesso ao Proalpar somente será obtido pelas cooperativas em empresas, que através de um cadastramento de produtores, comprovarem o repasse do benefício aos produtores e se comprometerem a:

- adquirir a totalidade da produção dos produtores credenciados;
- prestar assessoria na elaboração dos projetos técnicos, na assistência técnica e fornecimento de insumos aos cadastrados;
- industrializar toda a produção no Estado.

14. LINHAS DE CRÉDITO

Cotonicultura familiar:

Ainda que comecem a surgir condições mais favoráveis para a expansão da cotonicultura empresarial, mecanizada, o que predomina em muitos municípios do Paraná é a produção em pequenas propriedades com tecnologia tradicional e conduzidas por mini e pequenos produtores. Estes produtores são hoje os mais seriamente atingidos pela crise que se abateu sobre a cultura e, em consequência, os que mais tem abandonado o cultivo.

É fundamental que este segmento seja tratado de forma especial, pois se constitui em uma das poucas alternativas de viabilização da pequena propriedade por ser um produto de alto valor agregado. Diante disso se faz necessário criar condições de apoio creditício efetivo aos minifúndios para evitar a continuidade do desemprego e o êxodo rural.

Crédito de custeio e investimento:

- a) Recursos do Pronaf para custeio:
 - garantir ao pequeno produtor de algodão o acesso aos recursos do Pronaf.

Montante de recursos necessários:
R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Custo financeiro = equivalência produto.

b) Recursos do Pronaf para investimento:

- garantir ao produtor rural, associações de produtores e às cooperativas agrícolas o acesso a recursos do Pronaf na linha de investimento para aquisição de máquinas e equipamentos necessários para viabilizar a modernização do setor produtivo.

Cotonicultura empresarial:

A cotonicultura mecanizada e conduzida empresarialmente, vem se destacando ao longo dos últimos anos. No entanto, os investimentos necessários para a mecanização da lavoura são elevados: há necessidade de mão-de-obra especializada, máquinas adequadas e variedades próprias para colheita mecânica. Daí ser imprescindível, não apenas a adoção de medidas específicas que apóiem o desenvolvimento dessa alternativa de produção, mas, principalmente, estabelecer regras confiáveis e duradouras que permitam sustentabilidade aos investimento privados que precisam ser feitos.

Crédito de custeio e investimento:

a) Recursos de crédito rural para custeio:

- garantir ao médio e grande produtor de algodão o acesso aos recursos do crédito rural.

Montante de recursos necessários:
R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

b) Recursos para investimento:

- garantir ao produtor rural, associações de produtores e às cooperativas agrícolas o acesso a recursos na linha de investimento para aquisição de máquinas e equipamentos necessários para viabilizar a modernização do setor produtivo.

15. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

De responsabilidade da empresa integradora e participante do programa Proalpar. A assistência técnica deverá atender às exigências previstas na legislação de agrotóxicos e do receituário agrônomo, além de executar funções de transferência de tecnologia da pesquisa para o produtor de algodão.

PANORAMA NACIONAL DA COTONICULTURA

Na década de 70, a área cultivada com algodão no Brasil chegou a ultrapassar 4 milhões de hectares e a produção girava em torno de 560 mil toneladas de algodão em pluma. Este volume era superior ao consumo e o excedente destinava-se à exportação. O algodão era um produto importante na pauta de exportações do País.

Na safra 96/97, a área cultivada com algodão foi de apenas 657 mil hectares, a menor área das últimas três décadas. A produção foi de 306 mil toneladas de pluma, volume insuficiente para atender a demanda interna. Sendo assim, foi necessária a importação de 470 mil toneladas de algodão em pluma, a um custo de US\$ 811,75 milhões. Tal volume de importações colocou o País entre os principais importadores de pluma.

O declínio da cotonicultura se deu por questões macroeconômicas. Com a abertura da economia, principalmente após a criação do Mercosul, o algodão brasileiro passou a competir com o produto importado, cuja aquisição é vinculada a financiamentos com prazos superiores há um ano e taxa de juros inferiores às prati-

cadas internamente, além de ser subsidiado na origem. Com isso, o Brasil foi grande exportador, passou a ser um dos principais importadores de pluma no mundo. A taxa de câmbio vigente até janeiro de 1999, em nosso País, também contribuiu para que houvesse essa inversão.

Tabela 01 - Algodão - Oferta e demanda brasileira

(em 1000 ton. de pluma)

Safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
96/97	186,9	305,7	438,5	798,7	0,3	132,1
97/98	132,1	411,0	334,4	782,9	3,1	91,5
98/99	91,5	520,1	280,3	849,5	3,9	38,5
99/2000	38,5	700,3	300,0	910,0	30,0	98,8
2000/2001	98,8	861,9	190,0	930,0	120,0	100,6

Fonte: Conab

Elaboração: Ocepar

Na safra 99/2000, foram cultivados 824 mil hectares com a cultura do algodão. Esta área supera em 19% a safra anterior. Este crescimento é atribuído ao bom desempenho da cultura, que além dos preços remuneradores, teve boa produtividade em 98/99.

Em 99/2000, a produção brasileira de pluma foi de 700 mil toneladas, resultando numa produtividade média de 2.429 kg/ha. Esta produtividade recorde foi alcançada em razão das lavouras do Centro-Oeste, região com grande representação, 67% da produção nacional, e onde se adota alta tecnologia, tanto é, que a produtividade média da região foi de 3.308 kg/ha. Também contribuiu, alguns Estados do Nordeste, região que tradicionalmente tem baixa produtividade. Os governos da Bahia e do Ceará lançaram programas de incentivo ao plantio, que provocaram mudanças no padrão tecnológico e como consequência, maior produtividade.

Na safra atual (2000/2001), a Conab estima que a área plantada com algodão ficará entre 922,1 mil hectares que, relativamente à safra passada, corresponde a um aumento de 11,9% e em relação à safra 1998/99 o incremento é de 32,9%. O aumento de área é previsto, em fun-

ção de que, na safra anterior, as condições climáticas foram favoráveis e os preços remuneradores.

Quanto à produção, a estimativa é de que sejam colhidos na safra 2000/2001 848,4 mil toneladas de pluma estabelecendo um incremento de 21,1% em relação à safra anterior.

O algodão, na última safra, foi cultivado em 17 Estados da Federação, com destaque para os da Região Centro-Oeste, que assumiram o lugar de São Paulo e Paraná, tradicionais produtores de algodão.

Em 99/2000, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, produziram juntos, 470 mil toneladas de pluma, que corresponde a 67% da produção nacional.

No Centro-Oeste, o algodão é cultivado em grandes áreas, o clima é regular e a colheita é feita com máquinas. Além dessas vantagens, os governos do Mato Grosso e de Goiás criaram programas para incentivar o plantio de algodão, através dos quais, o produtor recebe, de acordo com a qualidade da fibra, um incentivo fiscal de até 75% do ICMS incidente sobre o valor de comercialização do algodão.

Tabela 02 - Algodão - Produção de Algodão (em 1000 T Pluma) o comparativo entre PR e MT

Safra	Brasil	Paraná	% PR/BR	Colocação PR/BR	Mato Grosso	% MT/BR	Colocação MT/BR
95/96	410,1	119,5	21,1	1º	33,1	8,1	5º
96/97	305,8	40,4	13,2	3º	34,8	11,4	4º
97/98	411,0	64,5	15,7	4º	94,2	22,9	1º
98/99	520,1	38,8	7,5	5º	226,4	43,5	1º
99/2000	700,3	43,0	6,1	6º	335,8	47,9	1º

Tabela 02 - Algodão - Produção de Algodão (em 1000 T Pluma) o comparativo entre PR e MT

2001/2001	848,4	52,7	6,2	5°	450,1	53,1	1°
-----------	-------	------	-----	----	-------	------	----

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Elaboração: SEAB/DERAL/DCA

Tabela 03 - Algodão - Comparativo entre SP/PR e Estados da Região Centro Oeste

Safra	Brasil	SP/PR	%	Centro Oeste MT/GO/MS	%
95/96	410,1	182,9	44,6	127,6	31,1
96/97	305,8	94,8	31,0	123,8	40,5
97/98	411,0	131,4	32,0	213,4	51,9
98/99	520,1	92,0	17,7	361,9	69,6
99/2000	700,3	98,2	14,0	470,2	67,1

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Elaboração: SEAB/DERAL/DCA

IMPORTAÇÕES

Nas últimas safras, o Brasil vem lentamente voltando aos níveis normais de produção e, conseqüentemente, a cada ano, vem reduzindo suas importações.

Em 1996, o volume das importações brasileiras atingiu 568,1 mil toneladas de pluma, cuja aquisição custou US\$ 859,7 milhões ao País. Ano passado, em função do aumento da produção, o volume importado teve uma redução de 16% em relação ao ano anterior, totalizando 280,30 mil toneladas de pluma. Em 2000 as indústrias brasileiras haviam importado 300,0 mil toneladas. Apesar do aumento de 35% na produção, o volume importado foi maior que em 1999 porque aumentou o consumo.

Para o ano 2001 a Companhia Brasileira de Abastecimento estima que serão importados aproximadamente 190,0 mil toneladas de algodão, porém em contrapartida serão exportadas cerca de 120,0 mil toneladas de pluma.

Entre os países de quem o Brasil importa algodão, nossos parceiros do Mercosul merecem destaque. Em 1998, Argentina e Paraguai juntos, responderam por 41% das importações brasileiras. Em 1999, a participação deles foi de 54%. No ano de 2000 o Brasil importou do

Mercosul, 83,9 mil toneladas de pluma, que representam 28 das importações realizadas ao longo do ano.

Até 1999, a Argentina era o nosso principal fornecedor de algodão. Em 2000, os Estados Unidos assumiram esta posição. Este salto das importações de algodão proveniente dos Estados Unidos, que passou de 1 para 23% do volume total, é devido a um programa de subsídios às exportações, criado pelo governo americano e denominado STEP 2.

I. PANORAMA ESTADUAL

No início da década de 90, o Estado do Paraná era responsável por mais da metade da produção nacional de algodão e até 05 anos atrás, ocupava a primeira colocação entre os Estados produtores.

Na safra 91/92, a área no estado foi de 704 mil hectares, que produziram quase um milhão de toneladas de algodão em caroço. Naquele ano, as lavouras de algodão empregaram 235.00 (duzentos e trinta e cinco mil) trabalhadores rurais.

Nas últimas safras, o Paraná tem plantado uma área em torno de 55 mil hectares.

Tabela 4 - Algodão - Evolução da Área, Produção e Produtividade no Paraná - 90/91 A 2000/2001

SAFRA	ÁREA	PRODUÇÃO (alg. em caroço) (t)	PRODUTIVIDADE(kg/ha)
1990/91	618.000	1.024.111	1.657
1991/92	704.498	972.804	1.380
1992/93	345.000	448.081	1.298
1993/94	235.000	422.541	1.798

Tabela 4 - Algodão - Evolução da Área, Produção e Produtividade no Paraná - 90/91 A 2000/2001

1994/95	282.760	529.977	1.874
1995/96	182.726	287.061	1.571
1996/97	59.722	109.732	1.837
1997/98	115.200	160.853	1.396
1998/99	48.351	100.475	2.078
1999/2000	54.119	125.344	2.316
2000/2001	65.563	148.141	2.259

Fonte: CLASPAR (até safra de 98/99)

* Estimativa SEAB/DERAL

Na última safra, a área de algodão no Paraná foi de 54,1 mil hectares, que produziram 125,3 mil toneladas de algodão em caroço. Após uma pequena estiagem na época do plantio, o clima correu favorável ao desenvolvimento da cultura, tanto é que o rendimento médio das lavouras foi de 2.316 kg/ha, que superou a obtida na safra anterior, que havia sido recorde.

Na safra atual, o Deral está estimando que a área de algodão no Paraná será de 65,5 mil hectares, que deverão produzir 148,1 mil toneladas de algodão em caroço ou 53,3 mil toneladas de algodão em pluma. Esta produção, não é suficiente para atender a demanda das indústrias de fiação instaladas no Estado, a qual é estimada em torno de 80,0 mil toneladas de pluma.

Tabela 5 - Algodão - Produção e Rendimento por Núcleo Regional

REGIÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
APUCARANA	90	187	2.078
CAMPO MOURÃO	18.739	46.171	2.464
CASCADEL	5.063	11.378	2.247
CORNÉLIO PROCÓPIO	610	790	1.295
FRANCISCO BELTRÃO	80	122	1.525
GUARAPUAVA	150	235	1.567
IVAIPORÃ	6.050	14.216	2.350
JACAREZINHO	358	674	1.883
LONDRINA	1.363	3.498	2.566
MARINGÁ	2.599	5.869	2.258
PARANAVAÍ	1.614	3.147	1.949
PONTA GROSSA	10	13	1.300
TOLEDO	9.197	22.859	2.486
UMUARAMA	8.196	16.185	1.975
TOTAL	54.119	125.344	2.316

Fonte e elaboração: SEAB/DERAL

A região de Londrina se destaca pelo fato de ser responsável pela maior produtividade média dentre todas as regiões produtoras de algodão do Paraná.

Na safra 99/2000 a produtividade média da região de 171 arrobas por hectares ou 414 arrobas de alqueire.

II - PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A capacidade instalada das usinas de beneficiamento de algodão é suficiente para beneficiar toda a produção do Estado. As cooperativas apresentam uma expressiva participação no processo de beneficiamento da produção do Estado representando cerca de 80% do total produzido.

No setor de fiações de algodão existem atualmente no Paraná 14 fiações operando com uma capacidade instalada de produção de 80.000 toneladas. As cooperativas possuem 05 fiações que representam 62% da capacidade total instalada no Estado. A geração de empregos é equivalente a um emprego direto para cada 10 t/ano de fio produzido.

A capacidade instalada das fiações tem sido utilizada, não havendo problemas com ociosidade.

Atualmente o setor está investindo na modernização, adequação e ampliação das plantas existentes. Os investimentos em novas plantas estão sendo realizados especialmente no centro-oeste do Brasil junto às zonas produtoras. No Paraná as novas unidades que se encontram em estudo buscam industrializar a produção regional de matéria-prima, para diversificar e agregar valor à produção primária.

A mão-de-obra disponível é qualificada, não havendo necessidade de busca-la fora da região.

A tecnologia de produção utilizada nas fiações pode ser classificada em dois processos básicos: os filatórios convencionais a anel e os open-end com rotores. Nos convencionais, as maçarqueiras estiram as mechas e realizam uma pequena torção para em seguida realizar nova torção, formando o fio, que é enrolado em cones. Nos sistemas Open-end eliminam-se várias etapas com máquinas que numa só operação promovem a limpeza, estiramento, torção e monitoramento, fornecendo o fio enrolado em cones para a etapa seguinte.

Os dois processos promovem nova limpeza da matéria-prima, mas a diferença fundamental entre eles está na espessura do fio produzido. Os fios provenientes do open-end são de título menos (mais espessos) e os filatórios convencionais permitem produzir fios de titulação maior.

Essa espessura, por seu lado, determina a aplicação nos diversos tipos de tecidos e começa a definir o produto têxtil final. A malharia em geral exige fios de título menor, enquanto a camisaria fina utiliza fios de títulos maiores. Existe uma ampla gradação em todos os segmentos de uso final, indo desde mais finos a fios mais espessos, e a fiação trabalha em função das características determinadas pela tecelagem da qual é fornecedora. É importante ressaltar que essa especialização poder vir a exigir características do algodão em pluma adicionais àquelas utilizadas nas algodoeiras. Ou seja, passam a ser importantes as características laboratoriais do algodão e não apenas as detectáveis por critérios visuais.

O padrão de critérios visuais presente na definição da destinação do fio. A mistura entre tipos maiores (7 a 9) permite fabricar fios para uso em tecidos grosseiros e

entre tipos menores (4 a 6), para tecidos mais finos. Entretanto, as características laboratoriais de uniformidade, resistência, comprimento, maturação e finura da fibra influenciam na qualidade do fio e conseqüentemente do tecido. A uniformidade das fibras permite regulagens, buscando maiores velocidades dos filatórios, porque mechas com grande variação do comprimento da fibra não viabilizam a rapidez operacional. A resistência e finura das fibras determinam a titulação do fio, pois fibras mais longas, de maior resistência e de maior finura possibilitam confeccionar tecidos finos e resistentes. Isso só é possível pela maior quantidade em cada ponto do fio, maior área de atrito em fibras pelo maior tamanho, além da própria resistência de cada fibra.

Quanto à maturação, grande porcentagens de fibra imaturas aumentam as dificuldades do processo de limpeza das mechas, dado que interferem na qualidade do tecido a que se destina o fio. Essas características laboratoriais são detectadas no final da fiação para orientação sobre qual o uso mais adequado para a matéria-prima produzida.

III - CONCLUSÕES

O algodão representa principal fibra têxtil utilizada no Brasil e nos principais países produtores de tecidos e confecções do mundo. Ainda que a produção das fibras sintéticas tenha avançado tecnologicamente e ocupado parcela crescente das fibras têxteis, nos últimos anos, nota-se uma reversão dessa tendência com o aumento da proporção de utilização do algodão.

O aumento da oferta de matéria-prima no mercado nacional e a demanda aquecida no setor de fibras têxteis garantem ao investidor tranquilidade no seu negócio. A indústria brasileira de fios é extremamente competitiva no mercado nacional e internacional. No entanto existem tratamentos fiscais diferenciados entre os Estados os quais prejudicam em especial as indústrias instaladas no Estado do Paraná.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 242/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, e autoria do deputado Nelson Tureck, visa instituir o Programa de Incentivo ao produtor de Algodão no Paraná - PARANÁ+ALGODÃO, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - Fungodão e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
Relator ilegível"

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei nº 289/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa portadora de Deficiência e Assessoria, revogadas as Leis 13.049/2001, de 16 de janeiro e 13.117/2001, de 21 de março de 2001. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/2001, de 28.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 289/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 289/2001, de autoria do ilustre deputado César Seleme, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e Assessoria, revogadas as Leis nº 13.049, de 16 de janeiro de 2001 e 13.117 de 21 de março de 2001.

Sob o ponto de vista constitucional legal e de técnica legislativa, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que pudesse obstar seu normal trâmite pelas demais comissões desta Casa.

Assim sendo, emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e Assessoria, revogando as Leis 13.049/2001, de 16 de janeiro e 13.117/2001 de 21 de março de 2001.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão dos Direitos Humanos e da Cidadania, entende necessário que se decodifique e transfira para a realidade de ação na qual estamos inseridos, as mudanças que ocorrem no mundo, associado à evolução do conceito público e ético sobre o PPD (Pessoa portadora de Deficiência).

Dada a relevância da proposição em tela, somos de parecer favorável, opinado pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 289/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em exame, de autoria do nobre deputado Cesar Seleme, tem por escopo o estabeleci-

mento de políticas voltadas aos direitos das pessoas portadoras de deficiências.

Com vistas à instrumentalização da medida, propõe a criação de uma Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e de um Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, ambos vinculados à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

A Assessoria Especial será a responsável pela execução da política estadual de integração da pessoa portadora de deficiência e o Conselho, como órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das referidas políticas.

Por fim, propõe a revogação das Leis nº 13.049, de 16 de janeiro de 2001, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para integração da pessoa Portadora de Deficiência e a de nº 13.117, de 21 de março de 2001, que dispõe sobre assunto similar ao tratado no projeto de lei ora em análise (cópia em anexo).

Sobre a proposta em exame, pronunciaram-se favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de mérito (Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania).

Considerando a relevância da matéria versada e o significativo alcance social que encerra em seu conteúdo, esta Comissão de Saúde Pública manifesta-se, também, favoravelmente, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 289/2001, na forma apresentada pelo ilustre autor.

Sala das Comissões, em 29.11.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a implantar nos hospitais da rede pública, centros de apoio psicológico e jurídico às famílias em luto. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07.08.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 321/2001

O Projeto de Lei nº 321/2001, de autoria da nobre deputada Serafina Carrilho, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar, nos hospitais da rede pública, centros de apoio psicológico e jurídico às famílias em luto.

Como se pode constatar pela justificativa inclusa, trata-se de um projeto de elevado alcance social, de cunho meramente autorizatório, o qual, analisada por esta Comissão, constatou-se não possuir qualquer inconstitucionalidade.

Opinamos, pois, favoravelmente, a fim de que o mencionado projeto seja levado à apreciação do douto Plenário.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 321/2001

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, autoriza o Poder Executivo a implantar, nos hospitais da rede pública, centros de apoio psicológico e jurídico às famílias em luto.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania entende que com a implantação, nos hospitais da rede pública, de centros de apoio psicológico e jurídico às famílias em luto, muito contribuirá para diminuir fraudes, o comércio ilegal de órgãos, a intermediação de agentes funerário, além de amparar psicologicamente as famílias nas horas de desespero que as envolvem na morte de um ente querido.

Dada a relevância da proposição em tela, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 321/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em epígrafe, de autoria da nobre deputada Serafina Carrilho, objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar nos hospitais da rede pública estadual, centros de apoio psicológico e jurídico às famílias em luto, com a finalidade de prestar apoio psicológico, jurídico e de assistência social às famílias de doentes que venham a falecer nos hospitais, durante a internação.

Como depreende-se da justificativa apresentada, a medida proposta oferece condições para prevenção de fraudes, comércio ilegal de órgãos, intermediação de agentes funerários, além de prestar amparo psicológico às famílias enlutadas.

Indiscutível o mérito da matéria, tendo em vista o significativo alcance social que encerra em seu conteúdo, razão pela qual esta Comissão manifesta-se favoravelmente ao projeto de lei em análise, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.11.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2001, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos das Leis nºs 10.066, de 27 de julho de 1992 e nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, assim como criar e extinguir cargos de provimento em comissão na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCI, CF E CEMA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 345/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 6º da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, alterado pela Lei nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, fica acrescido dos incisos XVIII e XIX, com a seguinte redação:

“XVIII - manter os laboratórios ambientais convenientemente capacitados e aparelhados para estabelecer os padrões, métodos e técnicas, bem como executar análises ambientais e realizar investigações de interesse à proteção da qualidade ambiental, podendo proceder credenciamento de laboratórios e instituir automonitoramento”.

“XIX - proceder a regularização fundiária das terras devolutas estaduais, aplicando-se as disposições da Lei Estadual nº 7.055/78”.

Art. 2º - O artigo 2º da Lei nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - As atividades relativas a educação ambiental, a terras e cartografia integram o âmbito de atuação da Administração Direta da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e as atividades de análises e pesquisas laboratoriais na área do meio ambiente e a regularização fundiária das terras devolutas estaduais, aplicando-se as disposições da Lei Estadual nº 7055/78, fazem parte da esfera de competência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP”.

Art. 3º - Ficam extintos, na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo 1-C.

Art. 4º - Ficam criados, na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 05 (cinco) cargos em provimento em comissão de Chefe de Departamento, símbolo 1-C.

Art. 5º - Fica extinto, na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Assessor, símbolo DAS-3.

Art. 6º - Fica criado, na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor, símbolo DAS-3.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários, bem como as transferências patrimoniais, necessárias ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.2001.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 345/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 345/2001, de autoria do Poder Executivo, altera dispositivos das Leis nºs 10.066, de 27 de julho de 1992 e 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, assim como cria e extingue cargos de provimento em comissão na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

A matéria em análise, na forma do artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, altera atribuição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, ficando esse órgão da administração direta responsável por “atividades relativas a educação ambiental, a terras e cartografia”, enquanto o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, terá competência para as “atividades de análises e pesquisas laboratoriais na área do meio ambiente e a regularização fundiária das terras devolutas estaduais”.

Até a edição da Lei 11.352/96, as atribuições do IAP também incluíam as atividades que lhe retornam por meio do projeto de lei em questão, conforme regulava a Lei 10.066/92.

O Governo do Estado pretende conceder maior agilidade na regularização de terras devolutas do Estado do Paraná, com a responsabilidade desse trabalho atribuída a órgão da Administração Indireta, dotado de personalidade jurídica, que é o IAP.

Em razão dos fatos expostos e na conformidade com a Constituição Estadual, emitimos nosso parecer favorável à constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 345/2001.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 345/2001

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Finanças a manifestar-se sobre o Projeto de Lei nº 345/2001, de autoria do Poder Executivo, o qual “altera dispositivos das Leis nºs

10.066, de 27 de julho de 1992 e 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, assim como criar e extinguir cargos de provimentos em comissão, na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP”, nada há ao nosso entender que impeça sua normal tramitação junto a este Poder Legislativo.

Assim sendo, manifesta-se esta comissão com parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 345/2001

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 033/2001, objetiva alterar dispositivos das Leis nºs 10.066, de 27/07/92 e 11.352, de 13/02/96, assim como criar e extinguir cargos de provimento em comissão, na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

O referido projeto de lei foi analisado regimentalmente pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, recebeu das mesmas parecer favorável.

No que compete a esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, seguindo o que preceitua o parágrafo 14, do artigo 33, do Regimento Interno, temos a opinar favoravelmente à proposição em tela, nada encontrando que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Poder Executivo a ceder por tempo indeterminado para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - Apasfi, o imóvel onde a escola está instalada. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121, de 10/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 413/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Sérgio Spada, autoriza o Poder Executivo a ceder, por tempo indeterminado, para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - Apasfi, o imóvel onde a escola está instalada, minuciosamente descrito no projeto, acrescentando cláusula de que a destinação será exclusivamente para fins educacionais, sob pena de perda da cessão.

Esta comissão é de parecer favorável à tramitação do projeto.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Coral "Kerix", da cidade de Rio Negro, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 415/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Coral "Kerix", com sede e foro no município de Rio Negro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Boa Esperança do Iguaçu e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2001, de 17/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 448/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Boa Esperança do Iguaçu e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 448/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Esperança do Iguaçu, com sede no município de Boa Esperança do Iguaçu e foro no município de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Moradores da Seção São João, município de Jataizinho, um imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142, de 08/10/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 503/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Moradores da Seção São João, município de Jataizinho, o imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 503/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 503/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Moradores da Seção São João, município de Jataizinho, o imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação. Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/2001, de 15/10/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 519/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 519/2001 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente no município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento: Marcos Isfer.

ITEM 31

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - Aciapar, com sede no município de Pontal do Paraná e foro na comarca de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 160/2001, de 30/10/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 569/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utili-

dade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - Aciapar, com sede no município de Pontal do Paraná e foro na comarca de Paranaguá.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 569/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 32

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Especial de Integração do Adolescente - CREIA, com sede e foro no município de Joaquim Távora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 163/2001, de 06/11/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 583/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Especial de Integração do Adolescente - CREIA, com sede e foro no município de Joaquim Távora.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ACRESCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III			FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCES
1113.02.12	IMPOSTO S/OPER.RELAT.A CIRC. MERC. E S/ PREST.DE SERV. DE TRANSP.INTEREST. E INTER-MUN.E COMUNIC. - PARCELA ESTADUAL	00	01	820.000	1194
TOTAL				820.000	

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO IV			FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCES
2211.01.00	VENDA DE AÇÕES DA COPEL	25	01	820.000	1194
TOTAL				820.000	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO V				FL. 03 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCES
6100	SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO					
6102	DIRETORIA GERAL					
1106	AÇÕES COORDENADAS DE TURISMO					
910	MACRORREGIÃO I					
0001	EFETUAR OBRAS DE MELHORIA E RECUPE- RAÇÃO DE AREA, RAMPA E TRAPICHE PARA ESTAÇÃO NAUTICA	00	01	L	350.000	1195
0002	EFETUAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ÁREA, RAMPA E TRAPICHE DE ESTAÇÃO NAUTICA	00	01	L	470.000	1195
TOTAL		TES.		L	820.000	

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VI				FL. 03 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCES
6900	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS					
6902	DIRETORIA GERAL					
2152	EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PARANÁ AMBIENTAL - SEMA					
950	ESTADO					
0001	DOTAR DE INFRA-ESTRUTURA A ROTA NATURAL AO LITORAL DO PARANÁ - CAMINHOS DO MAR	25	01	L	531.500	1194
0002	IMPLANTAR O SISTEMA DE TRANSPORTE HOVERCRAFT - BARCOS DE VELOCIDADE E SEGURANÇA	25	01	L	288.500	1194
TOTAL		TES.		L	820.000	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 592/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030 de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), conforme anexo I desta lei.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 592/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 050/2001, que aprova um crédito especial de R\$820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEIT, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28.12.2000, para atender despesas com a implantação de Estações Náuticas no Estado, conforme o Projeto Caminhos do Mar, a ser desenvolvido pela SEIT.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, observamos que servirá como recursos para cobertura de crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 592/2001

P A R E C E R :

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 050/2001, e objetiva aprovar um crédito especial no valor de R\$820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Orçamento, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 4º do Regimento Interno, verificou que os recursos a serem destinados são para atender despesas com a implantação de Estações Náuticas no Estado, conforme o Projeto Caminhos do Mar, a ser desenvolvido pela SEIT. A importância acima descrita é decorrente do cancelamento de dotação alocada em Despesa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

GERALDO CARTÓRIO - Relator

ITEM 34

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade de São Francisco, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 601/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade de São Francisco com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 35

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense Ação Social, com sede e foro no município de Tupãssi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 605/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Ação Social, com sede e foro no município de Tupãssi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 605/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar - Programa Voluntariado Paranaense Ação Social, com sede no município de Tupãssi e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 36

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 607/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 607/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio, com sede no município de Tupãssi e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 37

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 614/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Pastoral da Criança da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 614/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Pastoral da Criança da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 38

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/2001, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos, com sede e foro no município de Cianorte. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 616/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos, com sede e foro no município de Cianorte.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 616/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Seis Conjuntos, com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nosso período legislativo está chegando ao final. Alguns professores universitários nos procuraram hoje, no gabinete, para saber da nossa posição em relação à Comissão de Investigação dos atos que foram praticados, atos esses apontados pela imprensa do Paraná e por alguns dos deputados e foi feita uma Comissão de Investigação das instituições maiores do Paraná.

Como não pude responder àqueles professores que me indagaram, eu transiro a pergunta a V. Exa. Como é que está a funcionabilidade da Comissão de Investigação das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Comissão foi instalada por nossa pessoa, na qualidade de vice-presidente e ela tem o prazo regimental para concluir os seus trabalhos e está funcionando.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Eu acho oportuna a preocupação do deputado Zuk, e apenas quero informar à Mesa e aos interessados que eu sou relator dessa Comissão que, aliás, foi requerida por mim e pelo deputado Ribas Carli que é o presidente. Estamos prejudicados na sequência do trabalho porque a

Comissão pretende fazer o deslocamento de Curitiba, para ir *in loco* nas escolas, e todas ainda permanecem em greve.

Como a greve tem sido nefasta para os estudantes, funcionários e também para a Comissão, acho que a Comissão vai ficar para depois do recesso, mas a Comissão já tomou o depoimento do secretário da Ciência e Tecnologia.

A Comissão e principalmente eu, como relator, tenho recebido denúncias que são apócrifas, mas que são interessantes de serem investigadas e o serão no momento oportuno, mas para responder o deputado Zuk, com a greve está prejudicada, agora com o recesso tenho a impressão que a Comissão vai voltar somente o ano que vem, mas o tema é interessante, a imprensa toda tem me procurado para as informações e acho que não temos que fazer de afogadilho esse trabalho que vai trazer para a própria Assembléia um esclarecimento muito grande do muito que o Estado do Paraná tem gasto com o ensino superior.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, foi oportuno o pronunciamento do deputado Luiz Carlos Zuk, porque eu sou membro da Comissão e participei apenas de duas reuniões até agora, e eu creio até que o prazo desta Comissão já se expirou porque ela foi aprovada por 60 dias e eu creio, não estou fazendo uma afirmação, mas quero acreditar que já está expirado o prazo, infelizmente nós apenas criamos uma expectativa no Paraná de que iríamos fazer um trabalho investigatório e não conseguimos avançar nas investigações.

Então, eu quero, como membro da Comissão, lamentar que ela não tenha evoluído nas investigações.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria solicitar aos senhores deputados que após a Sessão Extraordinária, que vem em sequência, ficassem na Casa que nós temos uma Sessão para tratar da revisão constitucional, para ver se terminamos isso antes do recesso e como exige quórum de pelo menos 28 deputados, eu gostaria de solicitar aos companheiros que ficassem na Sessão para nós terminarmos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É oportuno lembrar que após a Sessão Ordinária, nós temos 2 Sessões Extraordinárias.

A revisão da constituição exige quórum qualificado.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 4203 a 4206, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4207, 4244 a 4252 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4209, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4211e 4212, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4213 e 4214, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4216 a 4221 e 4253, de autoria do senhor deputado Durval Amaral constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4223, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4224 e 4255, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4225 a 4227, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4230, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4231 a 4233, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4235, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4238, de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4239 de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4240, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002/2001 e 337/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 310/2000 e 120/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 036, 045, 072, 087, 098, 242, 289, 321, 345, 413, 415, 448, 503, 519, 569, 583, 592, 601, 605, 607, 614 e 616/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/2001.

Levanta-se a Sessão.